



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO**  
**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO EM MINAS GERAIS - SFA/MG**



# **Relatório de Gestão 2009**

Belo Horizonte, março de 2010

## **Apresentação**

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seguiu para a elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2009, as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009 e Orientações Complementares para Elaboração do relatório de Gestão - *Versão atualizada em 16 de dezembro de 2009.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um Órgão do Poder Executivo do Brasil, com a competência de formular e implementar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

### ***Visão***

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

### **Missão**

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

## Sumário

<b>I – APRESENTAÇÃO</b>	1
<b>II – SUMÁRIO</b>	2
<b>III – RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	
<b>1 – Identificação</b>	7
<b>2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas</b>	8
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	8
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	12
<b>DIVISÃO ADMINISTRATIVA – DAD</b>	13
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	13
2.3.1. Relação dos Programas	13
<b>Programa 0750 - Apoio Administrativo</b>	13
2.3.2. Principais Ações do Programa	13
<b>Ação 4716: Operação dos Serviços Administrativos Administrativos das Unidades Descentralizados</b>	13
2.4. Desempenho Operacional	17
2.4.1. Programação Orçamentária	17
2.4.2. Execução Orçamentária	17
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	18
<b>SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG</b>	19
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	19
2.3.1. Relação dos Programas	19
<b>Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>	19
2.3.2. Principais Ações do Programa	19
<i>Ação 8938: Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal</i>	20
<b>Ação 4723: Resíduo - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal</b>	21
<i>Ação 8939: Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal</i>	22
<i>Ação 4746: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais</i>	23
2.4. Desempenho Operacional	25
2.4.1. Programação Orçamentária	25
2.4.2. Execução Orçamentária	25
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	27
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	27
2.4.5. Indicadores de Desempenho	31
<b>SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG</b>	34
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	35
2.3.1. Relação dos Programas	35
Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	35
2.3.2. Principais Ações do Programa	36
<b>Ação 2b47: Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários</b>	36
2.4. Desempenho Operacional	37
2.4.1. Programação Orçamentária	37
2.4.2. Execução Orçamentária	37
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	38
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	38
2.4.5. Indicadores de Desempenho	38
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	41
2.3.1. Relação dos Programas	41
<b>Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira</b>	41
2.3.2. Principais Ações do Programa	42
<b>Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira</b>	42
2.4. Desempenho Operacional	43
2.4.1. Programação Orçamentária	43
2.4.2. Execução Orçamentária	43
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	43
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	43
2.4.5. Indicadores de Desempenho	43
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	44

2.3.1. Relação dos Programas	44
<b>Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio</b>	44
2.3.2. Principais Ações do Programa	45
<b>Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar</b>	45
2.4. Desempenho Operacional	46
2.4.1. Programação Orçamentária	46
2.4.2. Execução Orçamentária	47
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	47
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	47
2.4.5. Indicadores de Desempenho	47
<b>Ação 8622: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo</b>	54
2.4. Desempenho Operacional	55
2.4.1. Programação Orçamentária	55
2.4.2. Execução Orçamentária	55
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	55
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	56
2.4.5. Indicadores de Desempenho	56
<b>Ação 8560: Fomento à Inovação no Agronegócio</b>	56
2.4. Desempenho Operacional	57
2.4.1. Programação Orçamentária	57
2.4.2. Execução Orçamentária	57
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	57
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	57
2.4.5. Indicadores de Desempenho	57
<b>Ação 4720: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica</b>	58
2.4. Desempenho Operacional	59
2.4.1. Programação Orçamentária	59
2.4.2. Execução Orçamentária	59
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	59
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	59
2.4.5. Indicadores de Desempenho	59
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	59
2.3.1. Relação dos Programas	59
<b>Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade</b>	59
2.3.2. Principais Ações do Programa	60
<b>Ação 8606: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica</b>	60
2.4. Desempenho Operacional	62
2.4.1. Programação Orçamentária	62
2.4.2. Execução Orçamentária	62
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	62
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	62
2.4.5. Indicadores de Desempenho	62
<i>Ação 8949: Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação</i>	67
2.4. Desempenho Operacional	67
2.4.1. Programação Orçamentária	67
2.4.2. Execução Orçamentária	68
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	68
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	68
2.4.5. Indicadores de Desempenho	68
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	69
2.3.1. Relação dos Programas	69
<b>Programa 6003: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário</b>	69
2.3.2. Principais Ações do Programa	70
<b>Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário</b>	70
2.4. Desempenho Operacional	71
2.4.1. Programação Orçamentária	71
2.4.2. Execução Orçamentária	71
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	71

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	71
2.4.5. Indicadores de Desempenho	72
<b>Ação 2B17: Fiscalização de Contratos de Repasse</b>	72
2.4. Desempenho Operacional	74
2.4.1. Programação Orçamentária	74
2.4.2. Execução Orçamentária	74
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	74
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	74
2.4.5. Indicadores de Desempenho	74
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	75
2.3.1. Relação dos Programas	75
<b>Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</b>	75
2.3.2. Principais Ações do Programa	76
<b>Ação 2122: Proteção e Fiscalização de Cultivares</b>	76
2.4. Desempenho Operacional	76
2.4.1. Programação Orçamentária	76
2.4.2. Execução Orçamentária	76
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	77
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	77
2.4.5. Indicadores de Desempenho	77
<b>SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG</b>	80
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	80
2.3.1. Relação dos Programas	80
<b>Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</b>	80
2.3.2. Principais Ações do Programa	81
<b>Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal</b>	81
2.4. Desempenho Operacional	83
2.4.1. Programação Orçamentária	83
2.4.2. Execução Orçamentária	83
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	83
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	84
2.4.5. Indicadores de Desempenho	84
<b>Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal</b>	85
2.4. Desempenho Operacional	86
2.4.1. Programação Orçamentária	86
2.4.2. Execução Orçamentária	87
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	87
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	88
2.4.5. Indicadores de Desempenho	88
<b>Ação 2140: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário</b>	91
2.4. Desempenho Operacional	92
2.4.1. Programação Orçamentária	92
2.4.2. Execução Orçamentária	93
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	93
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	94
2.4.5. Indicadores de Desempenho	94
<b>Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes</b>	95
2.4. Desempenho Operacional	97
2.4.1. Programação Orçamentária	97
2.4.2. Execução Orçamentária	97
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	98
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	99
2.4.5. Indicadores de Desempenho	99
<b>Ação 2177: Fiscalização de Serviços Agrícola</b>	101
2.4. Desempenho Operacional	102
2.4.1. Programação Orçamentária	102
2.4.2. Execução Orçamentária	103
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	103
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	104

2.4.5. Indicadores de Desempenho	104
<b>Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças</b>	105
2.4. Desempenho Operacional	107
2.4.1. Programação Orçamentária	107
2.4.2. Execução Orçamentária	107
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	108
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	109
2.4.5. Indicadores de Desempenho	110
<b>Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins</b>	119
2.4. Desempenho Operacional	120
2.4.1. Programação Orçamentária	120
2.4.2. Execução Orçamentária	121
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	121
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	122
2.4.5. Indicadores de Desempenho	123
<b>SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA</b>	125
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	125
2.3.1. Relação dos Programas	125
<b>Programa 0357 - Segurança da Sanidade Agropecuária</b>	125
<i>Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</i>	125
2.3.2. Principais Ações do Programa	125
<b>Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa</b>	126
2.4. Desempenho Operacional	127
2.4.1. Programação Orçamentária	127
2.4.2. Execução Orçamentária	128
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	128
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	128
2.4.5. Indicadores de Desempenho	129
<b>Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais</b>	130
2.4. Desempenho Operacional	131
2.4.1. Programação Orçamentária	131
2.4.2. Execução Orçamentária	131
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	132
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	132
2.4.5. Indicadores de Desempenho	132
<i>Ação 2181 e 2139: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional e do Trânsito Interestadual de Animais, seu Produtos e Insumos</i>	144
2.4. Desempenho Operacional	146
2.4.1. Programação Orçamentária	146
2.4.2. Execução Orçamentária	146
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	146
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	147
2.4.5. Indicadores de Desempenho	147
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	149
2.3.1. Relação dos Programas	149
<b>Programa 0357 - Segurança da Sanidade Agropecuária</b>	149
2.3.2. Principais Ações do Programa	150
2.4. Desempenho Operacional	151
2.4.1. Programação Orçamentária	151
2.4.2. Execução Orçamentária	151
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	152
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	152
2.4.5. Indicadores de Desempenho	152
<b>Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais</b>	153
2.4. Desempenho Operacional	154
2.4.1. Programação Orçamentária	154
2.4.2. Execução Orçamentária	154
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	155
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	155

2.4.5. Indicadores de Desempenho	155
<b>Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola</b>	167
2.4. Desempenho Operacional	168
2.4.1. Programação Orçamentária	168
2.4.2. Execução Orçamentária	168
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	168
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	168
2.4.5. Indicadores de Desempenho	168
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	169
2.3.1. Relação dos Programas	169
<b>Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>	169
2.3.2. Principais Ações do Programa	170
<b>Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados</b>	170
2.4. Desempenho Operacional	171
2.4.1. Programação Orçamentária	171
2.4.2. Execução Orçamentária	171
2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais	172
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	172
2.4.5. Indicadores de Desempenho	172
<b>3 – Informações sobre a Composição de Recursos Humanos</b>	173
<b>4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</b>	174
<b>5 – Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b>	174
<b>6 – Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício</b>	175
<b>7 – Previdência Complementar Patrocinada</b>	175
<b>8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos</b>	175
<b>9 – Renúncias Tributárias</b>	175
<b>10 – Operações de Fundos</b>	175
<b>11A – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</b>	175
<b>11B – Determinações e Recomendações do TCU</b>	176
<b>12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadorias e Pensão Praticados no Exercício</b>	177
<b>13 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONS</b>	177
<b>14 – Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis com Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão</b>	178
<b>15 – Informações Contábeis da Gestão</b>	178
<b>16 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins</b>	178



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO EM MINAS GERAIS - SFA/MG



### 1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Código SIORG: 002773	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais		
Denominação abreviada: SFA/MG		
Código SIORG: 002773	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130056
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo		
Principal Atividade: Fiscalização	Código CNAE: 8413	
Telefones/Fax de contato: (31) 3250-0300	(31) 3250-0314	
Endereço eletrônico: gab-mg@agricultura.gov.br		
Página da internet: <a href="http://www.agricultura.gov.br">www.agricultura.gov.br</a>		
Endereço Postal: Av. Raja Gabaglia, 245 - Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG - CEP: 30380-103		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei Delegada nº. 9 de 11/10/62 – Art. 32 (pág. 13), Norma da Estrutura Orgânica: Portaria 300 de 16/06/05, DOU 20/06/05, Seção 1.		
Outras normas infralegais relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/05. Portaria Nº 184, de 13 de julho de 2007.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/05. Portaria Nº 184, de 13 de julho de 2007.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica.	Não se aplica.	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica.	Não se aplica.	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.	Não se aplica.	



## **2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos**

### **2.1. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas**

A Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - SFA/MG é a unidade representativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com Sede em Belo Horizonte, responsável por promover a defesa da produção agropecuária, estabelecida no Plano Agrícola e Pecuário - PAP.

As ações desenvolvidas pelos técnicos e equipe de apoio desta SFA garantem à sociedade, qualidade nos alimentos e nos insumos utilizados pela cadeia produtiva do agronegócio. Por sua vocação agrícola, o estado de Minas Gerais contribui sobremaneira, para o crescimento desse Setor que, nos últimos anos bate recorde de exportação e é o maior responsável pelo superávit da balança comercial. O agronegócio gera emprego, divisas e energia, além de abastecer o mercado interno, principais compromissos do governo, definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, que apresenta as diretrizes da política agrícola para a safra que se inicia, com base nos indicadores de fortalecimento e expansão do setor agropecuário brasileiro e na consolidação de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, além do aumento da inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, buscando aprimorar os instrumentos de política agrícola e adequá-los ao comportamento dos mercados interno e externo e do cenário macroeconômico, sempre em harmonia com as demais políticas públicas, visando assegurar níveis adequados de apoio ao setor que permitam seu crescimento sustentável.

Para o cumprimento de suas atribuições, esta Superintendência conta com o trabalho de: 01 Divisão Técnica; 01 Divisão de Apoio Administrativo; 05 Serviços Técnicos; 01 Serviço de Execução Orçamentária e Financeira; 01 Seção de Atividades Gerais; 01 Seção de Recursos Humanos; 01 Seção de Planejamento e Acompanhamento; 01 Seção de Tecnologia da Informação; 01 Setor de Material e Patrimônio; 01 Setor de Transportes; 01 Setor de Protocolo; 01 Setor de Administração de Pessoal; 01 Setor de Desenvolvimento de Pessoas; e 22 Unidades Técnicas Regionais, distribuídas no Estado de Minas Gerais.

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG ao seguir as diretrizes do DIPOA/SDA, DIPOVSDA e CCRC/SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a responsabilidade e objetivo principal de prevenir e controlar doenças e pragas animais e vegetais de interesse econômico e de importância para a saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e a outros fins e dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

As Orientações Estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA foram elaboradas a partir das determinações contidas nas Orientações Estratégicas de Governo e no Manual de Elaboração do PPA 2008-2011, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além dos conteúdos estabelecidos em seu Plano Estratégico e outros documentos internos.

Na elaboração deste Plano Estratégico foi realizada discussão interna que envolveu os responsáveis técnicos do SIPAG/MG e técnicos representantes das diversas unidades descentralizadas da SFA/MG.

O recurso disponibilizado foi suficiente para as expectativas do serviço, proporcionando no decorrer deste ano, a realização de ações de fiscalização, treinamentos e cursos. Apenas nos últimos três meses do ano, os recursos não foram disponibilizados a contento pelo órgão central, atrasando a execução de algumas atividades fins. Ressalte-se, as diversas ações no combate à fraude no leite, combate à água em carcaças de frango e combate a fraude do “glaze” (capa de gelo) no pescado e padronização de produtos vegetais e bebidas. Nestas ações, alguns estabelecimentos foram interditados e seus produtos apreendidos, uma vez que, não estavam atendendo aos requisitos técnicos fixados pelo MAPA, (falta de proatividade por parte de algumas empresas).

Ressalte-se a importância do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no que tange ao impacto social que exerce, uma vez que, ao melhorar a qualidade dos produtos da Agropecuária Mineira, principalmente nos aspectos de segurança alimentar e combate a fraude econômica, faz com que os produtos ofertados a população tenham um maior valor agregado, permitindo uma maior competitividade nos novos mercados internos e externos.

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDA foi criado através da Portaria nº 300 de 16/06/2005 para dar suporte e apoio no âmbito do Estado de Minas Gerais aos programas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, Secretaria de Política Agrícola - SPA, Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, além do atendimento a demandas eventuais da Secretaria de Relações Internacionais - SRI.

O serviço tem em suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, desenvolvimento da produção orgânica e acompanhamento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, sistemas de produção integrada, indicação geográfica e a rastreabilidade além da coordenação e acompanhamento das atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia.

As atividades desenvolvidas coadunam-se com a missão da SFA/MG de promover e acompanhar no âmbito do Estado de Minas Gerais a execução das Políticas Agrícolas, emanadas do Governo Federal através do MAPA em integração e parcerias com o poder público estadual, municipal, entidades de classe, cooperativas agropecuárias e entidades não-governamentais, buscando o desenvolvimento agrícola e pecuário, fazendo parte das ações de projetos internos constantes do PPA 2008-2011. Seguindo orientações e critérios emanados dos órgãos centrais, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Secretaria de Produção e Agroenergia e Secretaria de Defesa Agropecuária é elaborada a programação das atividades a serem desenvolvidas no ano, tendo em vista as particularidades e prioridades relativas ao estado de Minas Gerais, de forma participativa com os integrantes do setor, objetivando torná-la mais objetiva e eficiente, contemplando metas e objetivos institucionais, bem como meios e recursos materiais necessários à sua operacionalização. As ações desenvolvidas atendem as diretrizes de planejamento estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais, em última análise, objetivam o atendimento à sua missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Além das atividades pré-planejadas, algumas atividades do SEPDAAG são realizadas conforme demanda. Ressalta-se que o SEPDAAG desenvolve ações de fomento e fiscalização agropecuária.

Os recursos utilizados no decorrer do ano foram suficientes para o atendimento das demandas dos Projetos Internos desenvolvidos pelo SEPDAAG/DT/SFA/MG. Cabe ressaltar que, com exceção dos recursos relacionados ao PI-Rastreab para o ano de 2009, a morosidade na liberação de recursos nos primeiros meses do ano atrapalha o desenvolvimento de atividades planejadas para este período.

O Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais tem como missão promover a defesa sanitária animal e vegetal no estado de Minas Gerais através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais e não governamentais.

Esta missão é realizada com adoção de medidas de prevenção, controle e fiscalização nas áreas de trânsito de animais e plantas, na vigilância e no combate às doenças que ocorrem em Minas Gerais. Tais ações refletem em ganhos na qualidade e quantidade dos produtos e subprodutos para o produtor e o consumidor final, na segurança alimentar da população, abertura e manutenção de mercados para exportação e preservação dos recursos naturais.

A Defesa Agropecuária é uma questão de segurança nacional, em face de sua importância estratégica como instrumento de garantia da produção e contribuição para a sustentabilidade do agronegócio.

Com relação à área vegetal, o estado de Minas Gerais caracterizado pela grande diversidade agrícola, teve como destaque a produção de grãos e frutas. Considerando esta potencialidade e o atual cenário mundial, os acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC permitiu a abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros, sendo as barreiras tarifárias substituídas pelas sanitárias.

Neste contexto a defesa sanitária vegetal teve sua importância ressaltada pela necessidade de proteção do patrimônio agrícola do estado e no atendimento às demandas para atendimentos às exigências fitossanitárias no processo de comercialização agrícola em nível nacional e internacional.

As ações prioritárias do Serviço de Sanidade Agropecuária, na área vegetal, visaram à prevenção e controle das pragas de importância quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas, aplicação de sistemas de mitigação de risco de pragas, caracterização de áreas livres de pragas, controle de qualidade de insumos e controle do trânsito interestadual e internacional de materiais de origem vegetal.

Com relação à área animal, Minas Gerais possui o 3º maior rebanho bovino do país com 22,3 milhões de cabeças, sendo o estado com maior produção leiteira do Brasil, com cerca de 30% da produção nacional. Possui também o maior rebanho equídeo do país com 860 mil animais; o 4º maior rebanho suíno do país com 4,5 milhões de cabeça, sendo o 4º maior produtor de carne - 348 mil toneladas produzidas e 5º maior exportador - 34,6 mil toneladas exportadas. Na avicultura de postura, ocupa o 1º lugar na produção de ovos de codorna com 350 mil aves alojadas e 2º maior produtor nacional de ovos de consumo, sendo o maior exportador entre as unidades da federação, além de ser o 5º maior produtor de carne de frango e peru do país.

Neste contexto a defesa sanitária animal teve sua importância ressaltada pela necessidade de proteção do plantel pecuário do estado e no atendimento às demandas

para cumprir às exigências sanitárias no processo de comercialização pecuária em nível nacional e internacional, com a vinda de várias missões internacionais ao estado de Minas Gerais em 2009, tais como a da União Europeia, Estados Unidos da América, Israel, Venezuela, Rússia, Chile, dentre outros.

As ações prioritárias do Serviço de Sanidade Agropecuária, na área animal, visaram à prevenção, controle e erradicação de doença dos animais, caracterização de áreas livres de febre aftosa com vacinação, área livre de peste suína clássica, área livre de influenza aviária e doença de Newcastle e controle do trânsito interestadual e internacional de animais vivos.

Dentro dos objetivos estratégicos do SEFAG/DT/SFA/MG, conforme determinações de governo há a busca da identificação de situações-problema mais relevantes no setor de insumos agropecuários e ações necessárias à sua resolução ou minimização.

As Orientações Estratégicas de Governo/MAPA são elaboradas a partir de determinações contidas no PPA, com diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal e princípios básicos de identificação clara dos objetivos e prioridades, com vistas a salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores, através da necessária ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços. Isso é feito a partir de cada Plano Interno e respectiva legislação, começando o exercício pelo Plano Operativo Anual com ações pré-estabelecidas buscando a quantidade de fiscalizações, contando com a experiência dos exercícios anteriores, recursos sinalizados, prioridades a cada caso por Plano Interno, reserva técnica, onde o Gestor, no caso Chefe de Serviço, com a assessoria dos Responsáveis Técnicos promovem a execução junto com as respectivas equipes.

As realizações alcançadas atingiram o objetivo em número pela pronta liberação de recursos, para maioria dos Planos Internos, pela leitura do montante de multas e taxas arrecadadas, por reclamações pontuais por parte de fiscalizados, direta ou indiretamente, a partir de denúncias, seja dentro ou fora da Ouvidoria do MAPA. Do exposto, pela própria avaliação das Coordenações de cada PI, através dos indicadores de desempenho atingidos, ou seja, do conjunto, é fato o “sucesso” da atuação do Serviço como um todo, sempre com conhecimento renovados e motivação para o enfrentamento de novas situações. Dentro dessas realizações ocorreram ações como o Regime Especial de Fiscalização - REF, em indústrias de fertilizantes, inoculantes e corretivos, direcionadas àquelas com índices de produtos não conformes, com vistas ao enquadramento das mesmas às disposições contidas na legislação; outras ações foram direcionadas ao usuário de sementes, para verificação do cumprimento da legislação de sementes e mudas, desde a obtenção do insumo até sua finalidade; continuidade de fiscalização focada ao combate à “pirataria” de sementes; fiscalização conjunta entre o SEFAG/DT/MG e o IMA para investigação de produção de sementes de forrageiras acabadas e colocadas no comércio; fiscalizações persistentes em empresas de tratamento quarentenário; fiscalização; fiscalização de OGM - Organismos Geneticamente Modificados: Coexistência em lavouras de milho GM e convencional em conjunto com SEDESA; participação do SEFAG em diversas reuniões técnicas e na II Reunião Anual de Insumos Agrícolas - II RAI, onde foram desenvolvidos os temas: Resultados Alcançados pelo DFIA e Planejamento Estratégico para 2010, Gestão de

Pessoas no MAPA e Política de Desenvolvimento de Pessoas, A Segurança Jurídica no Exercício da Fiscalização de Insumos Agrícolas e, ainda Reuniões Específicas das Coordenações CFIC - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos, CGAA - Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins e CSM - Coordenação de Sementes e Mudanças.

Por fim, ressaltamos que a atuação do Serviço na execução dos trabalhos ao longo do exercício, contou com entraves como morosidade na aquisição de bens e serviços, onde a infraestrutura técnica-operacional fica comprometida, seja pela limitação tanto em manutenção, como aquisição e reposição de bens e serviços, prejudicando sobremaneira o desempenho dos trabalhos.

O Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária VIGIAGRO/DT/SFA/MG, através de suas unidades descentralizadas UVAGROS, executa as atividades de vigilância agropecuária internacional, visando prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e doenças exóticas.

Nesse sentido e em consonância com o Plano Estratégico do MAPA o desenvolvimento das ações: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, vinculadas ao Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária, tem como foco principal atingir o objetivo estratégico que é o de “minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos”.

## **2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

À Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e desenvolvimento rural. A SFA tem suas atribuições pautadas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300 de 16/06/05.

Dessa forma sua missão é: “formular e viabilizar a implementação de políticas agrícolas, integrando os aspectos tecnológicos, sociais e de mercado, favorecendo a sustentabilidade da cadeia agroprodutiva, incentivando a inovação e a adoção de novas tecnologias, de maneira a assegurar qualidade e a competitividade aos produtos e serviços brasileiros”.

Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do governo, a SFA/MG está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual - PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o MAPA se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, onde as áreas técnicas finalísticas mantêm um constante canal de comunicação com os coordenadores de cada PI - Plano Interno, distribuídos em Programas, que são gerenciados em Brasília.

Através desta interlocução, são planejadas as metas, formas e ações visando o alcance eficaz e eficiente de suas finalidades. Também, através desta sistemática, são encaminhadas as programações para os desembolsos financeiros necessários.

As Áreas Técnicas da SFA/MG são:

- Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT;
- Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPdag/DT;
- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT;
- Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DT;
- Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT.

## DIVISÃO ADMINISTRATIVA - DAD/SFA/MG

### 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de Programa</b>	Programas de Apoio às Políticas Públicas.
<b>Objetivo Geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão dos seus programas finalísticos.
<b>Objetivo Específico</b>	Atendimento dos custos dos serviços administrativos quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
<b>Gerente do Programa</b>	-
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Antônio do Valle Ramos
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Eficácia
<b>Público-alvo (Beneficiários)</b>	Governo Público

#### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### Ação 4716: Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

**Tabela - Dados Gerais da ação**

<b>Tipo da Ação</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Atender despesas de manutenção da Unidade
<b>Descrição</b>	<p><u>1º Contratos de despesas fixas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação e Limpeza</li> <li>- Vigilância Armada</li> <li>- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos</li> <li>- Transportes e Encomendas</li> <li>- Cópias Xerográficas</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Café e Açúcar</li> <li>- Combustíveis e Lubrificantes</li> <li>- Serviços Telefônicos</li> <li>- Serviços de Energia Elétrica</li> <li>- Fornecimento de Água e Esgoto</li> </ul> <p>2º <u>Despesas Variáveis:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de Veículos</li> <li>- Manutenção de Imóveis</li> <li>- Manutenção de Bens Móveis</li> <li>- Manutenção de Máquinas e Aparelhos</li> <li>- Manutenção de equipamentos de Informática</li> <li>- Aquisição de suprimentos de Informática</li> <li>- Aquisição de material de Escritório</li> <li>- Aquisição de material Elétrico</li> <li>- Aquisição de peças para Veículos</li> </ul>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SPOA/MAPA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rinaldo Junqueira de Barros
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura MG

Os recursos disponibilizados e preestabelecidos pelo limite da unidade cumpriram com os compromissos contratuais e despesas variáveis referente à manutenção da unidade no exercício de 2009.

Quanto aos recursos humanos utilizados na execução da ação e o que estabelece o Decreto 5.707 de 2006, os órgãos responsáveis têm disponibilizado cursos de aperfeiçoamentos em áreas específicas como licitação e contratos. O recurso financeiro para os treinamentos são através do PI CAPACITA coordenado pela CGRH - Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, em Brasília/DF. Está em andamento concurso público para provimento de 16 (dezesesseis) cargos de nível médio administrativo para a SFA/MG.

## 2.4. Desempenho Operacional

Os indicadores apresentados abaixo visam avaliar as atividades administrativas da SFA-MG nos setores Financeiros, Recursos Humanos, Serviços Gerais, Patrimônio, Almoxarifado e Protocolo.

Estes Indicadores tiveram início em 2008, com sua continuidade nos permitirá um acompanhamento mais eficaz das ações administrativas.

Os dados são levantados por cada setor responsável e levando-se em conta o número de servidores envolvidos.

A Divisão Administrativa é a responsável pela elaboração do Plano Operativo da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais,

que levanta o Produto da Ação e o Relatório das Despesas da SFA-MG, conforme quadro abaixo que apresenta o Painel dos Indicadores Operacionais da Área de Apoio Administrativa.

Por este método os objetivos no exercício foram alcançados satisfatoriamente.

<b>PAINEL DOS INDICADORES OPERACIONAIS DA ÁREA DE APOIO DA SFA-MG</b>						
<b>SIGLA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>FÓRMULA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>Valor até dez</b>	<b>Meta da SFA</b>	<b>Valor mensal</b>
lalimed (%)	Eficácia	Afastamento em dias dos servidores / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1,94	1,45	-
lalimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	27,26	21,8	-
laffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100 80 / 318	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	25,15	17,85	-
laadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos) x 100 56 / 489	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	11,45	24,37	-
laap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) x 100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	100	100	-
lcfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados ) x 100 415/ 418	Conformidade dos Processos licitatórios	99	100	-
lcfcd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas) x 100 3738 / 4083	Conformidade das diárias	92	100	-
lcfg(%)	Eficácia	(Nº de conformid.	Conformidade	80	100	-



		atribuídas sem restrição / N° total de registros de conformidades) x 100 8 / 10	de da Gestão			
leof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100 9.792.564,36 / 9.950.128,71	Execução Orçamentária e Financeira	99	-	-
laalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) x 100 3.922 / 5.183	Índice de atendimento do Almojarifado	75	80	-
lpapc	Eficiência	N° de aposentadoria concedidas / N° de servid. envolvidos na ação 24/ 1	Produtividade na concessão de aposentadoria	24	2	2
lplic	Eficiência	N° de processos licitatórios concluídos / N° de servidores envolvidos 415 / 4	Produtividade na conclusão de Processos de licitação	103	5	8,5
lppd	Eficiência	N° de diárias pagas / N° de servidores envolvidos 3738 / 1	Produtividade no pagamento de diárias	3738	200	311
lemp	Eficiência	N° de empenhos emitidos / N° de servidores envolvidos 1.627 / 2	Produtividade na emissão de empenho	813,5	70	68

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

#### Quadro de “Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa”

Natureza da Movimentação de Crédito		UJ Concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e encargos	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110008				263.755,67
Natureza da Movimentação de Crédito		UJ Concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				4 - Investimentos	5 – Inversões financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110008		228.337,69		

Refere-se aos recursos do Ministério da Pesca, descentralizados pela UG 110008 - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca executados pela UG 130056 a favor da unidade SEAP/MG.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

#### Quadro “Despesas por Modalidade Contratação” - Créditos Recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesas Pagas	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Tomada de Preços	92.117,27	490.189,89	61.665,35	490.189,89
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.101.888,47	5.310.013,10	3.101.888,47	4.498.134,85
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.101.428,62	1.210.209,25	914.765,45	1.068.557,73
Inexigibilidade	247.953,20	275.890,08	192.762,19	246.465,31
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	70.368,78	167.791,26	70.368,78	167.791,26
Diárias	1.268.024,05	1.667.679,94	1.268.024,05	1.667.679,94
<b>Outros</b>				

#### Quadro “Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa” - Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica

2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
<b>Demais elementos do grupo</b>		
<b>2 – juros e encargos da dívida</b>	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
<b>Demais elementos do grupo</b>		
<b>3 – Outras Despesas correntes</b>		
3390.39.00	1.857.255,74	2.174.224,18
3390.37.00	572.713,38	611.641,13
3390.30.00	534.899,48	518.168,16
<b>Demais elementos do grupo</b>		

### Quadro “Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa” - Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>		
4490.52.00	858.556,26	2.054.438,42
4430.42.00	1.839.680,00	1.328.680,00
4490.51.00	31.219,43	490.189,89
<b>Demais elementos do grupo</b>		
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
<b>Demais elementos do grupo</b>		
<b>6 – Outras Despesas de Capital</b>	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica
<b>Demais elementos do grupo</b>		

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	310.199,98	290.190,28	365.281,70
<b>2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens</b>	1.000.670,46	1.284.676,01	1.696.094,10
<b>3. Serviços Terceirizados</b>			
<b>3.1 Publicidade</b>	7.000,00		
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	547.780,84	572.713,38	611.641,43
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	139.093,15	170.257,24	19.922,00
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	722.325,03	819.521,21	395.446,70
<b>4. Cartão de Pagamento do Governo Federal</b>	0,00	0,00	0,00
<b>5. Suprimento de Fundos</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>2.727.069,46</b>	<b>3.137.358,12</b>	<b>3.088.385,93</b>

## SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SIPAG/DT/SFA/MG

### 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1. Relação dos Programas

#### **PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**

Por se destinarem ao consumo humano, a produção e venda de alimentos e bebidas requerem cuidados especiais. Tanto o produtor, como o comerciante e o governo têm responsabilidades para que os produtos alimentícios não ameacem a saúde do consumidor. Está claro, que a qualidade dos produtos tem influência direta na sua aceitação pelo mercado interno e externo. Os controles na qualidade começam na cultura dos produtos agrícolas e a criação de animais. Nessa etapa é fundamental prevenir doenças e usar adequadamente certos insumos. No processamento dos produtos, o desenvolvimento de novas técnicas de beneficiamento, processamento e preservação garantem mais qualidade. Também são necessários controles de laboratório e inspeções.

O Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas busca a melhoria da qualidade dos alimentos e bebidas, pesquisando novos processos e inspecionando a produção. Os benefícios são para todos: produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias, consumidor final.

#### **Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico (bens e serviços para sociedade)
<b>Objetivo Geral</b>	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
<b>Objetivo específico</b>	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
<b>Gerente do Programa</b>	Inácio Afonso Kroetz - SDA/MAPA
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Paulo Marcos de Paula Lima
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal, Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

#### 2.3.2. Principais Ações do programa

Ação é o conjunto de operações, cujos produtos contribuem para os objetivos do Programa. As metas e ações do SIPAG estão alinhadas com os dispositivos estabelecidos no PPA 2008-2011. São quatro (04) as ações finalísticas do SIPAG que integram o Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

As principais ações do programa Segurança e Qualidade e Alimentos e Bebidas no âmbito do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários são: a Inspeção de produtos de origem animal, bebidas, vinagres e outros produtos de origem vegetal. A Classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

### **Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
<b>Descrição</b>	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>post-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	DIPOA/Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	Judi Maria da Nóbrega CGI/DIPOA
<b>Unidade Executora</b>	SIPAG/SFA/MG

### **Análise Crítica**

As metas físicas para 2009 foram previstas tendo como base o que foi realizado no ano de 2008 somados com as projeções de novas demandas. O recurso disponibilizado foi suficiente para as expectativas do serviço, proporcionando no decorrer deste ano, a realização de ações de fiscalização, treinamentos e cursos. Apenas nos últimos três meses do ano, os recursos não foram disponibilizados a contento pelo órgão central, atrasando a execução de algumas atividades fins. Ressalte-se, as diversas ações no combate à fraude no leite, combate à água em carcaças de frango e combate a fraude do “glaze” (capa de gelo) no pescado. Nestas ações, alguns estabelecimentos foram interditados e seus produtos apreendidos, uma vez que, não estavam atendendo aos requisitos técnicos fixados pelo MAPA, (falta de proatividade por parte de algumas empresas com o Serviço de Inspeção Federal). Além destas ações próprias do serviço, nossos técnicos subsidiaram ações da Polícia

Federal e Ministério Público. Vale lembrar que mesmo com um número inferior de fiscais, agentes e pessoal administrativo do que seria o ideal, o SIPAG/MG obteve sucesso nesta ação. Vale ressaltar também, que neste ano as ações fiscais foram focadas nos estabelecimentos problema, o que explica o menor nº de ações quando comparado com o período de 2008. Com o aumento do valor das diárias no ano de 2009, foi necessário programar mais recursos para atendimento das metas.

Grande parte das ações locais de fiscalização nos estabelecimentos eram realizadas pelos fiscais lotados nas respectivas Unidades Técnicas Regionais e Serviços de Inspeção Federal da região, sendo que a partir de 2008, foi intensificado um tipo de fiscalização itinerante, com média de 4 fiscais de outras regiões, com isto, foram necessários mais recursos para diárias e suprimentos.

### **Ação 4723: RESIDUO - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos e Origem Vegetal e Animal**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Monitorar, dentro do limite máximo permitido, a presença de resíduos de drogas veterinárias, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.
<b>Descrição</b>	Elaboração de normas, verificação do nível de resíduos e contaminantes e coordenação para a tomada de ações regulatórias, de apoio a Departamentos e Coordenações da SDA e de educação sanitária.
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/SDA
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	Leandro Diamantino Feijó
<b>Unidade Executora</b>	PNCRC/DIPOA, SIPAG/SFA/MG

### **Análise Crítica**

No ano de 2009, esta ação foi definitivamente inserida no contexto do SIPAG/MG, sendo que nos anos anteriores, as coletas para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes eram custeadas exclusivamente pela ação INSPANIMAL3. Com a nova inserção, foi possível atender em grande parte as coletas programadas pelo PNCRC/DIPOA, além de atender a demandas da CCRC/SDA/MAPA em palestras, treinamentos e auditorias de controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. No entanto, grande parte das amostras coletadas foram ainda custeadas pelo PI INSPANIMAL3, fazendo com que houvesse uma diminuição na aplicação de recursos no PI RESÍDUO programado.

## Ação 8939: Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertados à população.
<b>Descrição</b>	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
<b>Unidade Executora</b>	Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal

### Análise Crítica

Consideramos que foi um ano positivo para esta ação, isso se deve a associação de uma maior demanda no número de estabelecimentos registrados, maior disponibilidade de FFA's para atuar na atividade, considerando que alguns dividem a atividade bebida com outras áreas, e uma maior disponibilidade de recurso mais precoce e durante todo o ano.

Dentre as atividades desenvolvidas destacamos o início dos trabalhos de um maior controle em fraudes em vinhos e derivados da uva e do vinho, destaca-se aqui, sucos e néctares de vinho, produzidos em Minas.

Observamos que alguns vinhos adquiridos de outros estados e utilizados para elaboração de vinhos em estabelecimentos de Minas apresentaram teor de água exógena acima do permitido, com a finalidade de um maior rendimento. Procedimentos legais de punição foram adotados.

Ocorreram maiores percentuais de apurações de denúncia ligadas ao consumidor no que se refere à presença de corpos estranhos em refrigerantes, sendo que, para esse tipo de denúncia, 100 % das denúncias não foram confirmadas, considerando inspeções realizadas nas indústrias e no local de compra indicada pelo consumidor.

Foram realizados trabalhos combatendo e informalidade na produção de cachaça, atendendo a denúncias, principalmente na região do sul de Minas.

No que se refere a meta atingida na rubrica FINANCEIRA, observa-se que, tendo em vista a demanda do serviço, foi realizado um maior número de inspeções muitas das quais sem necessidade de emissão de Ordem de Serviço.

## Ação 4746: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

**Tabela - Dados gerais da ação**

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	<p>Garantir a conformidade dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal com os padrões oficiais estabelecidos pelo MAPA;</p> <p>Garantir a identidade, qualidade, a inocuidade e segurança dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, preservando a segurança do consumidor;</p> <p>Avaliar a conformidade dos produtos vegetais importados com os padrões oficiais estabelecidos para o mercado interno;</p> <p>Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</p> <p>Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</p> <p>Colaborar com a CGQV/DIPOV/SDA/MAPA nos trabalhos de elaboração e adequação dos normativos complementares ao Decreto 6.268/2007;</p> <p>Classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores;</p> <p>Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados;</p> <p>Avaliar a qualidade e conformidade dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas e pelas pessoas físicas habilitadas;</p> <p>Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização;</p> <p>Propiciar a capacitação dos técnicos para atuarem nas ações de supervisão e auditoria dos sistemas de controle das condições higiênico-sanitárias dos produtos vegetais incluídos nas diretrizes da CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;</p> <p>Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</p> <p>Executar as ações estaduais estabelecidas pelo Plano Nacional de Qualidade dos Produtos Hortícolas coordenado pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;</p> <p>Apoiar as ações e atender as diretrizes e cronograma do programa de “Controle de contaminantes e resíduos” coordenado pelo DIPOV/SDA/MAPA;</p> <p>Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade/SGQ no Laboratório de Classificação Oficial/LACO da</p>



	<p>SFA/MAPA-MG, adequando-o às exigências de certificação NBR ISO 17025;</p> <p>Estabelecer procedimentos de integração entre o laboratório de classificação da SFA/MAPA-MG e os laboratórios credenciados para fins de adequação futura dos mesmos às exigências de certificação NBR ISO 17025;</p> <p>Capacitar técnicos em classificação e procedimentos de fiscalização de produtos vegetais, habilitando-os para o exercício da atividade;</p> <p>Viabilizar a capacitação dos técnicos que atuam na atividade como auditores de laboratórios credenciados pelo MAPA para a prestação de serviços de classificação.</p>
<p><b>Descrição</b></p>	<p>Fiscalização dos estabelecimentos que processam, embalam, distribuem, armazenam e comercializam produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, mediante a inspeção e coleta de amostras para fins de aferição e avaliação de sua conformidade com os padrões oficiais de classificação;</p> <p>Coleta de amostras dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal importados e nacionais para análise e avaliação;</p> <p>Coleta de amostras e monitoramento da qualidade do amendoim comercializado para consumo in natura ou utilizado como matéria prima pela indústria de alimentos;</p> <p>Coleta de amostras e monitoramento da qualidade dos óleos vegetais comercializados no Estado de Minas Gerais;</p> <p>Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação;</p> <p>Retirar do mercado produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana;</p> <p>Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;</p> <p>Execução de levantamentos de informações relativas aos agentes envolvidos na cadeia agroprodutiva dos hortícolas;</p> <p>Cadastramento e emissão dos dados no sistema de registro (CGC/MAPA) dos estabelecimentos beneficiadores, processadores, exportadores, importadores, armazenadores e transportadores de frutas, hortaliças, grãos, amêndoas e especiarias;</p> <p>Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação;</p> <p>Contratação de consultoria na área de certificação de laboratórios;</p> <p>Adequação complementar das instalações físicas do setor técnico e do laboratório de classificação;</p> <p>Participação dos técnicos em cursos de capacitação e aperfeiçoamento ministrados pela Rede Metrológica de Minas Gerais;</p>

	Treinamentos e reciclagens periódicas dos técnicos envolvidos na atividade de classificação para atualização de conhecimentos e inclusão de novos produtos; Participação em reuniões técnicas de avaliação das atividades, realizadas em âmbito local, regional e nacional.
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	Fernando Guido Penariol
<b>Unidade Executora</b>	Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal

## Análise Crítica

Os resultados alcançados foram satisfatórios:

- O ano de 2009, para a Classificação Vegetal/MG, pode-se considerar de um enorme saldo positivo, uma vez que com apoio incondicional da CGQV técnico-financeiro, conseguimos realizar além das fiscalizações de rotinas, ações intensivas conjuntas com FFA de outros Estados, assim como vários de nossos Fiscais Federais que atuam área tem recebido demandas de colaboração para elaboração de normativos. Sediamos o Encontro Nacional de RT's da Classificação Vegetal e Gestores de Resíduos Vegetais;
- Houve uma melhoria das ações de fiscalização (em produtos, estabelecimentos comerciais, credenciadas, coletas de amostra, classificação e outras);
- A atividade de Classificação Vegetal deste SIPAG/DT-MG continua enfrentando dificuldades, tendo em vista o reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários atuantes na sede e ausência em algumas Unidades Técnicas (interior do Estado);
- Ressalte-se que os técnicos envolvidos na atividade são freqüentemente solicitados pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA para apoiar as ações desencadeadas pela referida Coordenação, inclusive em outros Estados da Federação;
- O Programa de "Controle de Contaminantes e Resíduos" por meio da coleta de amostras de produtos de origem vegetal em alguns municípios do Estado foi melhor estruturado;
- Continuação da implementação do Programa de Gestão da Qualidade no Laboratório de Classificação Vegetal da SFA/MAPA-MG, adequando-o às exigências de certificação da NBR ISO 17025.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. e 2.4.2. Programação e Execução Orçamentária (Tabela Consolidada)

PI	ND	FONTE	PROGRAMADO	EXECUTADO
<b>INSPANIMAL3</b>	339014	100	431.144,24	420.044,24
	339030	100	39.898,48	39.700,48

	339033	100	112.521,57	100.923,57
	339036	100	12.730,54	10.897,54
	339039	100	50.980,00	43.000,00
	339093	100	17.322,13	9.218,13
	449052	100	150.000,00	482.096,89
<b>TOTAL INSPANIMAL3</b>			<b>814.596,96</b>	<b>1.105.880,85</b>
<b>IPVEGETAL2</b>	339014	100	65.000,00	62.853,00
	339030	100	6.500,00	5.000,00
	339033	100	15.000,00	10.092,30
	339039	100	13.090,00	17.500,00
	339014	150	70.000,00	65.765,72
	339030	150	20.650,00	22.923,22
	339033	150	8.643,95	8.643,95
	339036	150	1.500,00	1.431,54
	339039	150	18.080,00	17.600,00
	339093	150	1.000,00	703,39
	449052	100	0,00	52.547,00
<b>TOTAL IPVEGETAL 2</b>			<b>219.463,95</b>	<b>265.060,12</b>
<b>PADCLASSIF</b>	339014	100	35.000,00	29.812,57
	339030	100	3.500,00	2.570,00
	339033	100	6.677,10	6.677,10
	339036	100	8.000,00	2.485,52
	339039	100	60.000,00	13.340,00
	339093	100	567,87	567,87
	339014	175	62.000,00	94.993,47
	339030	175	3.500,00	3.700,00
	339033	175	17.500,00	22.983,17
	339036	175	2.000,00	1.000,00
	339039	175	55.000,00	27.389,03
	339093	175	1.500,00	800,00
	449052	175	320.000,00	309.928,84
<b>TOTAL PADCLASSIF</b>			<b>575.244,97</b>	<b>516.247,57</b>
<b>RESIDUOS</b>	339014	100	15.000,00	6.615,62
	339030	100	0,00	0,00
	339033	100	15.000,00	15.629,13
	339039	100	0,00	11.292,00
	449052	100	0,00	0
<b>TOTAL RESÍDUO</b>			<b>30.000,00</b>	<b>23.536,75</b>
<b>TOTAL</b>			<b>1.639.305,88</b>	<b>1.910.725,29</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	2008	2009
1. Passagens (339030)	115.768,66	123.322,10
2. Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens (339014)	514.450,65	519.325,43
3. Serviços Terceirizados (339036)	5.556,00	15.814,60
3.1. Publicidade	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-
3.3. Tecnologia da Informação	-	-
3.4. Outras Terceirizações (339039)	143.625,79	118.829,03
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal	-	-
5. Suprimento de Fundos	-	-

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e qualidade	0356	8938-INSPANIMAL	Atividade	3	UN	950	714	650.000,00	1.105.880,85	750
Agricultura	Normatização e qualidade	0356	4723-RESÍDUO	Atividade	3	UN	300	367	45.000,00	23.536,75	380
Agricultura	Normatização e qualidade	0356	8939-IPVEGETAL	Atividade	3	UN	750	785	254.858,07	265.060,12	800
Agricultura	Normatização e qualidade	0356	4746-PADCLASSIF	Atividade	3	UN	450	399	327.360,24	516.247,57	415

### Atividades e informações do SIPAG vinculadas ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem animal/SDA/MAPA

Estabelecimentos por setor	Nº	Quadro de Fiscais do SIF	SIF por Fiscal
Carnes Bovina, ovina, caprina, equina	69	42	1,64
Carnes de Aves e ovos	31	17	1,82
Produtos da Pesca e Aquicultura	8	4	2,00
Leite e Mel	574	50	11,48
Graxarias	14	2	7,00

<b>Somatório/Índice</b>	696	115	6,20
-------------------------	-----	-----	------

OBS: Os estabelecimentos foram divididos por atividade, sendo que cada atividade possui um Responsável Técnico no SIPAG/MG.

Os Fiscais Federais Agropecuários foram divididos também por atividade principal, porém, alguns atuam em mais de uma atividade dentro do SIPAG e até mesmo atendem a demandas de outros Serviços da SFA/MG.

<b>Atividades Fiscais 2009</b>		<b>N°</b>
Fiscalizações (Auditorias, Supervisões, Inspeções, laudos e vistorias técnicas) com ou sem ordem de serviço em estabelecimentos:	N°/ATV	
Carnes de Ruminantes, eqüino e suíno.....	108	Total 714
Carnes de Aves.....	32	
Ovos.....	14	
Pescado.....	12	
Leite.....	508	
Mel.....	25	
Graxarias .....	15	
Coleta de amostras (PNCRC, FQ e MO) de água e produtos.		6921
Auto de infração lavrado		991
Auto de infração cancelado		190
Termo de advertência lavrado		245
Auto de multa lavrado		556
Auto de multa cancelado		-
Auto de multa em cobrança judicial		110
Multas arbitradas (R\$)		2.388.769,29
Multas recebidas (R\$)		448.142,85
Multas em cobrança judicial (R\$)		696.127,14

<b>Conformidade de Supervisões e produtos</b>		<b>Conformes</b>	<b>Não conformes</b>
Supervisões	721	485	236
Análises (PNCRC, FQ e MO) de água e produtos	6921	4369	2552

<b>Atividades administrativas</b>	<b>Execução 2009</b>
SIF's concedidos	10
SIF's cancelados	6
SIFs interditados	11 Leite, 5 carne Total 16
ER's concedidos	05
ER's cancelados	1
Informações expedidas	3375
Ofícios expedidos	157
Memorandos expedidos	2027
Ofícios circulares expedidos	59

<b>Atividade</b>	<b>Execução 2009</b>
Convênios técnicos	2
Reuniões técnicas promovidas SIPAG	10
Treinamentos técnicos	15

**Atividades do SIPAG vinculadas ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal /SDA/MAPA**

**PI (PADCLASSIF)**

<b>Atividades</b>	<b>N°</b>
Estabelecimento Fiscalizado	399
Auto de Coleta de amostra	365
Termo de Fiscalização	407
Perícia	69
Auto de Infração	243
Produto fiscalizado (ton/m <sup>3</sup> )	33.050,355

Multa aplicada (R\$)	1.335.648,20
Multa arrecada (R\$)	350.755,00
Multa em cobrança executiva (R\$)	139.372,08

## **PI (IPVEGETAL1)**

<b>1. Registro de Estabelecimento</b>	
Registro concedido	77
Renovação	35
Alteração	23
Cancelamento	43
<b>2. Registro de produto</b>	
Registro concedido	688
Renovação	76
Alteração	2.575
Cancelamento	375
<b>3. Participação em reuniões e eventos (especificar)</b>	
Interno	20
Externo	18
<b>4. Fiscalização</b>	
<b>Termo de Inspeção em indústria (sem necessidade de emissão de diárias)</b>	
Estabelecimentos plenamente <b>conformes</b> com as normas vigentes.	39
Estabelecimentos <b>não conformes</b> com as normas vigentes.	61
Termo de Inspeção para fins de <b>Vistoria Oficial.</b>	20
<b>Termo de Inspeção em indústria (com necessidade de emissão de diárias)</b>	
Estabelecimentos plenamente <b>conformes</b> com as normas vigentes.	293
Estabelecimentos <b>não conformes</b> com as normas vigentes.	304
Termo de Inspeção para fins de <b>Vistoria Oficial.</b>	68
<b>Demais termos lavrados nos dois casos acima (geral)</b>	
Termo de Inspeção no comércio	29
Auto de Infração	155
Termo de Apreensão	59
Intimação	81
Outros termos (especificar)	154
	<b>Qde.</b>
Produto em conformidade	617
Produto não conforme (especificar quantidade, tipo e não conformidade detectada)	198
Vinho (ou outra bebida, quando assim solicitada) coletado em REFORÇO DE FISCALIZAÇÃO.	0
Fechamento de seção ou equipamento	3

Fechamento de estabelecimento	7
TRÂNSITO INTERNACIONAL	Qde.
Certificado ou autorização de exportação	30
Certificado ou autorização de importação	41
<b>5. Processo administrativo</b>	
Processos de AUTO DE INFRAÇÃO instaurados (informar empresa e número do protocolo)	162
Processo de Apuração de DENÚNCIAS FORMAIS (preencher todas as etapas)	36
Relatório em 1ª Instância	197
Julgamento	227
Estabelecimento apenado por fraude (especificar nome, ocorrência, penalidade aplicada)	0
Processo julgado improcedente (especificar empresa e número do protocolo)	2
Advertência	68
MULTAS:	Valor (R\$)
Multa aplicada (especificar quantidade e valor) und/R\$	863.287,00
Multa recolhida (R\$)	71.500,00
<b>5.1. Destinação de produto apreendido</b>	
a) Inutilização	87
b) Liberação	4
c) Infiel depositário	0
Interdição de estabelecimento	32
Suspensão de registro de produto	5
Suspensão de registro de estabelecimento	1
Cassação de registro de produto	0
Cassação de registro de estabelecimento	0
Processo encaminhado à 2ª Instância	22
Processo encaminhado à Dívida Ativa da União	0
Processo encaminhado ao Ministério Público	0
Processo encaminhado ao Conselho Profissional do Responsável Técnico	0

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

**EFICÁCIA** (alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada:  $n^{\circ}$  realizado/ $n^{\circ}$  programado x 100 = eficácia em %

Plano Interno PI	Atividade	Executado 2008	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia % 2009	Programado 2010
8938- INSPANIMAL3	Fiscalizações, auditorias, supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	839	950	714	75,16	750



4723-RESÍDUO	Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	288	300	367	122,33	380
8939-IPVEGETAL-1	Inspeção/fiscalização de estabelecimentos de vinhos e bebidas	736	750	785	104,67	800
4746-PADCLASSIF	Fiscalização da qualidade dos vegetais	449	450	399	88,67	415
<b>SIPAG TOTAL</b>		<b>2312</b>	<b>2450</b>	<b>2265</b>	<b>92,449</b>	<b>2345</b>

#### *Comentários:*

No ano corrente de 2009 o SIPAG/MG atingiu 92,44 % das metas traçadas para as quatro ações finalísticas.

Pode-se notar que houve uma superestimação das metas para a ação INSPANIMAL3, dificultando seu atendimento, além do mais, o foco das inspeções/fiscalizações nesta ação foi para empresas com histórico de problemas.

Apesar dos índices apresentarem-se positivamente, podemos citar como disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido nestes indicadores: a falta de comprometimento de alguns servidores na execução dos programas e ações, interferências políticas nas ações de fiscalização, lentidão em andamento de alguns processos sem justificativa técnica, além disso, evidenciadas através da má distribuição do quadro fiscal no estado.

#### **EFICIÊNCIA (Custo/benefício)**

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas= custo em R\$

Plano Interno PI	Atividade	Valor Executado 2009	Nº Ações Executadas 2009	Custo Ind. da Ação-em Reais
8938-INSPANIMAL3	Fiscalizações, auditorias, supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	1.105.880,85	714	1.548,85
4723-RESÍDUO	Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	23.536,75	367	64,13
8939-IPVEGETAL-1	Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	265.060,12	785	337,66
4746-PADCLASSIF	Fiscalização da qualidade dos vegetais	516.247,57	399	1.293,85

<b>SIPAG TOTAL</b>	<b>1.910.725,29</b>	<b>2.265,00</b>	<b>843,59</b>
--------------------	---------------------	-----------------	---------------

*Comentários:*

Com intensificação da fiscalização itinerante implantada nos serviços de inspeção federal, com média de 2 fiscais de outras regiões, atuando em outras, foi necessário mais recursos para diárias e suprimentos, isto sem falar no aumento nos valores das diárias, o que levou a um aumento no custo individual da ação INSPANIMAL3.

Outro fator é que o estado de MG possui grande dimensão física, com poucos fiscais disponíveis à atividade, fazendo que um único fiscal tenha que se deslocar da área de atuação para cobrir outras que não dispõem de fiscais, implicando em maior demanda de tempo e custo.

**EFETIVIDADE** - Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Fórmula utilizada: recurso executado 2009 / executado 2008 X 100 = execução em %

Plano Interno-PI	Atividade	Executado 2008	Executado 2009	Varição%
8938- INSPANIMAL3	Fiscalizações, auditorias, supervisões inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	542.480,29	1.105.880,85	<b>103,86</b>
4723- RESÍDUO	Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	80.651,40	23.536,75	<b>-70,82</b>
8939- IPVEGETAL-1	Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	254.858,07	265.060,12	<b>4,00</b>
4746- PADCLASSIF	Fiscalização da qualidade dos vegetais	327.360,24	516.247,57	<b>57,70</b>
<b>SIPAG TOTAL</b>		<b>1.205.350,00</b>	<b>1.910.725,29</b>	<b>58,52</b>

*Comentários:*

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários ao seguir as diretrizes do DIPOA/SDA, DIPOVSDA e CCRC/SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a responsabilidade de prevenir e controlar doenças e pragas animais e vegetais de interesse econômico e de importância para a saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e a outros fins e dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Sua atuação é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e internacional. A qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

O agronegócio brasileiro cumpre com eficiência o papel de abastecer a mesa da população brasileira, em quantidade, com qualidade e preços baixos. O excedente da produção exportado tem revelado a extraordinária capacidade de competição internacional da agricultura do país, que se tornou o principal exportador mundial de alimentos.

Ressalte-se a importância do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no que tange ao impacto social que exerce, uma vez que, ao melhorar a qualidade dos produtos da Agropecuária Mineira, principalmente nos aspectos de segurança alimentar e combate a fraude econômica, faz com que os produtos ofertados a população tenham um maior valor agregado, permitindo uma maior competitividade nos novos mercados internos e externos.

## **SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEPDAG/DT/SFA/MG**

### **Perfil**

O SEPDAG foi criado através da Portaria nº 300 de 16/06/2005 para dar suporte e apoio no âmbito do Estado de Minas Gerais aos programas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, Secretaria de Política Agrícola - SPA, Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, além do atendimento a demandas eventuais da Secretaria de Relações Internacionais - SRI.

O serviço tem em suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, produção orgânica, sistemas de produção integrada, indicação geográfica e a rastreabilidade além da coordenação e acompanhamento das atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia.

### **Missão**

Promover e acompanhar no âmbito do Estado de Minas Gerais a execução das Políticas Agrícolas emanadas do Governo Federal através do MAPA em integração e parcerias com o poder público estadual, municipal, entidades de classe, cooperativas agropecuárias e entidades não-governamentais, buscando o desenvolvimento agrícola e pecuário.

### **Planejamento Estratégico**

Seguindo orientações e critérios emanados dos órgãos centrais, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, e Secretaria de Produção e Agroenergia, é elaborada a programação das atividades a serem desenvolvidas no ano, tendo em vista as particularidades e prioridades relativas ao estado de Minas Gerais, de forma participativa com os integrantes do setor, objetivando torná-la mais objetiva e eficiente, contemplando metas e objetivos

institucionais, bem como meios e recursos materiais necessários à sua operacionalização.

Além das atividades pré-planejadas, muitas das atividades do SEPDAG são realizadas conforme demanda.

## Programas

No ano de 2009, o SEPDAG executou programas relacionados às políticas de desenvolvimento do setor agropecuário, quais sejam:

- **Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual (Cód. 0393):** visa atender as demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;
- **Desenvolvimento da Economia Cafeeira (Cód. 0350):** busca promover o aumento de divisas e empregos pela geração de renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café;
- **Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (Cód. 1442):** objetiva a contribuição para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, tendo por princípio, a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade;
- **Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade (Cód. 1426):** visa à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais assegurando a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade.
- **Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Cód. 6003):** visa atender demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário, apoiando iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria.
- **Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (Cód. 0375):** visa salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Tabela - Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das

	empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
<b>Objetivos Específicos</b>	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
<b>Gerente do programa</b>	Jorge de Paula Costa Ávila
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Carlos Roberto de Castro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento do volume de depósitos de patentes de invenção (prioridade BR);</li> <li>• Crescimento de volume de depósitos de patentes de modelo de utilidade (prioridade BR);</li> <li>• Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologia;</li> <li>• Prazo de concessão de patentes;</li> <li>• Prazo de concessão de registro de desenho industrial;</li> <li>• Prazo para concessão de registro de marcas.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### **Ação 2b47: Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – PI: INDGRAF**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de Indicações Geográficas - IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
<b>Descrição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo);</li> <li>• Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais;</li> <li>• Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG;</li> <li>• Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários;</li> <li>• Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos;</li> <li>• Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.</li> </ul>
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	SDC
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Bivanilda Almeida Tapias
<b>Unidades Executoras</b>	CIG; SEPDAG

## Metas

- Realizar o Diagnóstico de Potencial Indicações Geográficas – IG em Minas Gerais, mapeando os produtos e planejando atividades relacionadas à proteção e ao reconhecimento da IG para produtos agropecuários;
- Apoiar projetos visando ao encaminhamento de solicitações de obtenção de IG junto ao INPI.

## Análise Crítica

O planejamento de ações apresentado à Coordenação não foi executado no todo porque nem sempre houve disponibilidade financeira para tal.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Não se aplica.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>INDGRAF</b>	339014	3.561,27
	339030	500,00
	339033	3.707,68
	339036	-
	339039	260,00
<b>Total Geral</b>		<b>8.028,95</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
Passagens	-	3.916,39	3.707,68
Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	-	6.371,79	3.561,27
Material de Consumo	-	1.070,00	500,00
Serviços Terceirizados	-	12.400,00	260,00
<b>Totais</b>		23.758,18	8.028,95

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normalização e Qualidade	0393	2B47	Atividade	4	Unidade	71	73	36.200,00	8.028,95	Difícil mensuração

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

#### EFICÁCIA

1) Número de produtores atendidos com a indicação geográfica.

Nº programado: 50

Nº realizado: 50

Eficácia: 100 %

Não houve programação prévia para este indicador uma vez que é indicador de produto contemplado no PPA 2008-2011.

2) Número de diagnósticos de produtos com potencial IG realizados.

Nº programado: 0

Nº realizado: 0

Eficácia: 0%

As atividades relativas à IG no âmbito do SEPDAAG referem-se aos produtos/associações e cooperativas que já haviam sido realizados diagnósticos em 2007, excetuando-se a *Cooperativa dos Produtores de Cachaça da região de Ouro Preto* para qual foi dada especial atenção quanto à orientação no processo de solicitação de proteção à Indicação Geográfica. O apoio à Cooperativa caracterizou-se por reuniões técnicas periódicas e visitas a propriedades. As reuniões técnicas tiveram a participação de componentes do grupo de trabalho sobre Indicações Geográficas formado em 2007 representantes da EMATER-MG, SEAPA, IMA, SEBRAE, SIPAG e SEPDAAG/SFA/MG, além da UFV e da CIG/DEPTA/MAPA.

*3) Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI.*

Nº programado: 2

Nº realizado: 1

Eficácia: 50%

Foi protocolizado no INPI o processo relativo à IG da Aguardente de cana tipo cachaça da Região de Salinas, processo nº IG 200908 no dia 22/12/2009.

Foram protocolizados no SEPDA/MAPA os processos relativos à IG do Queijo Minas Artesanal do Serro e à IG do Queijo Minas Artesanal da Canastra para avaliação prévia e posterior elaboração do Instrumento Oficial que subsidiará a solicitação de proteção das respectivas IG junto ao INPI. Para tanto, foi formado um grupo de trabalho interinstitucional composto por representantes da SEAPA, EMATER-MG, IMA, SEPDA que, com a orientação da CIG/DEPTA, fez uma notificação de complementação dos documentos apresentados para auxiliar a elaboração do Instrumento Oficial solicitado pelas Associações dos Produtores envolvidos.

*4) Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SEPDA com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários diversos.*

Nº programado: 15

Nº realizado: 15

Eficácia: 100%

Foram realizadas quatro reuniões com o SEBRAE/MG onde foi discutido o processo de IG da Cachaça da Região de Salinas.

Foram realizadas quatro reuniões com a Associação dos Produtores de Queijo da Canastra (APROCAN) e Associação dos Produtores Artesanais de Queijo do Serro (APAQS) para discutir o processo de IG do queijo das respectivas regiões.

Foram realizadas duas reuniões técnicas sobre Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários em Belo Horizonte, com a participação da EMATER/MG, IMA, SEAPA e SEPDA-MG para tratar da elaboração do “Instrumento Oficial” dos queijos do Serro e da Canastra. Essas reuniões foram coordenadas pela CIG/DEPTA.

Além dessas, foram realizadas outras cinco reuniões com o SIPAG/MG, EMATER-MG, IMA e SEAPA para discutir a harmonização das legislações estadual e municipal para produção de queijos.

*5) Número de Eventos com apoio e participação de técnicos do SEPDA.*

Nº programado: 3

Nº realizado: 7

Eficácia: 100%

Nos períodos de 02 a 13/03/2009 e 18 a 20/03/2009 estivemos nas cidades de Medeiros/MG e Serro/MG trabalhando junto as associações APROCAN e APAQS discutindo e orientando a elaboração do documento “Instrumento Oficial” para as IG das regiões do Serro e Serra da Canastra.

No período de 03 a 07/08/2009 participação no curso de Indicação Geográfica promovido pelo SEBRAE nacional para consultores estaduais.



No período de 23 a 28/08/2009 estivemos em Brasília para participar de reunião técnica nacional dos SEPDA/UF promovida pela CIG-CAPTA.

No período de 29/03/09 a 03/04/2009 estivemos na cidade de Florianópolis/SC para participar de reunião técnica dos chefes dos SEPDA.

No período de 11 a 14/08/2009 estivemos nas cidades de Patrocínio/MG, Uberlândia/MG e Monte Carmelo/MG para participar de visita técnica a região do cerrado mineiro tendo por objetivo possibilitar aos participantes do grupo temático de IG do café conhecer o processo de certificação do café, o regulamento de uso e os mecanismos de controle dessa Indicação Geográfica.

No período de 25 a 28/11/2009 estivemos na cidade de Fortaleza/CE para participar de reunião nacional dos SEPDA-UF sobre Indicação Geográfica para os queijos artesanais do Brasil.

#### *6) Número de Eventos promovidos pelo SEPDA.*

Nº programado: 1

Nº realizado: 0

Eficácia: 0

No ano de 2009, o SEPDA não promoveu eventos sobre IG. Contudo houve a participação do SEPDA na reunião de gestores da SFA/MG que proporcionou a interação com os demais Serviços e Unidades Regionais no que se refere ao apoio desses às ações de incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários. Houve também o apoio do SEPDA na realização de duas Reuniões Técnicas promovidas pela CIG/DEPTA/SDC.

## **EFICIÊNCIA**

Recurso executado: R\$ 8.028,95

Nº de ações executadas: 73

Custo unitário: R\$ 109,98

## **EFETIVIDADE**

O processo de obtenção de IG é bastante demorado e depende de um nível de organização e conhecimento muito grande por parte dos produtores, associações e parceiros.

Um dos papéis do MAPA, através do SEPDA, é divulgar a cultura de IG no meio rural e entre os consumidores, capacitar agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores. Foi formalizado um convênio para desenvolvimento de ações de Incentivo à Indicação Geográfica, sendo um convênio com a Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas/MG - APACS, cujo objeto é Indicação Geográfica para Cachaça de Salinas.

Com o intuito de formar uma equipe multidisciplinar para avaliação dos processos de pedido de IG do Queijo Minas Artesanal do Serro e do Queijo Minas Artesanal da Canastra cujo objetivo é elaborar o Instrumento Oficial dos respectivos processos, foi criado um grupo de trabalho composto por representantes da SEAPA,

EMATER-MG, IMA, SEPDAG, orientado pela equipe da CIG/DEPTA, que se reuniu periodicamente durante o decorrer do ano de 2009.

Foi depositado junto ao INPI o processo com solicitação de registro de Indicação Geográfica para Aguardente de cana tipo cachaça para região de Salinas/MG.

Encontra-se em fase final a elaboração do documento “Instrumento Oficial” para Indicação Geográfica do Serro e da Serra Canastra para os queijos artesanais Serro e Canastra.

## Resumo INDGRAF

### Eficácia

Atividade	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Número de produtores atendidos com a indicação geográfica	59	50	50	100%	60
Diagnósticos de produtos com potencial IG realizados	0	0	0	-	4
Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI	0	2	1	50%	3
Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SEPDAG com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários	17	15	15	100%	10
Número de Eventos com apoio e participação de técnicos SEPDAG	6	3	7	100%	5
Número de Eventos promovidos pelo SEPDAG	0	1	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>71</b>	<b>73</b>		<b>84</b>

### Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
INDGRAF	8.028,95	73	Todas relacionadas ao PI INDGRAF	R\$ 109,98

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

#### Tabela - Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos

	da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.
<b>Objetivo específico</b>	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
<b>Gerente do programa</b>	Manoel Vicente Fernandes Bertone
<b>Responsável pelo programa na âmbito da UJ</b>	Carlos Roberto de Castro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	- Consumo interno de café; - Volume de exportação de café; - Volume de produção de café.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### **Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira - PI: GAPCAFE**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	FUNCAFÉ
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Claudia Marinelli
<b>Unidades Executoras</b>	CGPE/DCAF

## **Análise Crítica**

Não se Aplica.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

Não se Aplica.

### **2.4.2. Execução Orçamentária**

Não se Aplica.

### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

Não se Aplica.

### **2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Não se Aplica.

### **2.4.5. Indicadores de Desempenho**

Tendo em vista que as despesas desta Ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, conforme objetivo acima descrito, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

## **Atividades realizadas**

- Participação na comissão para acompanhamento e fiscalização do contrato nº 030/2009 MAPA/MINASFORT portaria nº 268 de 24 de novembro de 2009 com a finalidade de dar proteção à rede armazenadora;
- Vistorias nas Unidades Armazenadoras de Café de Manhumirim, Campos Altos, Varginha, Juiz de Fora, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões;
- Orientação técnica à CONAB referente à compra de café verde (contrato de opção);
- Participação na criação da Comissão de Arbitragem do MAPA na área de café cru, torrado e moído;
- Orientação técnica para o processo de entrega de café de contrato de opção na rede armazenadora MAPA;

- Visita técnica ao processo de industrialização de café orgânico familiar na COOPFAN- Cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo;
- Participação da Comissão Permanente de avaliação para alienação dos veículos oficiais da SFA-MG, portaria nº 228 de 15 de outubro de 2009;
- Acompanhamento Missão Colombiana para compra de café verde;
- Vistoria nas Unidades Armazenadoras de café e conferência de estoque;
- Participar da programação parcial para entrega de cafés vendidos em leilão;
- Inspeção nas Unidades Armazenadoras de Café de Campos Altos/MG e Perdões/MG;
- Vistoria “in loco” de convênio com Prefeitura de Presidente Olegário/MG;
- Acompanhamento “in loco” do convênio do 9º Concurso de Cafés Especiais em Poços de Caldas. Vistoria do Armazém de Café em Campos Altos/MG;
- Participar do 17º Seminário do Café do Cerrado.

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

##### Objetivos

Tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade, objetiva a contribuição para a garantia da qualidade e competitividade dos produtos agropecuários brasileiros.

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico (código: 1442)
<b>Objetivo geral</b>	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
<b>Objetivos específicos</b>	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
<b>Gerente do programa</b>	Marcio Antonio Portocarrero
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Paulo Marcos de Paula Lima
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio</li> <li>• Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas</li> <li>• Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na</li> </ul>

	População Brasileira <ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira</li> <li>• Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### **Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar - PI: RASTREAB1**

##### **Descrição**

Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.

##### **Sub-ação**

Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários Rastreabilidade.

##### **Objetivos**

- Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo;
- Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.

#### **Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.

<b>Descrição</b>	Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov - ERAS, certificadoras, fábricas de elementos de identificação e associações de raça.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Naor Maia Luna
<b>Unidades Executoras</b>	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

## Meta

Auditar Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV e empresas certificadoras em Minas Gerais.

## Análise Crítica

A parceria estabelecida entre o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA e Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais foi fator crucial para o sucesso das atividades relacionadas ao SISBOV no estado de Minas Gerais. Desde o final do ano de 2007 iniciou-se um trabalho conjunto que até hoje vem sendo desenvolvido de maneira harmoniosa e cooperativa.

O trabalho de auditorias em certificadoras foi desenvolvido em diversos estados da federação de acordo com o planejado com a coordenação em Brasília, sendo que os auditores da SFA/MG participaram de todas as atividades nas quais foram designados, inclusive em outros estados.

A demanda por auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV depende do mercado, de forma que, se existe valor diferenciado a ser pago pelo boi rastreado, aumenta-se a procura por auditoria oficial que capacita o ERAS a exportar para a União Européia. Caso não haja valor diferenciado, o que ocorreu em Minas Gerais a partir de maio de 2010, a demanda diminui e com isso, apesar do estado ter capacidade de realizar o número de auditorias planejada, houve a realização de um número menor de auditorias.

De uma maneira geral, todas as atividades do PI RASTREAB foram realizadas com o êxito esperado, possuindo em equipe motivada e comprometida com o objetivo do programa.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Não se aplica.

#### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>RASTREAB1</b>	339014	25.193,46
	339030	6.811,98
	339033	18.220,33
	339039	4.600,00
	339093	476,30
	449052	
<b>Total Geral</b>		<b>55.302,07</b>

#### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	9.067,64	14.808,86	18.220,33
<b>Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens</b>	5.242,57	49.882,06	25.193,46
<b>Material de Consumo</b>	136,00	20.019,31	6.811,98
<b>Serviços Terceirizados</b>	2.400,00	21.552,84	4.600,00
<b>Indenizações e Restituições</b>	-	75,02	476,30
<b>Totais</b>	<b>16.846,21</b>	<b>106.338,09</b>	<b>55.302,07</b>

#### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	1442	8592	Atividade	4	Unidade	34	46	56.529,96	55.302,07	50.0000

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

##### EFICÁCIA

1) Número de certificadoras auditadas.

Nº programado: 10

Nº realizado: 11

Eficácia: 100%

##### Justificativa

Nos dias 20 de janeiro a 02 de fevereiro de 2009 foi realizada no Brasil uma missão da FVO (*Food and Veterinary Office*) que teve como objetivo avaliar as medidas tomadas pelas autoridades brasileiras para o atendimento às recomendações de



relatórios de missões anteriores em relação aos sistemas de controle para segurança de alimentos e saúde pública, assim como quanto aos procedimentos de certificação. Atenção particular foi dedicada ao sistema de rastreabilidade implementado para propriedades aptas a exportar bovinos para a União Européia e à efetividade dos procedimentos de aprovação e inspeção para propriedades listadas de acordo com a decisão 79/542/EEC.

Dentre as conclusões que constam no relatório final dessa Missão, foi citado que avanços significativos em relação aos registros nas propriedades, identificação animal e controles de movimentação foram feitos desde missões anteriores. De acordo com os técnicos da FVO, o sistema de auditoria oficial implementado pelas autoridades brasileiras é agora robusto o suficiente para fornecer as garantias solicitadas pela comissão. Apesar desse progresso relatado, foram constatadas algumas irregularidades, que ainda deveriam ser corrigidas. Dentre elas, foi verificado que o desempenho das certificadoras necessitava de ações para melhorar a credibilidade geral e efetividade dos controles.

Para atendimento a esse quesito, foi determinado que seria implementado o sistema de auditorias em certificadoras do Sisbov. Diante disso, foi realizado um treinamento para 27 Fiscais Federais Agropecuários - FFA, que ficaram responsáveis por auditar todas as certificadoras credenciadas no país até então. Dentre os 27 FFA treinados, três são do quadro da Superintendência Federal de Agricultura do estado de Minas Gerais - SFA/MG. Os FFA da SFA/MG participaram de 11 auditorias em 08 certificadoras em diferentes estados da UF. A saber:

- Escritório regional da certificadora SBC em Nanuque - MG;
- Sede da certificadora Tracer em Uberlândia - MG (duas auditorias);
- Sede da certificadora Vipper em Belo Horizonte - MG (duas auditorias);
- Sede da certificadora JE em Quirinópolis - GO;
- Sede da certificadora SBC em Botucatu - SP;
- Sede da certificadora TECBOI em Três Lagoas - MS;
- Sede da certificadora PANTANAL em Rondonópolis - MT;
- Sede da certificadora Acelere em Brasília - DF;
- Escritório regional da certificadora IFM em Patrocínio - MG.

Em cada auditoria sempre estavam presentes de dois a quatro FFA de diferentes estados da UF de modo que juntamente com o trabalho estava também se realizando o treinamento prático dos FFA em continuidade ao treinamento teórico para realização das auditorias em certificadoras.

As auditorias em certificadoras tiveram como principal objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no gerenciamento das atividades de certificação pela empresa a ser credenciada pela IN 17/2006, bem como elencar não conformidades encontradas, sugerindo correções para adequação e atendimento às normas do SISBOV.

Tendo em vista o empenho da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade - CSR e dos FFA envolvidos, o planejamento das auditorias em certificadoras pode ser cumprido com o êxito desejado.

*2) Número de Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV - ERAS - auditados de janeiro a dezembro de 2009.*

Nº programado: 665

Nº realizado: 486

Eficácia: 73,08%

Dos 486 ERAS auditados em Minas Gerais neste período foi obtido o seguinte resultado:

- 343 foram considerados “conformes” para exportação para a União Européia;
- 143 foram considerados “não conformes” para exportação para a União.

Destes 486 ERAS auditados, 22 foram auditados por FFA lotados na SFA/MG e os demais por fiscais estaduais do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

*a) Número de estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV – ERAS -auditados por Fiscais Federais Agropecuários da SFA/MG de Janeiro a Dezembro de 2009.*

Nº programado: 15

Nº realizado: 22

Eficácia: 100%

Dos 21 ERAS auditados pelos Fiscais Federais, neste período foi obtido o seguinte resultado:

- 13 foram considerados “conformes” para exportação para a União Européia;
- 9 foram considerados “não conformes” para exportação para a União.

De acordo com o planejado pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR/SDA/MAPA, no ano de 2009 os fiscais federais ficaram responsáveis por realizar auditorias em certificadoras, sendo que as auditorias em ERAS passaram a ficar sob a responsabilidade do órgão estadual de defesa - IMA.

Diante disso, os auditores da SFA/MG passaram a fazer auditorias em ERAS apenas em casos especiais de treinamento, denúncias ou para supervisão do serviço estadual. Por isso, foram programadas apenas 15 auditorias em ERAS para o ano de 2009, sendo que esse número foi ligeiramente superado.

*b) Número de estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV – ERAS -auditados por Fiscais Estaduais do IMA de Janeiro a Dezembro de 2009.*

Nº programado: 650

Nº realizado: 464

Eficácia: 71,38%

Dos 464 ERAS auditados por Fiscais Estaduais neste período foi obtido o seguinte resultado:

- 330 foram considerados “conformes” para exportação para a União Européia;
- 134 foram considerados “não conformes” para exportação para a União Européia.

## Justificativa

Diante da situação verificada nos trabalhos conduzidos ao longo do mês de janeiro e fevereiro de 2008, e do histórico das auditorias realizadas pela União Européia em anos anteriores, foi publicado o Ofício Circular SDA n° 11 em 17 de março de 2008, o qual cita: “a União Européia decidiu que somente poderá ser exportada para os países comunitários carne bovina desossada, in natura, obtida de bovinos procedentes de ERAS que tenham sido auditados pelo serviço veterinário oficial federal ou o seu correspondente estadual.”

Com isso, a partir de Abril de 2008, o que determinou a aprovação de um ERAS como apto a União Européia foi a realização de Auditoria oficial no ERAS mediante a aplicação de um “*check list*” específico para fins de rastreabilidade, no qual estando o Relatório de Auditoria “conforme”, este seria analisado pelo Comitê Estadual de Assessoramento do SISBOV-CEAS, e posteriormente encaminhado a Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade. Assim, desde aquela época, o trabalho de auditorias oficiais em ERAS foi implementado, contado com a participação de fiscais federais e estaduais devidamente treinados e passou a ser condição essencial para que um estabelecimento rural fosse considerado apto a fornecer bovinos para produção de carne a ser exportada para a UE.

Considerando os procedimentos supra referidos, as aplicações de penalidades aos Estabelecimentos Rurais Aprovados SISBOV - ERAS e Entidades Certificadoras e ainda que nos moldes atuais, os estabelecimentos rurais inseridos no SISBOV, obrigatoriamente passam por auditoria oficial para verificar sua conformidade com a legislação vigente, foi feito o planejamento de auditorias para o ano de 2009 levando-se em consideração o número de ERAS presentes no estado de Minas Gerais, bem como a capacidade do estado em realizar tais auditorias, em virtude do grande apoio do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária que viabilizou o envolvimento de um grande número de fiscais estaduais treinados para esse trabalho. Em fevereiro e março, o número de ERAS aptos a receber auditoria foi grande e o estado conseguiu realizar auditoria em todos eles. A partir de abril, por questões de mercado, muitos produtores rurais desistiram de manter seus rebanhos rastreados, fazendo com que a demanda por auditorias diminuísse. Por isso, apesar do estado ter capacidade de realizar em média 60 auditorias/mês, o número de auditorias realizadas foi menor do que o planejado.

Ressalta-se que as auditorias realizadas por fiscais estaduais do IMA foram feitas com recurso dessa autarquia. Coube a SFA/MG coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo IMA, dentro da metodologia traçada pela CSR.

3) *Número de treinamentos realizados pela SFA/MG para formação de auditores do SISBOV.*

Nº programado: 5

Nº realizado: 11

Eficácia: 100%

Foi previsto no final do ano de 2008 que seria necessário mais um treinamento teórico e mais 4 práticos para ampliar o número de auditores do órgão estadual para atender a demanda de 2009. Não estavam previstos em 2008 a necessidade de realizar novos treinamentos para auditores já “formados” em 2008, o que acabou sendo

demandado em virtude de mudanças que se fizeram necessárias no relatório de auditoria utilizado. Além disso, optou-se por treinar um número menor de auditores em cada treinamento prático, motivo pelo qual foram realizados 8 treinamentos práticos, ao invés dos 4 planejados. Diante disso, foi realizado um número maior de treinamentos do que havia sido planejado no final de 2008.

Para que fosse possível o alcance da meta no ano de 2009, a SFA/MG, com o apoio da CSR, realizou 11 treinamentos para auditores do Sisbov até agosto de 2009. Desses, dois foram realizados em abril (um deles para repasse do novo relatório de auditoria para os auditores treinados em 2008 e o outro para a formação de mais 23 auditores do órgão estadual). No mês de maio foram realizados 8 treinamentos práticos em continuidade ao curso teórico para os 23 novos auditores e no mês de agosto foi feito um treinamento de nivelamento para todos os auditores do estado de Minas Gerais.

#### *4) Acompanhamento de Missão Européia.*

Nº programado: 1

Nº realizado: 1

Eficácia: 100%

Em janeiro de 2009, dos dias 27 a 30, uma equipe da FVO realizou auditoria no estado de Minas Gerais. A missão no estado de Minas Gerais foi acompanhada por um FFA da CSR/Brasília, um FFA do DIPOA/Brasília e também por quatro FFA's da SFA/MG (um do SEDESA, dois do SIPAG e um do SEPDA, sendo esse último o responsável pelo SISBOV na SFA/MG).

Durante a missão européia foram visitados dois ERAS na região do Triângulo Mineiro, nos municípios de Araguari e Prata, o escritório seccional do IMA no município de Prata e também a Triparia Lopesco, no município de Araguari.

O relatório final da Missão foi apresentado em Brasília-DF no dia 2 de fevereiro de 2009.

#### *5) Atuação do Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV - CEAS/MG.*

O Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV - CEAS/MG tem os seguintes objetivos:

- Analisar os relatórios de auditoria de propriedades ERAS, ratificando ou retificando o resultado da avaliação das propriedades;
- Instruir os processos de apuração de irregularidades nas propriedades ERAS, dando subsídios à elaboração da relatoria do processo e propondo penalidades aos autores de irregularidades;
- Dar suporte técnico ao Responsável pelo SISBOV no estado para definições de estratégias de atuação nas atividades pertinentes ao SISBOV no estado;
- Avaliar os auditores, identificando a necessidade de treinamentos.

A análise de 100% dos Relatórios de Auditoria do ano de 2009 foi realizada pelos membros do Comitê, sendo que para cada relatório sempre havia um parecer emitido por um membro da SFA/MG e outro parecer emitido por um membro do IMA. Dois FFA

do SEPDAG/SFA/MG e dois fiscais do IMA estiveram envolvidos nessa atividade durante o ano de 2009.

No caso de detecção de alguma pendência no relatório de auditoria, os membros do CEAS foram responsáveis em entrar em contato com os auditores, certificadora e/ou produtores envolvidos, no sentido de anexar os esclarecimentos e/ou documentos necessários ao melhor entendimento dos pontos que poderiam gerar dúvidas na análise dos mesmos por técnicos da União Européia.

No caso de discordância do CEAS em relação ao parecer dos auditores, o relatório de auditoria não era enviado para a CSR e o ERAS envolvido era re-auditado.

**6) Número de Processos Administrativos para apuração de “não conformidades” em ERAS.**

Foram instruídos 76 processos administrativos para apuração de “não conformidades” encontradas em ERAS durante as auditorias oficiais (63 para produtores rurais responsáveis pelos ERAS e 13 para certificadoras). Os processos foram instruídos e analisados por FFA lotados no SEPDAG. As relatorias dos processos foram realizadas por FFA lotado no SEPDAG, auditor do SISBOV, para posterior julgamento pelo DT, notificação e envio a CSR para julgamento de 2ª instância.

**7) Número de frigoríficos auditados.**

Nº programado: 3

Nº realizado: 1

Eficácia: 33,33%

Havia sido programada pela CSR a realização de treinamento de auditores do SISBOV para se capacitarem para auditorias em frigoríficos habilitados a exportar carne para a União Européia. Após entendimento com o DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ficou determinado que tais auditorias seriam realizadas apenas por FFA ligados ao DIPOA, motivo pelo qual essa atividade não foi realizada através do PI RASTREAB como planejado. Foi realizada apenas uma auditoria no frigorífico MATABOI, que se fez necessária para a instrução do processo administrativo número 21000.009422/2009-67, no mês de dezembro de 2009.

**Tabela - Resumo das atividades relacionadas ao Sisbov - MG/2009**

ATIVIDADE PROGRAMADA		META 2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CERTIFICADORAS AUDITADAS		10	-	-	1	1	-	2	2	-	-	2	2	1	11
FRIGORÍFICOS AUDITADOS		3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
NÚMERO DE ERAS	MAPA	15	2	0	7	1	10	0	1	0	0	0	0	1	22

AUDITADOS	IMA	650	0	23	74	39	56	46	53	32	48	26	45	22	464
	TOTAL	665	2	23	81	40	66	46	54	32	48	26	45	23	486
TREINAMENTOS		5				2	8			1					11
Acompanhar Missão Européia		1	1												1

## EFICIÊNCIA

Recurso executado: R\$ 55.302,07

Nº de ações executadas: 46 (excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do IMA)

Custo unitário: R\$ 1.202,21

O custo unitário da ação no ano de 2009 foi superior ao ano de 2008, tendo em vista que no ano de 2009 foi realizado um maior número de ações fora do estado, o que implicou maior gasto de diárias e passagens aéreas.

## EFETIVIDADE

A atuação do estado, através do órgão executor de defesa sanitária no estado, continua sendo imprescindível para o êxito do SISBOV, tendo em vista a continuidade da obrigatoriedade da auditoria oficial para inclusão de um ERAS na lista de aptos a exportar para a União Européia. O comprometimento dos fiscais estaduais do IMA e dos fiscais federais da SFA/MG com o programa de rastreabilidade refletiu no resultado obtido pelo estado, que terminou o ano com aproximadamente 35% dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV do País.

Para garantir o êxito do SISBOV em Minas Gerais, pretende-se para o ano de 2010 manter o número de auditores do órgão estadual para realizar auditoria em ERAS, bem como garantir a participação do MAPA nos processos de auditoria de certificadoras e acompanhamento das ações de campo realizadas pelo IMA.

## Tabelas PI Rastreab Eficácia

Atividade	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Número de certificadoras auditadas	1	10	11	100	5
Número de frigoríficos auditados	-	3	1	33,33	0
Número de ERAS auditados	171	15	22	100	10
Número de ERAS vistoriados pelo órgão executor de sanidade animal do estado de Minas Gerais com o acompanhamento do SEPDA	2182	650	464	71,38	500

Número de treinamentos realizados pela SFA/MG	37	5	11	100	3
Acompanhar Missão Européia	1	1	1	100	1
<b>TOTAL</b>	<b>3414</b>	<b>684</b>	<b>510</b>	<b>84,12</b>	<b>518</b>

As regras vigentes do SISBOV, estabelecidas pela Instrução Normativa 17 e anexos estão sendo discutidas atualmente no comitê técnico consultivo do SISBOV, podendo no próximo ano serem procedidas mudanças/adequações, desde que respeitados os princípios dos acordos Sanitários e Fitossanitários.

Está prevista a publicação de uma nova Instrução Normativa relacionada ao Sisbov. As metas planejadas para 2010 partem do princípio de que ainda será necessária a auditoria oficial em 100% dos ERAS para que possam ser incluídos na lista de aptos a exportação para a UE. Caso esse requisito deixe de ser necessário, haverá mudança nas atividades executadas em 2010.

Para 2010 foi planejado um número menor de auditorias em certificadoras, tendo em vista que em virtude do trabalho executado em 2009, muitas empresas foram suspensas ou descredenciadas.

### Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
Rastreab	R\$ 55.302,07	46*	Auditorias em certificadoras, auditorias em ERAS, treinamentos práticos e teóricos para auditores do SISBOV	R\$ 1.202,21

\*Excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do órgão executor de Sanidade Animal do Estado de Minas Gerais.

### Parceiros do MAPA relacionados ao PI RASTREAB

- Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA;
- Secretaria Estadual de Agricultura de Minas Gerais;
- Empresas certificadoras credenciadas pelo MAPA;
- Fábricas de elementos de identificação credenciadas pelo MAPA.

### Ação 8622: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - PI: PROMOCOOP2

#### Tabela - Dados gerais da ação

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
<b>Descrição</b>	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na

	qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação-Geral de Acompanhamento-CGA/DENACOOP/SDC
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Daniel Amin Ferraz
<b>Unidades Executoras</b>	CGA/DENACOOP

### **Análise Crítica**

Não se aplica.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

Não se aplica.

### **2.4.2. Execução Orçamentária**

<b>PROMOCOOP2*</b>	339014	1.934,81
	339030	
	339033	1.545,99
<b>Total Geral</b>		<b>3.480,80</b>

### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

Não se aplica.



#### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não se aplica.

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

#### Atividades desenvolvidas

- Participação na 1ª Oficina DENACOOOP em Ação de Cooperativismo da SDC/Mapa, direcionada aos representantes das SFA da região sudeste.

\* Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

#### Ação 8560: Fomento à Inovação no Agronegócio - PI: INOVAGRO

##### Tabela - Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
<b>Finalidade</b>	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
<b>Descrição</b>	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária-CAPTA/DEPTA/SDC
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Marilena de Assunção F.Holanda
<b>Unidades Executoras</b>	CAPTA/DEPTA

#### Análise Crítica

Não se aplica.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Refere-se a Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações abaixo relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>INOVAGRO</b>	339014	2.871,28
	339030	500,00
	339033	1.567,86
	339036	
<b>Total Geral</b>		<b>4.939,14</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Não se aplica.

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não se aplica.

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

### Atividades realizadas

- Participação em reunião do Grupo gestor de Programa Bancos Comunitários de Sementes e Adubos Verdes, com representantes da Embrapa, Emater e MAPA, no âmbito da proposta de apoio a processos inovadores, iniciativas, ações e projetos locais ou regionais de desenvolvimento sustentável do Agronegócio;
- Participação da Reunião do Subgrupo de trabalho – Marcos Regulatórios do GT - Agropecuária em Belo Horizonte;
- Proferir palestra sobre Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e Ações do MAPA para o setor Agropecuário (Agenda de Ações da PDP) - Biotec e participar como representante do MAPA na reunião ordinária do Fórum de Competitividade de Biotecnologia durante o INOVATEC/MG;
- Proferir palestra sobre Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários, durante a INOVATEC/2009;

- Reunião com CIG-CAPTA, sobre biotecnologia, no período de 23 a 28/08/2009 em Brasília-DF.

## **Ação 4720: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – PI: CERTORGAN1**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
<b>Descrição</b>	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação de Agroecologia-COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Rogério Pereira Dias
<b>Unidades Executoras</b>	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade

O CERTORGAN é coordenado e executado efetivamente pela COAGRE/SDC/MAPA. Em Minas Gerais esta Ação encontra-se em fase preparatória e sua implementação se iniciará pelas demandas para o credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade (certificadoras e OPAC) da produção orgânica; e para o cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos. Portanto, não houve planejamento específico conforme metas físicas e financeiras, sendo que o recurso financeiro utilizado foi procedente de repasse da COAGRE para participação da fiscal federal Lygia Bortolini na etapa final do curso de capacitação técnica para aplicação dos mecanismos de garantia e informação da qualidade, envolvendo o pagamento de diárias e transporte.

### **Análise Crítica**

Não se aplica.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Refere-se a Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>CERTORGAN1</b>	339014	486,09
	339033	502,31
<b>Total Geral</b>		<b>988,40</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Não se aplica.

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não se aplica.

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

### Atividades realizadas

- Participação da III Fase do 1º Curso de preparação de Fiscais Federais Agropecuários para aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica em Piracicaba/SP.

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### **PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE**

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.

<b>Objetivos específicos</b>	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
<b>Gerente do programa</b>	Maria Cecília Wey de Brito
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Carlos Roberto de Castro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de participação de alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### **Ação 8606: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico PI: DESENGORG**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
<b>Descrição</b>	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que

	possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Rogério Pereira Dias
<b>Unidades Executoras</b>	COAGRE/CGDS/ DEPROS

Os recursos do PI Desenorg apoiaram quatro linhas temáticas prioritárias que são relacionadas à organização da rede de produção orgânica; elaboração de produtos apropriados à agricultura orgânica; desenvolvimento de processos apropriados aos sistemas orgânicos; educação e capacitação em processos orgânicos; promoção da agricultura orgânica e do consumo responsável. Confirma-se a tendência do ano anterior, de fortalecimento e atuação em parceria interinstitucional juntamente com instituições governamentais e não governamentais em Minas Gerais. Houve a reestruturação da Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais (CPOrg-MG), conforme preconiza a IN 54, de 22 de outubro de 2008 e do projeto Bancos Comunitários de Sementes de Aduos Verdes, destacando-se a atuação efetiva do Grupo Gestor do Programa que é vinculado à SDC/MAPA.

### **Análise Crítica**

O desenvolvimento da atividade representou sucesso no âmbito da gestão interinstitucional voltada à criação de um ambiente favorável à agricultura orgânica no Estado. Entretanto, esse alcance se deu pela mobilização técnica. É importante destacar a escassez de recursos para investimentos e fomentos que representassem a consolidação de projetos efetivos no âmbito da agricultura orgânica.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Não se aplica.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>DESENGORG</b>	339014	5.849,00
	339030	-
	339033	1.887,40
	339036	16.528,93
	339039	5.674,50
	339093	359,94
<b>TOTAL</b>		<b>30.299,77</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
Passagens	-	1.000,00	1.887,40
Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	-	1.574,62	5.849,00
Material de Consumo	-	299,99	-
Serviços Terceirizados	-	8.700,00	22.203,43
Indenizações e Restituições	-	-	359,94
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>11.574,61</b>	<b>30.299,77</b>

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normalização e Qualidade	1426	8606	Atividade	4	Unidade	4000	2987	80.000,00	30.299,77	Meta a ser definida pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

#### EFICÁCIA

Nº realizado= 2.987 pessoas beneficiadas diretamente\*

Nº programado= 4.000 pessoas beneficiadas

Eficácia: 74,67%

\* Incluindo público atendido diretamente na V Semana do Alimento Orgânico

## EFICIÊNCIA

Nº programado= 2.987 pessoas beneficiadas  
Recurso financeiro executado = R\$ 30.299,77  
Eficiência: 10,14%

Para considerar o baixo custo unitário descrito anteriormente, reiteramos o significativo apoio financeiro dos parceiros.

## EFETIVIDADE

Às contas referentes ao PI Desenorg, deve-se somar a valorosa articulação interinstitucional que foi construída por meio de uma ação técnica diária, e que se constituiu em ferramenta fundamental para a consolidação e para a garantia da qualidade orgânica. Entraves podem ser verificados nas estratégias anuais de planejamento decorrentes das restrições orçamentárias, além da existência de um plano de cargos e salários no MAPA que alcança apenas uma parte da instituição.

### Resumo DESENORG

#### Eficácia

Atividade	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pessoas beneficiadas	16.565	4.000	2.987	74,67%	4.000
<b>TOTAL</b>	<b>16.565</b>	<b>4.000</b>	<b>2.987</b>	<b>74,67%</b>	<b>4.000</b>

#### Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Pessoas atendidas	Atividade	Custo Individualizado da Ação
DESENORG	R\$ 30.299,77	2.987	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pessoas beneficiadas	R\$ 10,14

## Resultados

Número de pessoas beneficiadas:

- atendimento direto: 2.987
- atendimento indireto: 10.252



## **Atividades realizadas**

### **ORGANIZAÇÃO DA REDE DE PRODUÇÃO ORGÂNICA**

- Articulação interinstitucional e organização do setor orgânico por meio da Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais;
- Incentivo à consolidação da Associação de Consumidores Orgânicos por meio da divulgação mensal da Feira Terra Viva;
- Atualização dos dados da produção orgânica em Minas Gerais (produtores, produtos, área e município) por meio de contato com certificadoras, produtores e com a Emater para estimativa dos produtores certificados no Estado;
- Apresentação técnica sobre as bases legais, exigências, certificação e preceitos da produção orgânica no Brasil e em Minas Gerais, na Câmara Temática de Instrumentos de Gestão da SEMAD, a partir de convite da FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais e reunião de gestores da SFA/MG;
- Atuação para encaminhar os resultados do Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas Gerais - 2008/2011 com encaminhamentos de gestão estadual junto ao órgão de assistência técnica Estadual - Emater, especialmente com o coordenador de agroecologia, e com o assessor parlamentar da Assembléia Legislativa para implantação das ações inseridas pela CPORG-MG no PPAG e Orçamento do Estado. Entretanto, a SEPLAG não liberou os recursos para a Emater implementar a ação;
- Palestra para divulgar princípios, produtos e processos relacionados à agricultura orgânica para público diversificado;
- Elaboração participativa de projeto visando conservação da agrobiodiversidade junto aos Geraizeiros, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vazerlândia, CAA, Embrapa, UFMG;
- Articulação da Comissão da Produção Orgânica com o Projeto de industrialização do café Orgânico familiar no sul de Minas Gerais;
- Apoio à realização de palestra do fiscal federal Jeohvah no 12º seminário Mineiro sobre Produção Orgânica;
- Apoio técnico da fiscal Lygia Bortolini ao processo de análise das solicitações de convênio junto à COAGRE/SDC/MAPA.
- Acompanhamento *in loco* de convênio N.º 702193/2008 entre ABD e o MAPA no âmbito do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

### **ELABORAÇÃO DE PRODUTOS APROPRIADOS À AGRICULTURA ORGÂNICA**

- Produção de material técnico-educativo para subsidiar ações do programa Bancos Comunitários de Sementes;
- Produção de material instrucional para a Semana do Alimento Orgânico em linguagem adequada para o público infanto-juvenil em parceria com a Emater.

## **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS APROPRIADOS AOS SISTEMAS ORGÂNICOS - BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES DE ADUBOS VERDES**

- Ação efetiva e permanente do Grupo Gestor do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes para a composição do Plano Estratégico do Programa enquanto uma referência nacional;
- Apresentação técnica do Programa Bancos Comunitários de Sementes no 3º Encontro de Agroecologia de Montanha;
- Capacitação de técnicos multiplicadores e entrega de sementes do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, EMATER e EPAMIG;
- Organização e realização de oficina técnico-educativa no II Seminário de Sementes promovido pela UFMG no campus Montes Claros;
- Organização e coordenação da IIª Reunião Nacional do Programa Bancos Comunitários de Sementes e Adubos Verdes;
- Apoio à organização do Encontro Técnico sobre Hortaliças Tradicionais, com a realização de palestra em conjunto com a Embrapa e Emater, sobre o Banco Comunitário de Hortaliças Tradicionais, implantado pela ASBON, associação integrante do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes;
- Organização e realização do II Encontro Técnico de Avaliação e Planejamento do Programa Bancos Comunitários de Semente de Adubos Verdes no estado de Minas Gerais;
- Participação em Reunião Técnica relativa ao Projeto Bancos Comunitários de Hortaliças tradicionais Vinculado ao Programa Bancos Comunitários de Sementes e Adubos Verdes do MAPA, para definição do processo de distribuição e para a elaboração interinstitucional de materiais instrucionais juntamente com a EPAMIG, Embrapa CNPH e EMATER;
- Acompanhamento e avaliação integrada de uma unidade demonstrativa de plantio direto sobre a palhada dos adubos verdes, em conjunto com a Embrapa, EPAMIG e EMATER, implantado pela ASBOM, associação integrante do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

## **EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM PROCESSOS ORGÂNICOS**

- Organização e envio dos certificados e do CD referentes às palestras proferidas no XI Seminário Mineiro sobre Produção Orgânica que foi realizado pela Embrapa Milho e Sorgo, no município de Sete Lagoas entre os dias 01 e 03 de outubro de 2008, por meio de ação conjunta do comitê organizador do evento, composto pela Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais, Embrapa Milho e Sorgo e pelo professor Vicente Casali da Universidade Federal de Viçosa.

## **PROMOÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DO CONSUMO RESPONSÁVEL**

- Palestra para público diversificado para divulgar princípios, produtos e processos relacionados à agricultura orgânica;
- Realização da V Semana do Alimento Orgânico com a realização dos seguintes eventos: vídeo agroecológico infantil comentado; oficinas com plantio em pneus; plantio em garrafas PET e copinho de jornal; compostagem e captação de água de chuva para irrigação; I Mês de Estudos da Biologia, divulgação dos alimentos orgânicos e sensibilização ambiental com os funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza e manutenção da SFA/MG; degustação e distribuição de material educativo com a exibição de vídeos orgânicos nas lojas das redes Super Nosso e Verde Mar, associadas com chamadas em rádio; palestras educativas e distribuição de cartilhas para Agentes Financeiros, entidades sociais e poder público, sindicato de trabalhadores rurais, escolas municipais e escolas estaduais; distribuição de material educativo para os visitantes do Jardim Zoológico e Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte; “armazém verde” em comemoração à Semana do Meio Ambiente; expedição pelo Velhas 2009 (Projeto Manuelzão e IMA) e projeto sanitaria mirim (IMA); encontro de agricultores (as) familiares orgânicos da região do sul de Minas Gerais; palestra para estudantes filhos de agricultores familiares, professores e consumidores; divulgação da semana do alimento orgânico em Sete Lagoas e região; campanha pelo alimento orgânico. A V Semana do Alimento Orgânico teve o apoio dos seguintes parceiros: CPORG-MG; Grupo Gestor do Programa Bancos Comunitários de Sementes; Instituto São Jerônimo Santa Luzia-MG, SESI/SENAI de Santa Luzia-MG, EMATER-MG, Prefeitura Municipal de Contagem, Diretório Acadêmico de Ciências Biológicas da PUCMINAS/Betim-MG, Terceiriza, Rede de Supermercados SuperNosso, Native, Renks, King Off Palms, Tribal, Jasmine, Arroz Org Tio João, Fundação de Parques Municipais; Restaurante Bem Natural, Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte PROPAM, E.M. Anne Frank, E.M. Alice Nacif, E.M. Francisca Alves, Colégio Frei Orlando, E.M. Dom Orione, E.E. Madre Carmelita, Obra Social São José Operário, E.E. Silviano Brandão. E.E. Juquinha de Almeida, E.E. Prof<sup>a</sup> Amélia de Castro Monteiro, E.E. João Lopes Gontijo, E.E. Guadalajara, E.E. Ministro Miguel Mendonça, E.E. Vereador José Roberto Pereira, E.E. Deputado Cláudio Pinheiro, E.E. Maria Pereira Araújo, E.E. Bernardo Monteiro, Rede Terra Viva / ONG 4 Cantos do Mundo/TRT - Comissão de Gestão Ambiental, Instituto Mineiro de Agropecuária, Projeto Manuelzão (UFMG), Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM, Instituto Federal de Ciências e Tecnologia - Campus Machado, Associações de Agricultores Familiares de Andradas, Campestre, Incofidentes, Natercia e Ouro Fino, Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Milho e Sorgo, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Fitotecnia FAPEMIG-CNPq.

## **Ação 8949: Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - PI: REGENAGRO**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação.
<b>Descrição</b>	Propor e estabelecer convênios, termos e contratos de cooperação técnica, intercâmbios, assessoria e consultorias, nacionais e internacionais; promover a participação em colegiados e fóruns de interesse, nacionais e internacionais, relacionados à agrobiodiversidade e recursos genéticos; promover fóruns de diálogo, reuniões técnicas, eventos, discussões temáticas, conferências, seminários e correlatos sobre as ações desenvolvidas. Participação de órgãos do governo e Instituições parceiras e de interface operacional, nos níveis federal, estadual e municipal, como a EMBRAPA, CONAB, Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, universidades, MDIC, MCT, MMA, MDA, MI, MRE, sistema "S", instituições e agentes envolvidos com "ATER", iniciativa privada, representações de classe e da sociedade civil organizadas, ONG, empresas de melhoramento genético e detentores de coleções e bancos de germoplasmas.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	MARILENA DE ASSUNÇÃO F.HOLANDA
<b>Unidades Executoras</b>	S.D.C/MAPA

### **Análise Crítica**

Não se aplica.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

Refere-se a Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

#### 2.4.2. Execução Orçamentária

REGENAGRO	339014	1.200,00
	339033	1.957,98
	339036	6.291,80
	339039	14.359,58
	339093	218,09
<b>TOTAL</b>		<b>24.027,75</b>

#### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Não se aplica.

#### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não se aplica.

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Não se aplica.

#### Atividades desenvolvidas

Com a articulação promovida pelas ações desenvolvidas pelo Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes (PI Desenorg), foi identificada demanda estadual para desenvolvimento do Projeto de resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças tradicionais (não convencionais) em parceria com a EMATER, Embrapa CNPH, EPAMIG, MAPA, ASBON e produtores rurais.

O Projeto visa resgatar a cultura do cultivo e consumo de espécies de hortaliças atualmente, subutilizadas e ou negligenciadas, junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Para isso estimulará o intercâmbio de hortaliças tradicionais em Minas Gerais, a partir da criação ou ampliação de bancos comunitários de germoplasma de hortaliças tradicionais.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, foram programadas para serem desenvolvidas as seguintes ações: *produção, multiplicação e disponibilização de material propagativo; elaboração de materiais didáticos e informativos; eventos para a construção e socialização de conhecimentos sobre o tema.* Essa iniciativa está inserida no contexto da ação Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - REGENAGRO, gerida nacionalmente pelo Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária do MAPA. Essa ação tem por finalidade apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação, conforme preconiza o Decreto Legislativo nº 70/06 que trata da Internalização do Tratado Internacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação - FAO.

No âmbito do Serviço Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDA, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com a

Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005, compete a execução de ações relacionadas à promoção, orientação e ao acompanhamento de atividades relativas ao desenvolvimento rural, em especial e no contexto desse Projeto, àquelas referentes à preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; segurança alimentar; cooperativismo e associativismo rural, ratificando a importância da proposta apresentada a qual subsidiará a promoção do resgate da produção e consumo de espécies de hortaliças tradicionais junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares, o que proporcionará ganhos culturais, biológicos, econômicos, entre outros, para as comunidades envolvidas. As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2009 foram:

- Participação de reunião de avaliação do projeto para o resgate da conservação, produção e Consumo de hortaliças tradicionais (não convencionais) em MG com representantes da EMATER, Embrapa CNPH, EPAMIG, MAPA e ASBON;
- Participação de encontro técnico do projeto para o resgate da conservação, produção e Consumo de hortaliças tradicionais (não convencionais) em Três Marias - MG com representantes da EMATER, Embrapa CNPH, MAPA e ASBON, contribuição para matéria jornalística sobre o Projeto veiculada nos Programas Minas Rural e Globo Rural e preleção de palestra;
- Realização padronização nutricional das Hortaliças não-convencionais no centro de referência da EMATER-MG em Bambuí, para subsidiar a adequação do material instrucional a ser publicado - Ação do projeto Bancos de Multiplicação de hortaliças Não-convencionais, ligado à CAPTA/SDC/MAPA;
- Participação da Reunião para elaboração participativa de projeto visando Conservação da Agrobiodiversidade junto aos “Geraizeiros” (população tradicional do Norte de Minas), Sindicato de Trabalhadores Rurais de Varzelândia, CAA, MAPA, Embrapa e UFMG;
- Implantação de bancos de hortaliças não-convencionais com agricultores familiares de Varzelândia (Comunidade João Congo) e Montes Claros (Assentamento Estrela do Norte) em Minas Gerais;
- Orientação e Implantação Banco Comunitário de Conservação e Multiplicação de hortaliças tradicionais com agricultores familiares da região de Juiz de Fora/MG, que atenderá os municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Santos Dumond, Piau, Chácara, Chiador e Belmiro Braga;
- Produção de material técnico-educativo para subsidiar ações do Projeto Bancos Comunitários de Conservação e Multiplicação de Hortaliças Não Convencionais.

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 6003: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da

	infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
<b>Objetivo específico</b>	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
<b>Gerente do programa</b>	Marcio Antônio Portocarrero
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Carlos Roberto de Castro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Custo Médio do Transporte de Grãos;</li> <li>•Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional;</li> <li>•Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - PI: APPRODUTOR

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
<b>Descrição</b>	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Marcio Cândido Alves
<b>Unidades Executoras</b>	CGPI

## **Análise Crítica**

Esta ação contemplou o deslocamento de servidores da SFA no sentido da efetivação de acompanhamento “in loco” da execução de convênios celebrados pelo MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, com a emissão do correspondente relatório conclusivo e seu encaminhamento àquela Secretaria. No exercício, e com término da vigência de Convênios, foram produzidos relatórios de acompanhamento de convênios celebrados com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ, a Associação Brasileira dos Criadores de Girolando (2), o Grupo de Apoio a Ovinocultura - GAO, a Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, a Prefeitura Municipal de Aricanduva, a Cooperativa Mista e Agropecuária de João Pinheiro - CAMP e a EMATER/MG.

Além dessas fiscalizações a SDC/MAPA demandou a SFA/MG para efetuar vistorias prévias de convênios e emissão de relatórios que viessem a subsidiar propostas de convênios apresentadas pelas seguintes Prefeituras: São Tomás de Aquino, São João Batistado Glória, Alpinópolis, Ilícinea, Pratápolis, São Roque de Minas, Guanhões, Muzambinho, Cabo Verde, Capetinga, Carmo do Rio Claro, Ouro Fino, Jacutinga, São Pedro da União, Abaeté, Caeté, Camacho, Carmo do Cajurú, Corinto, Funilândia, Ponte Nova e Serro.

Com o atingimento de 100% das demandas atendidas, consideramos os resultados normais e satisfatórios.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

Esta ação tem sua programação orçamentária efetuada a nível central sendo que, a cada demanda, foi feita a solicitação de descentralização de recursos para os deslocamentos necessários à SDC/MAPA, com atendimento tempestivo.

### **2.4.2. Execução Orçamentária**

<b>APPRODUTOR</b>	339014	5.154,10
	339093	
	449052	11.387,30
<b>TOTAL</b>		<b>16.541,40</b>

### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

Ação realizada por demanda. Gerência em Brasília/DF.

### **2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Ação realizada por demanda. Gerência em Brasília/DF.



## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

### EFICÁCIA

Nº vistorias efetuadas x meta física programada.  
(31 : 31) x 100 = 100%

### EFICIÊNCIA

Custo das vistorias x recurso financeiro aplicado.  
R\$ 16.541,40 : 31 = R\$ 533,59 por vistoria

### EFETIVIDADE

Executadas 100% das fiscalizações/vistorias “in loco”, podemos considerar que os objetivos da ação foram alcançados, não se registrando fatores intercorrentes que prejudicassem seu desempenho.

## Ação 2B17: Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
<b>Descrição</b>	Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.
<b>Unidade Responsável pelas</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e

<b>decisões estratégicas</b>	Cooperativismo
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Mauro Vaz de Mello
<b>Unidades Executoras</b>	CGPI

## **Análise Crítica**

As ações desenvolvidas pela SFA/MG através deste plano interno, foram embasadas em demandas da Secretaria de Desenvolvimento e Agropecuário SDC/MAPA, através do seu Departamento de Infra-Estrutura e Logística, decorrentes do Programa de Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços - CPS MAPA/CAIXA celebrado este Ministério e a Caixa Econômica Federal, que tem por objeto a execução dos serviços atinentes ao repasse de recursos, operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários dos Programas do Governo Federal sob a égide do MAPA, atividade prevista no próprio CPS MAPA/CAIXA.

Integrando o Programa de Fiscalização em apreço, foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos de contrato de repasse, descentralizando a execução das atividades do gênero para as Superintendências Federais de Agricultura, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientação/determinação providas da Controladoria Geral da União - CGU/PR e/ou Tribunal de Contas da União - TCU.

À SFA/MG, no exercício de 2009, coube a vistoria “in loco” da execução de 82 (oitenta e dois) Contratos de Repasse, processados por método de amostragem, realizado e indicado pela DIEL/SDC.

A amostragem contemplou contratos de repasse celebrado pelo MAPA, através da mandatária CAIXA, nos últimos cinco anos, retroativamente ao exercício de 2009.

Após o recebimentos da lista indicativa dos contratos a serem fiscalizados, a Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, programou as atividades ao longo do ano e encaminhou a previsão de gastos para o DIEL/SDC, de forma tempestiva, junto com o cronograma das ações de fiscalização previstas.

Feito isto, e descentralizados os recursos para deslocamento do servidor designado para tal atribuição, a SFA/MG atestou, em todos os 80 (oitenta) contratos em que realizou fiscalização “in loco”, a execução total ou parcial do objeto oriundo de recursos de contrato de repasse e, conforme o caso, o atendimento à finalidade a que se destinou conforme descrita no Plano de Trabalho homologado pelo MAPA.

Foram emitidos relatórios descritivos e conclusivos sobre as atividades de fiscalização dos Contratos Amostrados e encaminhados ao DIEL/SDC imediatamente após sua realização.

Além do programa de fiscalização desenvolvido, por demanda do Órgão Central, foram ainda realizada 04 (quatro) vistorias “in loco” de contratos de repasse, atendendo determinações da CGU/PR decorrentes de Sorteios Públicos de municípios.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A programação orçamentária das ações do FISCONTRATO é realizada a nível nacional pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e, em decorrência de demandas, a área responsável pela formalização, controle, acompanhamento e fiscalização de convênio, nesta SFA, solicita a descentralização do recurso orçamentário necessário aos deslocamentos previstos.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

FISCONTRATO*	339014	21.523,92
	339030	
	339039	5.150,00
	339093	143,91
<b>TOTAL</b>		<b>26.817,83</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Ação realizada por demanda. Gerência em Brasília/DF.

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Ação realizada por demanda. Gerência em Brasília/DF.

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Fiscalização realizada é o indicador de desempenho utilizado para medir a eficiência e eficácia da ação.

#### **EFICÁCIA**

Nº de fiscalização em relação à meta física programada.

84 fiscalizações programadas / 84 fiscalizações realizadas = 100%

#### **EFICIÊNCIA**

Custo da fiscalização em relação ao recurso financeiro aplicado.

Custo total: R\$ 26.817,83 : 84 fiscalizações = R\$ 319,25 fiscalizações

## EFETIVIDADE

Com a realização de 100% das fiscalizações programadas atingidas, pode-se afirmar que os objetivos da ação foram alcançados, com vistorias e consequentes emissão de relatórios nos municípios de Divinópolis, Cana Verde, Capitólio, Dolores do Indaiá, Ibiraci, Delfinópolis, Alpinópolis, Brasília/DF, Formoso, Arinos, Belo Horizonte, Jaboticatubas, Governador Valadares, Comercinho, Chapada do Norte, Coroaci, Guanhões, Córrego Novo, Açucena, Caratinga, Entre Folhas, Conceição do Ipanema, Poços de Caldas, Cabo Verde, Campestre, Bom Repouso, Alfenas, Passos, Cristina, Carmo de Minas, Jesuânia, Heliadora, Uberlândia, Centralina, Campina Verde, Campo Florido, Araxá, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Juiz de Fora, Bias Fortes, Bicas, Ervália, Alto do Rio Doce, Santa Vitória, São Francisco e São Pedro do Suaçuí, totalizando de 84 (oitenta e quatro) Contratos de Repasse.

### 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Tabela - Dados Gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
<b>Objetivo específico</b>	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
<b>Gerente do programa</b>	Inácio Afonso Kroetz
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Carlos Roberto de Castro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas</li><li>• Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas</li><li>• Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais</li><li>• Taxa de Conformidade de Inoculantes</li></ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

## 2.3.2. Principais Ações do programa

### Ação 2122: Proteção e Fiscalização de Cultivares - PI PROTCULTIV 2

Tabela - Dados gerais da ação

<b>Tipo da ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas cultivares de espécies vegetais por meio da garantia do direito de propriedade intelectual.
<b>Descrição</b>	Análise de requerimento para concessão de proteção de cultivares; consulta a organismos internacionais e definição das condições de homogeneidade, estabilidade, distinguibilidade e novidade para a emissão do Certificado de Proteção; estudo e elaboração dos descritores das cultivares de espécies vegetais eleitas para fins de proteção; identificação e avaliação das características de cultivares; controle e garantia da manutenção dos caracteres originais das cultivares protegidas; manutenção de banco de germoplasma com amostras originais das cultivares protegidas; e fiscalização e realização de prova de identidade para manutenção da proteção.
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Daniela de Moraes Aviani
<b>Unidades Executoras</b>	SDC

### Análise Crítica

Não se aplica.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

PI sob gerência direta do MAPA - Sede (Brasília).

### 2.4.2. Execução Orçamentária

<b>PROTCULTIV2</b>	339014	2.501,40
	339033	1.241,93
	339093	1,08
<b>TOTAL</b>		<b>3.744,41</b>

### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

PI sob gerência direta do MAPA - Sede (Brasília).

### **2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

PI sob gerência direta do MAPA - Sede (Brasília).

### **2.4.5. Indicadores de Desempenho**

Não se aplica.

#### **Atividades desenvolvidas**

- Participar de reunião com produtores de flores ornamentais da região de Andradas/MG sobre o uso de cultivares protegidas;
- Análise de pedidos de proteção de cultivares junto ao SNPC/DPTA/SDC-MAPA.

\*Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA-MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

### **OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SEPDAG-MG**

- Participação da fiscal Lygia Bortolini e Déa Pádua do Grupo de Trabalho “Gestão Estratégica” da SFA/MG, referente à Portaria Nº 144, de 19 de junho de 2009;
- Participação do curso “Exercitando a Execução de Estratégias Organizacionais: Teoria e Prática” da Gestão Estratégica do MAPA;
- Participação da 1ª Oficina DENACOOOP em Ação - Planejamento 2009/10 realizada em Vitória-ES.

Somando-se às atividades específicas do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário-MG, este Serviço também conta desde 2008, com os trabalhos da Técnica em Comunicação Social-NS III, *Déa Márcia Caetano de Pádua responsável pelas seguintes atividades:*

#### **Ouvidoria**

Interlocutora da Ouvidoria do MAPA, na SFA-MG, desde a sua criação em 2005.

A Ouvidoria é o termômetro da instituição, recebe a avaliação sobre o funcionamento dos serviços oferecidos pelo Ministério da Agricultura.

Recebe, analisa, encaminha aos Serviços, suas demandas. Estas podem ser classificadas como: reclamações, elogios, críticas, sugestões, informações ou denúncias. São os temas que permitem ao MAPA utilizar mecanismos identificadores

de eventuais falhas, para melhorar os procedimentos e instrumentos, viabilizando a gestão participativa.

A Ouvidoria/MG recebeu de janeiro a dezembro/09 – 34 (trinta e quatro) demandas assim classificadas:

- Denúncia: 14
- Reclamação: 13
- Elogio: 05
- Informação: 01
- Crítica: 01

### **Câmaras e Conselhos**

Representar Interinamente a SFA/MG na Câmara Técnica de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural; no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; no Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária e no Comitê de Articulação Estadual dos Territórios da Cidadania.

- Participação em 05 Reuniões.

### **COED/MAPA**

Representar o Conselho Editorial, do Ministério da Agricultura, junto à SFA/MG.

Esse Conselho é vinculado ao Gabinete do Ministro e tem por finalidade exercer a gestão editorial institucional e implementar a Política Editorial, do Ministério, zelando pelo cumprimento e atualização, bem como, definindo normas e padrões para disciplinar as atividades editoriais afetas aos órgãos e unidades descentralizadas do Ministério. Realizações:

- Foram realizadas 05 reuniões com os Serviços Técnicos para a confecção e organização do Planejamento Editorial da SFA/MG, para 2010;
- Definidos o controle e distribuição dos materiais impressos (revistas, cartazes, folhetos, jornais, etc) aos Serviços, Regionais e outros órgãos de interesse do MAPA;
- Participação na Reunião da DT e todas as chefias de Serviços/UTRA's e UTLA's, em Belo Horizonte, de 26 a 29/05/09, para apresentação das ações ao novo Superintendente, bem como, proceder a adequação dos procedimentos das diversas atividades gestoras desta SFA;
- Participação na reunião da Equipe de Classificação Vegetal, em Viçosa/MG, de 01 a 05/06/09;
- Participação na 3ª Semana do Fiscal Federal Agropecuário, em Belo Horizonte, de 15 a 17/06/09;
- Planejamento, organização e participação no estande do MAPA no 17º Seminário do Café do Cerrado 2009, em Patrocínio/MG, de 21 a 26/09/09, juntamente com o Técnico - Classificador e Degustador de Café - Israel de Souza Costa;

- Organização e participação na Reunião Nacional dos Responsáveis Técnicos da Qualidade Vegetal e Gestores do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, em Caeté, de 14 a 18/12/09.

## **Educação Sanitária**

Interlocução Adjunta para promover e executar o Programa de Educação Sanitária, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA. O Programa foi criado para através da educação, promover a sanidade, a inocuidade e a qualidade dos produtos agropecuários e seus derivados. É um processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, pelos participantes da cadeia produtiva e da população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários. Com a Instrução Normativa nº 28, publicada no D.º U de 16/05/2008, estabeleceu-se a promoção de programas e atividades educativo-sanitários, em defesa agropecuária, de forma articulada, com as três instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária-SUASA, com os Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários.

Dentre as ações previstas nesse programa estão cursos de capacitação em educação sanitária e a formação de multiplicadores para disseminar orientações e procedimentos sanitários básicos, relacionados a temas específicos de defesa agropecuária.

- Participação em 02 (duas) reuniões e 03 (três) Eventos no IMA Instituto Mineiro de Agropecuária.

## **Gestão Estratégica**

Para alcançar a Visão de Futuro até 2015 - “Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio” e cumprir a sua Missão – “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, elaborou-se a estratégia do Ministério, aliada às tendências globais e do agronegócio e as demandas de seus públicos de interesse.

A estratégia do Mapa foi sintetizada em um instrumento de gestão denominado “Mapa Estratégico”, que é uma representação gráfica do conjunto de desafios, ou Objetivos Estratégicos, que terão que ser alcançados. Essa caminhada rumo à construção e implementação da Gestão Estratégica iniciou-se há três anos. A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) desenvolveu atividades de educação e sensibilização e uma nova ferramenta “Mapa de Aprendizagem” para que todos os servidores conheçam o Plano Estratégico deste Ministério. Realizações:

- Participação do Grupo de Trabalho “Gestão Estratégica” da SFA/MG, referente à Portaria Nº 144, de 19 de junho de 2009;
- Participação do curso “Exercitando a Execução de Estratégias Organizacionais: Teoria e Prática” da Gestão Estratégica do MAPA;



- Designada para ministrar a Oficina “Mapa de Aprendizagem” na SFA/MG, juntamente com a facilitadora da Gestão Estratégica, Olga Vital. Foram realizadas 39 Oficinas, com um total de 283 servidores treinados no período de outubro a 04/12/09, nas Regionais: Montes Claros, Juiz de Fora, Barbacena, Viçosa, Muriaé, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, Passos, Divinópolis, Poços de Caldas, Caratinga, Governador Valadares e Teófilo Otoni. Nas demais Regionais as Oficinas serão realizadas no início de 2010.

## SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG/DT/SFA/MG

### 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Em relação ao PPA 2008/2011, em 2009 o SEFAG/DT/MG, dentro do Programa “Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários” - Código 0375 trabalhou com 08 (oito) Planos Internos - PI’s, sendo 07 (sete) ativos, a seguir:

**Ação 2019** - Fiscalização de Material Genético Animal - **FISCGENE**

**Ação 2124** - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - **FISCINAN**

**Ação 2140** - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - **FISPROVET**

**Ação 2141** - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - **FISFECOI**

**Ação 2177** - Fiscalização de Serviços Agrícolas - **FISCAGRIC1**

**Ação 2179** - Fiscalização de Sementes e Mudas - **FISCALSEM 1**

**Ação 2909** - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - **FISAGROTOX**

#### Programa 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Tabela - Dados Gerais do programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
<b>Objetivos específicos</b>	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
<b>Gerente do programa</b>	Inácio Afonso Kroetz - Secretário de Defesa Agropecuária
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Antônio do Valle Ramos - Superintendente Federal
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do</b>	Taxa de Irregularidade e Taxa de Conformidade de Insumos Pecuários; fiscalizações realizadas e

<b>programa</b>	estabelecimentos e produtos registrados; eficácia, eficiência e efetividade.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, instituído pela Portaria 300 de 16 de Junho de 2005 é responsável pelas ações de fiscalização dos insumos e serviços agrícolas e pecuários, que encontram-se descritas no Plano Plurianual 2008/2011, como o Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários. Tem como missão a fiscalização dos insumos destinados a produção animal e vegetal e de serviços, no âmbito estadual, com objetivo de assegurar a produtividade das culturas, a qualidade do material genético animal e vegetal, dos alimentos destinados ao consumo animal, além de contribuir para a competitividade do agronegócio brasileiro.

O planejamento das atividades é elaborado anualmente, seguindo orientações e critérios emanados dos Departamentos de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA/MAPA e de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA/MAPA, através das suas Coordenações na área vegetal e animal. As programações são elaboradas com a participação dos Fiscais Federais Agropecuários lotados na SFA/MG e das Unidades Técnicas Regionais - UTRAs, sob a coordenação da Divisão Técnica da SFA/MG, sob a supervisão do chefe do SEFAG/DT/SFA/MG.

A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
<b>Descrição</b>	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade do material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços, capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.
<b>Unidade responsável pelas</b>	SDA e DFIP

<b>decisões estratégicas</b>	
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Beronete Barros de Freitas Araújo - Chefe Divisão de Material Genético DMG
<b>Unidade executora</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG através doSEFAG/DT-MG

## **Análise Crítica**

O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de materiais de multiplicação animal. Para tanto, exerce as atividades de controle e registro dos animais doadores de embriões e de sêmen em centrais de inseminação artificial; da realização de provas zootécnicas. Contribui para assegurar a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) ao contribuir para a melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura.

A atividade consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, Centrais de Sêmen e Embriões, Fertilização In Vitro de Embriões, FIV, e incluindo as granjas avícolas Bisavoseiras, Avoseiras, Matriseiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo estado de Minas Gerais. Estabelecimentos Registrados em Minas Gerais no FISC GEN são: 04 (quatro) Centrais de coleta e processamento de sêmen Bovino, 01 (uma) de sêmen Ovino e Caprino, 03 (três) de sêmen Suíno, 05 (cinco) Centros de Produção In Vitro de Embriões Bovinos (FIV), 01 (um) Centro de Transferência de Embriões Bovino (TE), 01 (um) Prestador de Serviço (Sexagem de sêmen) e 24 (vinte e quatro) comerciantes de sêmen. Com relação à Avicultura: 01 (uma) bisavoseira, 07 (sete) avoseiras, 41 (quarenta e uma) matrizeiras, 01 (uma) granja SPF e 12 (doze) criatórios de avestruzes.

Todos estabelecimentos registrados de sêmen e embriões foram fiscalizados em 2009, pois as granjas avícolas devido a biossegurança rígida as fiscalizações in loco são feitas em conjunto com os FFAs do SEDESA/DT/MG.

Em 2009 foram feitas 03 (três) auditorias nas Centrais de sêmen bovino de Uberaba, 11 (onze) fiscalização em estabelecimentos produtores de sêmen, 14 (quatorze) fiscalizações em produtores de embrião, 48 (quarenta e oito) fiscalizações em estabelecimentos comerciantes de sêmen, em 01 (um) prestador de serviço, que com as vistorias e da avicultura, totalizaram 88 (oitenta e oito) fiscalizações, com o custo unitário de R\$ 208,99 (duzentos e oito reais e noventa e nove centavos).

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Natureza de Despesa	Total
339014	R\$ 10.000,00
339030	R\$ 1.000,00
339033	R\$ 5.000,00
339039	-
339036	-
339093	-
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 16.000,00</b>

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar	Total Geral Executado no Exercício
<b>F I S G E N E</b>	3390.14	Diárias	10.645,99	0,00	10.645,99
	3390.30	Material de Consumo	1.367,20	0,00	1.367,20
	3390.33	Passagens	3.378,26	0,00	3.378,26
	3390.39	Serviço de Terceiros /PJ	3.000,00	0,00	3.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>18.391,45</b>	<b>0,00</b>	<b>18.391,45</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Recursos Executados (R\$)							
Elemento Despesa	Fon te	Descrição	Exercício 2006	Exercício 2007	Exercício 2008	Exercício 2009	Variação (%) 2009/2008
3390-14 <sup>1</sup>	100	Diárias	3.714,78	8.166,32	5.422,90	10.645,99	96,31
3390-30 <sup>1</sup>	100	Material de Consumo	1.500,00	2.271,99	500,00	1.367,20	173,44
3390-33 <sup>1</sup>	100	Passagens	-	7.638,20	8.594,21	3.378,26	(60,69)
3390-39 <sup>1</sup>	100	Serviços Terceirizados	350,00	10.624,00	-	3.000,00	(100,00)
3390-93 <sup>1</sup>	100	Ressarcimento	400,00	-	-	-	-
<b>Total</b>			5.964,78	28.700,51	14.517,11	18.391,45	-
4490-52	100	Investimento	79.993,00	-	-	-	-

<b>Total</b>	85957,78	28.700,51	14.517,11	18.391,45	-
<b>Fonte dos Recursos: 100000000</b>					
1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade.					
2. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.					

#### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2019	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	85	88	19.000,00	18.391,45	85

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

##### EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Fiscalização de Estabelecimentos	85	88	102	85

##### EFICIÊNCIA

Valor descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
18.391,45	88	Fiscalização realizada	208,99

##### EFETIVIDADE

A melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção, dependem muito do ganho genético do material utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição.

Nos últimos anos o Brasil passou de importador de leite e carne para grande exportador.

Grande parcela desta conquista é devido à melhoria genética dos nossos rebanhos, conquistada com os Testes de Progênie, com os Programas Nacionais de Melhoramento das raças no Brasil, num trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, Embrapa, Universidades, Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, Sociedade Brasileira de Tecnologia de Embriões e Fundações de Pesquisas Agropecuárias,

juntamente com as Centrais de Sêmen e Embriões e Associações dos Criadores entre outros.

A demanda de genética de alta qualidade, na área bovina, suína, ovina e de outras espécies domésticas, está aumentando consideravelmente, e com isto a responsabilidade da Fiscalização Federal Agropecuária. Todo esforço, com grande soma de recursos financeiros e humanos se faz necessário para uma boa fiscalização federal que garanta ao produtor rural a qualidade do material genético comercializado, com o mesmo padrão em todo o país.

Dentro do escopo da fiscalização de material genético animal, um conjunto de ações interna e externa são conduzidas, das quais destacamos:

- Análises de requerimento de importação: com 148 importações autorizadas; totalizando: 330 de suínos; 73.740 de ovos férteis; 1.956.161 doses de sêmen bovino; 709 de embriões bovinos; 326 de embriões ovinos e 77.590 de pintos de um dia importados;
- Inscrição de 357 reprodutores de sêmen e baixa de 315 reprodutores, em Centrais;
- Julgamentos de 09 autos de infração de comerciantes e de produtores de sêmen em primeira instância.

#### **Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
<b>Descrição</b>	Registro e Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Registro e Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Capacitação de fiscais federais agropecuários; Auditoria da implantação das boas práticas de fabricação (BPF), APPCC; Verificação e acompanhamento da tecnologia de fabricação de ração nos estabelecimentos; Relatoria de processos; e Participação em reuniões, simpósios e congressos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIP / SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Fernanda Marcussi Tucci – Coordenadora da Coordenação de Produtos para Alimentação Animal – CPAA/DFIP
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através de seu SEFAG/DT-MG

## **Análise Crítica**

No Estado de Minas Gerais existem cerca de 350 estabelecimentos registrados, com perto de 7.000 produtos registrados, constituindo-se desta forma, em um dos maiores parques industriais produtivos do país relativos a este segmento da economia, sendo a sua fiscalização responsabilidade do SEFAG/DT/MG.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais possibilita a verificação das condições de produção, da conformidade e da qualidade e inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, contribuindo para a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal e para a competitividade do agronegócio brasileiro, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva.

A colheita de amostras de alimentos para animais possibilita verificação da conformidade dos níveis de garantia, a presença de ingredientes proibidos ou microrganismos patogênicos em produtos destinados à alimentação animal. Esta ação contribui para a saúde animal, para a melhoria da qualidade e da inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, possibilitando melhores índices zootécnicos dos animais de produção, o que é de grande importância para a produtividade pecuária, para a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal. A verificação da conformidade de alimentos para animais de companhia é também papel desta atividade.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia nos programas para a redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de “livre da doença”, o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISCINAN. Temos um quadro reduzido de FFA atuando na atividade, alguns sem qualificação necessária e alguns, principalmente os médicos veterinários lotados nas UTRA/UTLA/DT/MG, atuando no atendimento a diversos PI's comprometendo a disponibilidade de tempo dedicado a fiscalização do PI FISCINAN. A publicação de novo Regulamento, aliada a edição de diversas Instruções Normativas tem exigido um aumento da necessidade de fiscalização, sem o correspondente aumento do número de FFA. Aliado a isto, tivemos o contingenciamento determinado pelo Governo Federal, dos recursos financeiros para área fiscalização de insumos para a alimentação animal.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total</b>
339014	R\$ 154.000,00
339030	R\$ 3.000,00
339033	R\$ 26.000,00
339039	R\$ 22.000,00
339036	-
339039	R\$ 22.000,00
339093	-

449052	R\$ 150.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 355.000,00</b>

## 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício
<b>F I S C I N A N</b>	3390.14	Diárias	81.945,79	0,00	81.945,79
	3390.30	Material de Consumo	12.995,31	0,00	12.995,31
	3390.33	Passagens/ Despesas de locomoção	6.490,90	0,00	6.490,90
	3390.36	Serviço de Terceiros/PF	-	-	-
	3390.39	Serviço de Terceiros/PJ	7.000,00	0,00	7.000,00
	4490-52	Investimento	103.500,00	60.987,02 <sup>1</sup>	103.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>211.932,00</b>	<b>60.987,02</b>	<b>211.932,00</b>
<b>1. Restos a pagar.</b>					

## 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Recursos Executados (R\$)							
Elemento Despesa	Fon te	Descrição	Exercício 2006	Exercício 2007	Exercício 2008	Exercício 2009	Varição (%) 2009/2008
3390.14 <sup>1</sup>	100	Diárias	12.712,00	58.646,35	47.348,17	61.945,79	73,07
3390.14 <sup>1</sup>	150	Diárias	-	-	-	20.000,00	100,00
3390.30 <sup>1</sup>	100	Material de Consumo	200,00	13.400,00	3.000,00	12.995,31	333,19
3390.33 <sup>1</sup>	100	Passagens	9.950,00	22.265,00	10.725,40	6.490,90	(39,48)
3390.36	-	Colaborador Eventual	-	-	-	-	-
3390.39 <sup>1</sup>	100	Serviços Terceirizados	300,00	2.680,00	6.453,00	7.000,00	8,47
3390.47		Obrigações Tributárias e Contributivas	-	-	120,00	-	-
3390.93 <sup>1</sup>	100	Ressarcimento	3.038,00	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>26.200,00</b>	<b>96.991,35</b>	<b>67646,57</b>	<b>108.432,00</b>	<b>-</b>
4490.52 <sup>2</sup>	100	Investimento	-	39.410,00	-	103.500,00	100



<b>Total</b>	<b>26.200,00</b>	<b>136.401,35</b>	<b>67.646,57</b>	<b>211.932,00</b>	<b>-</b>
<b>Fonte dos Recursos: 100000000</b>					
1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços de terceiros), dentre outras compatíveis à finalidade.					
2. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas investimento, para aquisição de eletroeletrônicos, mobiliários e veículos, de modo a incrementar a Infra-estrutura para o PI desenvolver as atividades de sua atribuição.					
3. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.					

#### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Fiscalização	0375	2124	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	675	830	116.000,00	108.432,00	685

#### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

##### EFICÁCIA – Sub-ação I e II

Ação/Sub ação I	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia 2009 (%)	Prog. 2010
Fiscalização de estabelecimentos	598	732	675	830	122,96	685
Ação/Sub ação II	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia 2009	Prog. 2010
Colheita de amostras	464	428	670	751	112,08	*
* Programação ainda por ser estabelecida pela Coordenação de Alimentos para Animais/DFIP/DAS e pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial/SDA.						

## EFICIÊNCIA

<b>Sub-ação I</b>			
Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
108.432,00	830	Fiscalizações de estabelecimentos produtores de alimentos para animais	130,64**
<b>Sub-ação II</b>			
Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
108.432,00*	751	Colheitas de amostras de alimentos para animais	144,38
* Os recursos empregados, na colheita de amostras, sub-ação II, são os mesmos recursos disponibilizados para a sub ação I – fiscalização de estabelecimentos, ou seja, não são computados separadamente, visto que na maioria das vezes as sub ações I e II são executadas simultaneamente.			
** O Custo de fiscalização em estabelecimento elevou em 41% em relação ao exercício 2008, haja vista que a partir de julho de 2009, houve um acréscimo de 71,17% no Elemento Despesa 3090.14 – Diárias.			

## EFETIVIDADE

### Efetividade – Sub-ação I

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais contribui para aumento da produtividade e saúde animal, para a inocuidade desses insumos e melhoria da qualidade dos produtos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para o aumento da produção pecuária e a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal, visto que, os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos para consumo humano.

### Efetividade – Sub-ação II

A colheita de amostras possibilita a verificação da conformidade dos níveis de garantia, da presença de microrganismos patogênicos ou ingredientes proibidos, aumento da produtividade e saúde animal, para a inocuidade desses insumos e verificação da sua qualidade. Desta forma, contribui, para melhoria da qualidade e para a inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para a produção pecuária e dos animais de companhia, a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia na redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia

Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de “livre da doença”, o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

## Demonstrativas de atividades em 2009

**Tabela 1. Atividade relacionadas ao registro de estabelecimentos e produtos (2009)**

Atividades	Unidade	Realizadas
Vistorias para registro de estabelecimentos	Vistoria	32
Registros de estabelecimentos fabricante	Registro	27
Registros de estabelecimentos importadores	Registro	00
Cancelamentos de estabelecimentos fabricantes	Cancelamento	12
Registros de produtos	Registro	179
Aditivos	Registro	02
Ingredientes	Registro	20
Suplementos	Registro	60
Concentrados	Registro	01
Rações	Registro	82
Alimentos (cães e gatos)	Registro	14

**Tabela 2. Atividades de fiscalização de estabelecimentos e produtos (2009)\***

Atividades	Unidade	Programadas 2009	Realizadas 2009	Programadas 2010
Fiscalização de estabelecimentos	fiscalização	675	830	685
Anuência licenciamento de importação	anuência	**	18	**
Coleta de amostras de ingrediente	amostras	90	85	***
Coleta de amostras de suplemento	amostras	125	114	***
Coleta de amostras de rações, concentrados e de alimentos (cães e gatos)	amostras	210	386	***
Coleta de amostras PSOA	amostras	150	132	***
Coleta de amostras para pesquisa de salmonela	amostras	90	34	***

A disponibilidade do LANAGRO/Pedro Leopoldo, para a realização de análises fiscais de concentrados, rações e alimentos (cães e gatos) distribuídas nos programas de Conformidade, Salmonela e pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA).

\*\* Atividades destinadas ao atendimento de demandas externas relacionadas a condições de mercado e a eventualidades, não estando sujeitas, portanto, à programação.

\*\*\* Programação ainda não encaminhada ao SEFAG/DT/MG pela CPAA/DFIP/DAS/MAPA.

**Tabela 3. Informações relativas às penalidades e proibições (2009)**

<b>Atividades</b>	<b>Unidade</b>	<b>Realizadas</b>
Auto de infração	Auto	462
Termo de advertência	Termo	46
Auto de multa	Auto	464
Termo de apreensão	Termo	142
Termo de doação	Termo	48
Termo de liberação	Termo	15
Termo de inutilização	Termo	81
Termo de interdição temporária	Termo	5
Arrecadação pela aplicação de multas	R\$	1.041.098,05

**Ação 2140: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET****Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
<b>Descrição</b>	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIP / SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcos Vinícius de Santana Leandro Júnior - Coordenador da Coordenação de Produtos Veterinários - CPV
<b>Unidade executora</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFAG/DT/MG

**Análise Crítica**

A atividade consiste, basicamente, no licenciamento e na fiscalização de estabelecimentos e produtos de uso veterinário, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais e da comercialização dos produtos é efetuada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, através de delegação de competência, e supervisionada pelos técnicos do MAPA. Minas Gerais conta com 42 estabelecimentos licenciados, entre fabricantes, farmácias de manipulação veterinárias

e controladores de qualidade de produtos veterinários, e 3.728 estabelecimentos comerciais, sendo que em 2008 foram realizadas pelo IMA 7.779 fiscalizações.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISPROVET, como a demora na aprovação do Orçamento da União e o contingenciamento determinado pelo Governo Federal dos recursos financeiros para esta área.

É necessário mencionar ainda a crônica deficiência de pessoal, já configurada em outros relatórios, agravada em 2009, onde se observa a enorme demanda de atividades complexas, entregues a uma equipe pequena, sem considerarmos a extensão territorial do Estado de Minas Gerais, e o grande número de deslocamentos até as indústrias. Destaca-se ainda a transferência do único Fiscal Federal Agropecuário médico veterinário do município de Montes Claros, tornando mais onerosas e trabalhosas as ações fiscais naquela cidade, cuja demanda é contínua.

Destacamos a colheita de amostras de vacinas para testes de qualidade oficiais, que objetivam a verificação da eficiência, esterilidade e inocuidade dos produtos, ou seja, se estão dentro dos padrões pré-estabelecidos. Das vacinas incluídas em programas de sanidade oficiais, são colhidas 100% das partidas, para a realização de testes de controle de qualidade antes que estes produtos atinjam o mercado consumidor. Em 2009 foi observado um incremento de 91% em relação ao ano de 2008, o que confere mais segurança em relação à garantia da qualidade das vacinas expostas à venda no mercado brasileiro.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total</b>
339014	R\$ 14.634,23
339030	-
339033	R\$ 19.200,00
339039	R\$ 1.800,00
339036	-
339093	-
339052	R\$ 70.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 105.634,23</b>

## 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício 2009
<b>F I S P R O V E T 1</b>	3390.14	Diárias	15.398,57	0,00	15.398,57
	3390.30	Material de Consumo	100,00	0,00	100,00
	3390.33	Passagens/ Despesas de locomoção	5.129,61	0,00	5.129,61
	3390.36	Serviço de Terceiros/PF	-	0,00	-
	3390.39	Serviço de Terceiros / PJ	3.000,00	0,00	3.000,00
	4490-52	Investimento	98.000,00	59.067,55	98.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>121.628,18</b>	<b>59.067,55</b>	<b>121.628,18</b>
<b>1. Restos a pagar.</b>					

## 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Recursos Executados (R\$)							
Elemento Despesa	Fon te	Descrição	Exercício 2006	Exercício 2007	Exercício 2008	Exercício 2009	Varição (%) 2009/2008
3390-14 <sup>1</sup>	100	Diárias	106,52	13.273,81	10.853,57	14.380,52	32,49
3390-14 <sup>1</sup>	150	Diárias	-	-	-	1.018,05	100,00
3390-30 <sup>1</sup>	100	Material de Consumo	600,00	4.034,42	1.504,35	100,00	(93,35)
3390-33 <sup>1</sup>	100	Passagens	-	8.505,96	7.305,31	5.129,61	(29,78)
3390-36	-	Colaborador Eventual	-	-	-	-	-
3390-39 <sup>1</sup>	100	Serviços Terceirizados	-	296,00	-	3.000,00	100,00
3390-93 <sup>1</sup>	-	Ressarcimento	-	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>706,52</b>	<b>26.110,19</b>	<b>-</b>	<b>23.628,18</b>	<b>100,00</b>
4490-52 <sup>2</sup>	100		85.000,00	22.614,75	-	98.000,00	100,00
<b>Total</b>			<b>85.706,52</b>	<b>48.724,94</b>	<b>19.663,23</b>	<b>121.628,18</b>	<b>-</b>

**Fonte dos Recursos: 100000000**

1. Recursos destinados ao SEFAG/DT/MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade.
2. Recursos destinados ao SEFAG/DT/MG para atender com despesas investimento com aquisição de eletroeletrônicos, mobiliário e veículos, de modo a incrementar a Infra-estrutura para o PI desenvolver as atividades de sua atribuição.
3. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

**2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2140	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	65	108	19.160,00	23.628,18	93

**2.4.5. Indicadores de Desempenho****EFICÁCIA**

Atividade Produto	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes	65	108	166,15	93

**EFICIÊNCIA**

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação R\$
23.628,18	108	Fiscalização realizada	218,77

**EFETIVIDADE**

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

Dentro do escopo da fiscalização dos produtos veterinários, um conjunto de ações internas e externas são conduzidas, das quais destacamos:

- Análises de requerimento de importação: 190 importações autorizadas;
- Colheita de amostras de 100% das vacinas fabricadas sujeitas ao controle oficial, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes do Estado de Minas Gerais, conforme produção das empresas;
- Análises para autorização de fabricação de partidas de Vacinas Autógenas: 364;
- Tramitação de processos: 391 relativos a indústrias de produtos veterinários ou seus produtos e 1174 relativos aos julgamentos de infrações de comércio de produtos veterinários;
- Julgamentos de infrações de comércio de produtos de uso veterinário em primeira instância: 422, representando 94% de aumento no número de julgamentos em relação ao ano de 2008, quando foram 217.

### **Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
<b>Descrição</b>	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIA/SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Hideraldo José Coelho - Coordenador da CFIC/DFIA
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFAG/DT/MG

### **Análise Crítica**

A Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI) tem como principal objetivo assegurar níveis satisfatórios de conformidade e qualidade aos fertilizantes, corretivos e inoculantes disponibilizados para a agricultura nacional. Estima-se que a partir do alcance desses objetivos, produtividades mais elevadas poderão ser alcançadas contribuindo



decisivamente para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro refletindo também, de modo positivo, no grau de oferta de gêneros alimentícios com elevado padrão de qualidade a custos mais acessíveis.

Da análise dos resultados alcançados por intermédio das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2009 depreende-se que estes apontam para uma tendência de melhoria nos níveis de conformidade e qualidade nos insumos agrícolas, em especial nos fertilizantes minerais simples (97%) e fertilizantes minerais complexos (98%). Uma vez que estes se caracterizam como matérias primas para a fabricação de diversas formulações e misturas de fertilizantes minerais, referidas melhorias deveriam proporcionar impactos positivos com relação à expectativa sobre a qualidade final dessas formulações. Entretanto, na contra mão da expectativa anunciada, constatou-se que para os fertilizantes minerais mistos o grau de conformidade se manteve no mesmo patamar do ano anterior (82%), senão ligeiramente inferior, não tendo sido constatadas justificativas, quer sejam técnicas ou econômicas, que se apliquem a referida ocorrência.

Já para os fertilizantes minerais líquidos foi observada uma significativa retração no índice de conformidade (87%). Os efeitos nesse caso, advindos da crise financeira que se instalou a partir do final de 2008, poderiam justificar essa retração visto tratar-se de atividade que apresenta maior grau de especificidade e, por conseguinte mais suscetível as oscilações proporcionadas pelo exercício da concorrência comercial.

Ressalta-se que a partir do mês de julho a programação originalmente concebida para o ano de 2009 foi alterada por solicitação da CFIC/DFIA, que propôs a implantação de um Regime Especial de Fiscalização (REF) cujo foco estivesse centrado nas empresas produtoras de fertilizantes minerais mistos que apresentassem os menores índices de conformidade em relação aos produtos por elas elaborados. Uma vez implantado, o REF contribuiu de forma significativa para a manutenção do índice de conformidade verificado nos fertilizantes minerais mistos, visto que sua adoção conferiu maior grau de seletividade em relação às ações de fiscalização executadas. Salienta-se que para a implementação das ações programadas no REF a estratégia de se promover fiscalizações concentradas, que contaram com o apoio de Fiscais Federais Agropecuários lotados em outras unidades da Federação, foi adotada com sucesso.

É importante frisar que a implantação do REF é considerada o principal motivo pelo qual deverá prevalecer o entendimento de que, para os demais produtos fiscalizados (corretivos, fertilizantes orgânicos e organominerais, substratos e condicionadores), os indicadores alcançados não podem ser interpretados comparativamente aos resultados alcançados no período anterior (2008), devido ao fato desses produtos não terem sido contemplados nas ações fiscais levadas a termo no decorrer do segundo semestre de 2009.

Um dos maiores entraves para a consecução das ações programadas pelo PI persiste na demanda por FFA's para o fortalecimento do quadro de pessoal diretamente envolvido com a atividade. Reside nesse ponto uma das maiores restrições, senão a maior, às quais o PI FISFECOI se encontra atualmente submetido.

Em contrapartida, a celeridade observada na descentralização dos recursos orçamentários destinados à execução das ações de fiscalização no decorrer do exercício configura-se como aspecto de caráter extremamente positivo, contribuindo decisiva e significativamente para o seu efetivo desenvolvimento ao longo do ano. A

disponibilidade desses recursos em tempo hábil possibilitou o alcance de indicadores com maior confiabilidade, uma vez que permite a coleta e a análise de produtos nos períodos mais adequados a uma melhor avaliação dos resultados.

Outro aspecto que contribuiu para o alcance de melhores resultados no desenvolvimento das ações de fiscalização encontra-se relacionado com a substituição parcial tanto da frota disponível para a realização de deslocamentos, bem como dos equipamentos e suprimentos de informática utilizados no desempenho dessas atividades. Nesse sentido ressalta-se que o PI foi contemplado em ambos os aspectos ao longo do exercício, permanecendo a expectativa de continuidade em relação a novas aquisições destinadas ao re-aparelhamento do PI FISFECOI.

De todo o exposto, avalia-se positivamente o desenvolvimento de todas as atividades implementadas no decorrer do ano de 2009, cujo objetivo maior reside no alcance de melhores índices de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Natureza de Despesa	Total
339014	R\$ 235.610,60
339030	R\$ 12.100,00
339033	R\$ 25.500,00
339039	R\$ 87.757,70
339036	-
339093	R\$ 800,00
TOTAL	R\$ 361.768,30
449052	R\$ 525.729,54
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 887.497,84</b>

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício 2010
<b>F I S F E C O I</b>	<b>3390.14</b>	<b>Diárias</b>	191.538,56	0,00	191.538,56
	<b>3390.14</b>	<b>Diárias</b>	10.268,18	0,00	10.268,18
	<b>3390.30</b>	<b>Material de Consumo</b>	14.223,24	0,00	14.223,24
	<b>3390.33</b>	<b>Passagens/ Despesas de locomoção</b>	16.018,24	0,00	16.018,24
	<b>3390.36</b>	<b>Colaborador Eventual / PF</b>	1.000,00	0,00	1.000,00

	<b>3390.39</b>	<b>Serviço de Terceiros / PJ</b>	22.900,00	0,00	22.900,00
	<b>339093</b>	<b>Ressarcimento</b>	2.454,33	0,00	2.454,33
	<b>4490-52</b>	<b>Investimento</b>	201.000,00	197.600,00	201.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>459.402,55</b>	<b>197.600,00</b>	<b>459.402,55</b>
<b>1. Restos a pagar.</b>					

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

<b>Recursos Executados (R\$)</b>							
<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fon te</b>	<b>Descri ção</b>	<b>Exercício 2006</b>	<b>Exercício 2007</b>	<b>Exercício 2008</b>	<b>Exercício 2009</b>	<b>Variação (%) 2009/2008</b>
3390.14 <sup>1</sup>	150	Diárias	56.834,60	87.866,98	116.998,71	191.538,56	63,70
3390.14 <sup>4</sup>	100	Diárias	-	-	-	10.268,18	100,00
3390.30 <sup>1</sup>	150	Material de Consumo	11.909,00	18.834,84	4.193,61	14.223,24	239,16
3390.33 <sup>1</sup>	150	Passagens	9.931,27	1.019,89	18.367,75	16.018,24	(12,79)
3390.36 <sup>5</sup>	150	Colaborador Eventual	-	-	-	1.000,00	100,00
3390.39 <sup>1</sup>	150	Serviços Terceirizados	1.000,00	2.800,00	6.214,77	22.900,00	268,47
3390.93 <sup>1</sup>	150	Ressarcimento	10.000,00	1.850,00	-	2.454,33	100,00
<b>Total</b>			<b>89.684,87</b>	<b>112.371,71</b>	<b>145.774,84</b>	<b>258.402,55</b>	<b>-</b>
4490.52 <sup>2</sup>	150	Investimento	-	54.502,90	214.424,00	201.000,00	(6,26)
<b>Total</b>			<b>89.674,87</b>	<b>166.874,60</b>	<b>360.198,84</b>	<b>459.402,55</b>	<b>-</b>

**Fonte dos Recursos: 150013038**

1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade.
2. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas investimento destinados a aquisição de bens móveis (veículos), de modo a incrementar a Infra-estrutura para o PI desenvolver as atividades de sua atribuição.
3. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.
4. No Elemento Despesa 3390.14 – Fonte 100 foram recolhidos pela COF o valor de R\$ 1.7131,82, ou seja, resíduo do valor de R\$ 12.000,00 descentralizados para custear despesas com diárias no exercício 2009.
5. No caso, o valor descentralizado não é computado para cálculo do indicador eficiência.

**2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2141	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	1.562	1.270	186.700,00	258.402,55	1.150

1. Houve aumento na Previsão haja vista a correção nos valores do Elemento Despesa 3390.14 - Diárias em 71,17%, no mês de julho de 2009.

**2.4.5. Indicadores de Desempenho****EFICÁCIA – Sub-ação I e II**

Ação / Sub-ação	Unidade	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia (%)	Prog. 2010
<b>I</b> Fiscalizações realizadas	Fiscalização	1.733	1.829	1.562	1.270	81,30	1.150
<b>II</b> Amostras coletadas	Amostra	1.141	1.444	1.112	1.076	96,76	700

## EFICIÊNCIA

Valor Executado	Nº. de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
<b>Sub-ação I</b>			
258.402,55	1.270	Fiscalizações realizadas	203,46
<b>Sub-ação II</b>			
258.402,55	1.076	Amostras Coletadas	240,15
<p><b>Obs.: 1.</b> O total programado de 1562 fiscalizações realizadas, programadas Pelo Plano Operativo 2009 não foi atingido visto que no segundo semestre de 2009 o a fiscalização foi redirecionada para o Regime Especial de Fiscalização (REF) conforme determinação da CFIC/SDA/MAPA resultando em 1270 fiscalizações realizadas, ou seja 81,30% do programado. Embora este número não possa ser diretamente comparável com o programado inicial, considera-se que houve eficiência nas fiscalizações, visto que a atividade conseguiu atingir quase a integridade das fiscalizações previstas no REF, refletindo em significativas melhorias nos índices de conformidade para fertilizantes mineral misto nas empresas sob REF.</p> <p><b>2.</b> O Custo Individualizado da Ação aumentou em relação ao exercício 2008, haja vista o aumento de 71,17% no Elemento Despesa 3390.14 (Diárias) a partir de julho de 2009, ainda pela redução das fiscalizações pelo motivo justificado na observação número 1 e, por fim em recursos adicionais no Elemento Despesa 3090.14 – Diária solicitados à CFIC/DFIA para Força Tarefa Interna nesse PI para ordem documental, no mês de dezembro de 2009.</p>			

## EFETIVIDADE

### Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unid	Eficácia 2007	Eficácia 2008	Eficácia 2009	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Prog. 2010
I Fiscalizações realizadas	Fiscalização	96,2	110,85	83,93	1.733	1.829	1.270	1150
II Amostras coletadas	Amostras	95,0	120,33	96,76	1.141	1.444	1.076	700

Através das ações desenvolvidas verifica-se o alcance dos seguintes resultados em relação à produção e ao comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes:

- Manutenção (e/ou melhoria, em determinados casos) dos níveis de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para o mercado agrícola nacional, proporcionando o alcance de maiores produtividades agrícolas e contribuindo para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro;
- Implementação de ações destinadas a promover o comércio responsável desses insumos agrícolas, coibindo de forma sistemática toda atividade que resulte em dano ou que possa vir a lesar o consumidor final;

- Não obstante ter sido observada uma redução no número de fiscalizações em Estabelecimentos Produtores e Comerciais, pode-se verificar que os indicadores de desempenho alcançados ao longo de 2009, e em especial no decorrer do segundo semestre a partir da implantação do REF - Regime Especial de Fiscalização, traduzem com maior confiabilidade a qualidade representada pelos insumos fiscalizados;
- Tal fato se deve principalmente aos ajustes implementados na programação originalmente concebida, resultado do esforço conjunto e da maior integração entre CFIC/DFIA - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos e a SFA, na condução do planejamento fiscal, e também no que se refere à disponibilização de recursos orçamentários destinados a execução dessas ações, realizada de maneira célere e oportuna.

### **Ação 2177: Fiscalização de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC1**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
<b>Descrição</b>	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIA/SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	André Guilherme Mardegan - Chefe da DMAA/DIEL
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SEFAG/DT/MG

### **Análise Crítica**

Ao Plano Interno - Fiscalização de Serviços Agrícolas compete:

**I** - Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de:

- Empresas prestadoras de serviços agrícolas/aviação agrícola;

**II** - Instruir, consoantes normas específicas, processos de:

- Registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas.

A fiscalização de serviços agrícolas é realizada nas sedes das empresas operadoras bem como em condições de campo, verificando o cumprimento das Normas Técnicas e de Trabalho. Procura averiguar a observância às normas de proteção à vida e saúde, do ponto de vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e à flora.

Para as ações de fiscalização há a necessidade de recursos no início do exercício, tendo em vista que a atividade aero-agrícola concentra-se no primeiro trimestre do ano.

Salientamos que pela peculiaridade da atividade, há necessidade de se percorrer grandes distâncias, podendo ou não culminar com a localização de aeronaves fazendo pulverizações, não sendo possível, neste último caso, a lavratura de documentos fiscais, somando ainda ao fator limitante de condições climáticas, quando períodos chuvosos inviabilizam as aplicações, não permitindo muitas vezes o cumprimento de uma programação de fiscalização. Salientamos ainda a necessidade de veículos apropriados para percorrer as longas distâncias e o difícil acesso às áreas onde são executadas as atividades aeroagrícolas, informando sobre condições precárias de rodovias, estradas e vias de acesso aos fiscalizados, principalmente em condições climáticas adversas. Também consideramos que a atividade aero-agrícola no Estado de Minas Gerais com o crescimento da Cultura da Cana de Açúcar e a implantação de áreas Florestais (Eucalipto) aumentou consideravelmente as áreas trabalhadas pelas empresas, onde requer um numero maior de FFAs com a qualificação necessária para atender a execução da atividade.

Algumas metas previstas para 2010, como registro de Empresas, Aeronaves e Engenheiros Agrônomos são resultados de projeções, com base no exercício de 2009, podendo ser ultrapassadas ou não atingidas, devido ao caráter subjetivo das mesmas.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Natureza de Despesa	Total
339014	R\$ 13.755,53
339030	R\$ 10.000,00
339033	R\$ 11.000,00
339039	R\$ 24.320,00
339036	-
339093	2.000,00
Sub-Total	61.075,53
449052	172.770,00
<b>Total Geral</b>	<b>233.845,53</b>

## 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício
FISCALGRIC1	3390.14	Diárias	8.240,00	0,00	8.240,00
	3390.30	Material de Consumo	2.960,00	0,00	2.960,00
	3390.33	Passagens	2.670,01	0,00	2.670,01
	3390.39	Serviço de Terceiros / PJ	3.650,00	0,00	3.650,00
	4490.52 <sup>1</sup>	Investimento	60.000,00	60.000,00	60.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>77.520,01</b>	<b>60.000,00</b>	<b>77.520,01</b>

1. Restos a pagar.

## 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Recursos Executados (R\$)							
Elemento Despesa	Fonte	Descrição	Exercício 2006	Exercício 2007	Exercício 2008	Exercício 2009	Variação (%) 2009/2008
3390-14 <sup>1</sup>	100	Diárias	-	2.411,80	5.506,51	8.240,00	49,64
3390-30 <sup>1</sup>	100	Material de Consumo	-	500,00	100,00	2.960,00	2.860,00
3390-33 <sup>1</sup>	100	Passagens	2.979,93	400,20	5.128,48	2.670,01	(47,93)
3390-39 <sup>1</sup>	100	Serviços Terceirizados	-	220,00	200,00	3.650,00	1.725,00
<b>Total</b>			2.979,93	3.532,00	10.934,99	17.520,01	-
4490-52 <sup>2</sup>	100	Investimento	-	-	0,00	60.000,00	100,00
<b>Total</b>			<b>2.979,93</b>	<b>3.532,00</b>	<b>10.934,99</b>	<b>77.520,01</b>	<b>-</b>

### Fonte dos Recursos: 100000000

1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade.

2. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas investimento, de modo a incrementar a Infra-estrutura para o PI desenvolver a contento as atividades de sua atribuição.

3. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.



## 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2177	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	39	30	61.075,53	17.520,01	78

## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

### EFICÁCIA

Atividades	Unid	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec.2 009	Eficácia (%)	Prog. 2010
Registro de Empresa de Aviação Agrícola	Nº	3	3	3	5	167	03
Autorização para Empresa de Aviação Agrícola operar em MG	Nº	25	26	17	21	124	17
Registro de Engenheiro Agrônomo Responsável	Nº	3	3	03	04	133	03
Registro de Aeronave Agrícola	Nº	4	5	03	08	267	03
Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	Nº	8	22	39	30	76,9	78

**OBIS:** A baixa eficácia do PI FISCAGRIC1, sub-ação "Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola" decorre de diversos fatores: dificuldades gerenciais, quadro reduzido de FFAs com curso em Coordenação em Aviação Agrícola para atuar na atividade, falta de recursos financeiros, não descentralização dos mesmos a tempestivamente. Quanto ao Registro de Empresa de Aviação Agrícola, trata-se de programação eventual, sendo o parâmetro utilizado como dado comparativo entre exercícios.

### EFICIÊNCIA

Valor (R\$) Executado	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
17.520,01	30	Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	584,00

#### Observações:

1. Os valores descentralizados foram destinados às participações de três Fiscais da Atividade de Aviação Agrícola em Reunião Técnica Nacional do Exercício 2009, de 02 Fiscais Federais

Agropecuários para Curso de capacitação de Combate a Incêndio na Atividade de Aviação Agrícola e recursos para a execução das atividades de fiscalização.

2. Por estas participações nos tipos de eventos acima e a característica da atividade deslocar grandes distâncias na busca de aeronaves, e repetidas vezes nas ações de fiscalização, às vezes de uma só empresa, torna o custo de fiscalização individualizado mais alto, lembrando ainda que no presente exercício teve o adendo de fiscalizar quase o mesmo número que no exercício anterior com mais recursos e mesmo assim o custo da ação ainda ficou mais elevado.

## EFETIVIDADE

Para as ações de fiscalização há a necessidade de liberação de recursos no início do exercício em complemento ao quarto trimestre do ano anterior, tendo em vista que as atividades aero-agrícolas concentram-se nesses períodos.

No primeiro semestre do exercício 2009, o Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG teve dificuldades para a execução das atividades inerentes ao PI em tela, haja vista o atraso na descentralização de recursos financeiros para execução das atividades de fiscalização inerentes ao Plano Interno.

Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2009, não aconteceu a descentralização dos mesmos em montante adequado para atendimento das atividades programadas no Plano Operativo Anual - POA 2009, consoante às diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, fato pelo qual o atendimento às metas previstas no PPA e POA, ficou na casa de 76,92%, levando-se em conta que a meta prevista inicial de 50 (cinquenta) fiscalizações foi corrigida para 39 (trinta e nove) fiscalizações.

Juntando ao exposto acima, no exercício 2009 não foram descentralizados recursos a contento para custear a execução das atividades de fiscalização do presente Plano Interno, sendo estas realizadas a nível local, com ordens de serviço sem ônus.

De tudo, deixamos aqui registrado que, para fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e proprietários de aviões agrícolas, de forma a assegurar a adequada prestação de serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental, são necessários infra-estrutura de trabalho, assim como a descentralização de recursos adequados e ao seu devido tempo.

### Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM 1

**Tabela - Dados gerais da ação**

Tipo da ação	Atividade
<b>Finalidade</b>	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

<b>Descrição</b>	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIA/SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Neumar Francelino – Coordenador da CSM/DFIA
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFAG/DT/SFA/MG

### **Análise Crítica**

O PI - FISCALSEM1 tem como objetivo a fiscalização da produção de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais e manutenção do sistema de conformidade, certificação e validação como base para a sustentação à semente brasileira perante a comunidade científica e ao mercado consumidor. Atua ainda na fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados, adotando como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente.

Dentro de seus objetivos tem por atribuição fiscalizar, cadastrar e registrar material vegetal na forma da legislação específica e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializam, também naqueles que prestam serviços especializados na agropecuária e nas atividades com organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica. Desta forma atua na melhoria dos níveis de conformidade e qualidade de sementes e mudas a serem disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, conseqüentemente, a rentabilidade do agronegócio.

A descentralização dos serviços de fiscalização por convênio ou acordo, quando necessária, dar-se-á mediante proposição da unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas unidades federativas e aprovação do respectivo Ministro de Estado, após parecer conclusivo emitido, favoravelmente, pelo órgão técnico central. Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

A execução das atividades correlatas ao presente Plano Interno é feita de acordo com Plano Operativo Anual elaborado de acordo com as demandas do Estado sob a orientação da Coordenação de Sementes e Mudas/Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, onde dispõe de uma Programação Física e Financeira elaborada.

As ações desenvolvidas no PI FISCALSEM envolvem a fiscalização da produção e a utilização de sementes e mudas e a certificação suplementar da produção de sementes e mudas. Estas ações têm um impacto determinante na produção agrícola, pois o produtor rural terá à disposição insumos de qualidade, possibilitando maior produtividade e rentabilidade e conseqüentemente melhoria de sua renda.

Além disso, tais ações são de grande importância na pesquisa de desenvolvimento de cultivares com inovações tecnológicas incorporadas como tolerância e/ou resistência à variações edafoclimáticas ou pragas, haja vista que coibindo o uso indevido de sementes, garantem o direito dos melhoristas.

Atua ainda na fiscalização das atividades do uso comercial e pesquisa de Organismos Geneticamente Modificados - OGM, quanto aos aspectos de biosegurança.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, produtos agrícolas seguros e a custos menores decorrentes da maior oferta, segurança ambiental, saúde humana, animal e das plantas, e os benefícios decorrentes do incremento das exportações agrícolas brasileiras.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Natureza de Despesa	Total
339014	376.344,84
339030	58.500,00
339033	46.100,00
339039	133.984,00
339036	13.699,80
339093	4.500,00
335039	-
TOTAL	633.128,64
449052	1.021.709,00
<b>Total Geral</b>	<b>1.654.837,64</b>

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício 2010
<b>F I S</b>	<b>3390.14</b>	<b>Diárias</b>	293.344,41	0,00	293.344,41
	<b>3390.30</b>	<b>Material de Consumo</b>	56.823,22	10.659,54	56.823,22

<b>C A L S E M</b>	<b>3390.33</b>	<b>Passagens/ Despesas de locomção</b>	53.242,20	0,00	53.242,20
	<b>3390.36</b>	<b>Colaborador Eventual / PF</b>	11.006,03	0,00	11.006,03
	<b>3390.39</b>	<b>Serviço de Terceiros /PJ</b>	176.728,96	0,00	176.728,96
	<b>3390.93</b>	<b>Ressarci mento</b>	8.000,00	0,00	8.000,00
	<b>4490-52</b>	<b>Investimento</b>	158.380,00	32.650,98	158.278,14
<b>TOTAL</b>			<b>757.524,82</b>	<b>43.310,52</b>	<b>757.524,82</b>
<b>1. Restos a pagar.</b>					

#### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

<b>Recursos Executados (R\$)</b>							
<b>Ele mento Despesa</b>	<b>Fon te</b>	<b>Descri ção</b>	<b>Exercício 2006</b>	<b>Exercício 2007</b>	<b>Exercício 2008</b>	<b>Exercício 2009</b>	<b>Varição (%) 2009/2008</b>
<b>3390.14<sup>1</sup></b>	<b>150</b>	<b>Diárias</b>	61.839,54	169.994,44	221.624,44	293.344,41	32,36
<b>3390.30<sup>1</sup></b>	<b>150</b>	<b>Material de Com sumo</b>	18.329,80	46.290,50	29.543,82	56.823,22	92,33
<b>3390.33<sup>1</sup></b>	<b>150</b>	<b>Passa gens</b>	18.350,16	65.921,33	48.559,04	53.242,20	9,64
<b>3390.36<sup>2</sup></b>	<b>150</b>	<b>Colabora dor Eventual</b>	3.270,00	4.576,00	6.041,15	11.006,03	82,18
<b>3390.39<sup>1</sup></b>	<b>150</b>	<b>Serviços Terceiri zados</b>	1.250,00	119.856,76	40.347,17	176.728,96	338,02
<b>3390.93<sup>1</sup></b>	<b>150</b>	<b>Ressarci mento</b>	-	-	7.963,54	8.000,00	0,45
<b>Total</b>			<b>103.039,50</b>	<b>406.639,03</b>	<b>354.079,16</b>	<b>599.144,82</b>	<b>-</b>
<b>4490.52<sup>3</sup></b>	<b>150</b>	<b>Investi mento</b>	-	-	98.005,95	158.278,14	61,60
<b>Total</b>			<b>103.039,50</b>	<b>406.639,03</b>	<b>452.085,11</b>	<b>757.524,82</b>	<b>-</b>

**Fonte dos Recursos: 150013038**

1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade.

1.1. Despesas no ED 3390.30: Material de Consumo Geral (Manutenção de Veículos - peças, material de informática, material elétrico, pneus, material de expediente, etc.); Valor do Custeio: R\$ 56.823,22.

1.2. Despesas no ED 3390.39:

1.2.1. Aquisição de Combustível ; Valor do Custeio: R\$ 79.713,55.

1.2.2. Serviços Gerais (Manutenção de Veículos / Telefone / Correio / Xerox); Valor do Custeio: R\$ 55.944,16.

1.2.3. Manutenção de bens móveis e equipamentos; pequenas despesas com reformas de móveis em geral, divisórias, etc.; Valor do Custeio: R\$ 8.900,00.

1.2.4. Manutenção de bens imóveis; pequenos reparos nas estruturas físicas tais como pinturas, serviço hidráulico e elétrico, etc. Valor do Custeio: R\$ 3.500,00.

1.2.5. Aquisição de Arquivo Deslizante: Valor do Bem Permanente. R\$ 24.000,00.

**Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:**

**ED: 3390.30 R\$ 56.823,22**

**ED: 3390.39 R\$ 79.713,55**

**ED: 3390.39 R\$ 55.944,16**

**ED: 3390.14 R\$ 293.344,41**

**TOTAL: R\$ 485.825,34**

2. Recursos destinados a atender demandas com pagamento de servidores de outros órgãos que integram o sistema de produção de sementes direta e, ou, indiretamente, participando nas Reuniões da CSM-MG, bem como em Grupos de Trabalho para identificação de plantas; outras participações eventuais interessantes.

3. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis (eletroeletrônicos, mobiliário, veículo), de modo a incrementar a Infra-estrutura para o PI desenvolver as atividades de sua atribuição.

4. Os Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

**2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2179	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	1.988	2.642	546.829,31	485.825,34	2.702

## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

### EFICÁCIA

Atividades Desenvolvidas Metas	Unid.	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficácia (%)	Prog. 2010
<b>INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO NO RENASEM</b>							
Produtor de Sementes	Nº	55	29	-	129	-	-
Armazenador de Sementes	Nº	15	15	-	38	-	-
Beneficiador de Sementes	Nº	9	11	-	35	-	-
Reembalador de Sementes	Nº	14	12	-	32	-	-
Produtor de Mudás	Nº	340	227	-	304	-	-
Reembalador de Mudás	Nº	-	1	-	0	-	-
Responsável técnico	Nº	138	126	-	438	-	-
Comerciante de Sementes	Nº	-	-	-	30	-	-
Comerciante de Mudás	Nº	-	-	-	3	-	-
Entidade de Certificação	Nº	1	0	-	0	-	-
Certificador da Própria Produção	Nº	4	1	-	4	-	-
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	-	-	-	7	-	-
Laboratório de Análise de Mudás	Nº	-	-	-	0	-	-
Amostrador	Nº	-	-	-	0	-	-
Vistoria Prévia - RENASEM	Nº	-	-	-	20	-	-
<b>FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO / ENTIDADE</b>							
Produtor de Sementes	Nº	281	217	161	332	206,21	206
Produtor de Mudás	Nº	-	508	423	495	117,02	582
Armazenador de Sementes	Nº	23	10	13	42	323,07	77
Beneficiador de Sementes	Nº	1	10	4	30	750,00	0
Reembalador de Sementes	Nº	6	7	4	21	525,00	14
Reembalador de Mudás	Nº	-	-	0	0	-	0
Comerciante de Sementes	Nº	-	51	0	22	*	0
Comerciante de Mudás	Nº	-	3	0	0	-	0
Usuário de Sementes	Nº	19	46	47	63	134,04	57
Usuário de Mudás	Nº	24	7	65	54	83,07	58
Entidade Certificadora de Sementes	Nº	-	0	1	2	200,00	0
Entidade Certificadora de Mudás	Nº	-	-	0	0	-	0
Certificadora da Própria Produção de Sementes	Nº	-	0	6	0	(100)	0
Certificadora da Própria Produção de Mudás	Nº	-	-	0	0	-	0
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	-	-	0	1	*	0

Laboratório de Análise de Mudas	Nº	-	1	0	0	-	0
Responsável técnico	Nº	85	40	10	32	320,00	10
Amostrador	Nº	-	-	0	0	-	0
<b>FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES</b>							
Semente Genética	Nº	-	0	0	0	-	0
	ha	-	0	0	0	-	0
Semente Básica	Nº	-	-	8	9	112,50	4
	ha	-	32	43	227	527,90	40
Semente Certificada – C1	Nº	-	-	6	22	366,66	13
	ha	-	303,4	266	492	184,96	520
Semente Certificada – C2	Nº	-	-	14	8	57,14	13
	ha	-	186,7	206	300,2	145,72	520
Semente S1	Nº	-	-	165	180	109,09	125
	ha	-	7.789,6	8.980	15.332,00	170,73	6.518
Semente S2	Nº	-	-	173	293	169,36	355
	ha	-	8.720,5	3.221	19.053,00	591,52	11.892
OECD	Nº	-	-	42	7	16,66	0
	ha	-	-	920	299	32,50	0
TOTAL DE CAMPOS	Nº	-	-	408	512	-	510
	ha	-	17.032,20	12.716	35.404,2	-	19.490
<b>FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO</b>							
Planta Básica	Nº	-	-	0	3	*	0
	Und	-	-	0	35.650	*	0
Planta Matriz	Nº	-	-	0	0	*	0
	Und	-	-	0	0	*	0
Jardim Clonal	Nº	-	-	3	15	500	5
	Und	-	-	18.000	673.502	3.741,67	200.030
Borbulheira	Nº	-	-	1	0	(100)	10
	Und	-	-	132	0	(100)	40
Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	-	87	120	137,93	120
	Und (x 1000)	-	-	1.071.330	689.318	64,34	740.990
Campo de Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	-	0	104	*	0
	Und	-	-	0	1.878.222	*	0
Área Natural de Coleta Sementes (ACS – NS)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas ( ACS – NM)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Área Alterada de Coleta de Sementes (ACS – AS)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0



Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas (ACS – AM)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Área de Coleta de Sementes com Matrizes Seleccionadas (ACS – MS)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Área de Produção de Sementes (APS)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Pomar de Sementes por Mudanças (PSM)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Pomar Clonal de Sementes (PSC)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas (PSCH)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Pomar de Sementes Testado (PSMt)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Pomar de Sementes Testado (PCSt)	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – NM	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – AM	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS – MS	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Muda Certificada	Nº	-	-	0	0	-	0
	Und	-	-	0	0	-	0
Viveiros	Nº	657	568	375	324	86,40	545
Mudas	Und (x1000)	110.861	40.480,040	156.620	122.225,997	78,03	99.200
Unidade de Propagação <i>in vitro</i>	Nº	-	-	0	1	*	0
	Und	-	-	0	250.000	*	0
Total	Nº	657	568	466	567	-	681
	Und	110.861	40.480,040	1.246.082	125.752.689	-	100.541.060
<b>INSCRIÇÃO DE VIVEIROS E MUDAS</b>							
Viveiro	Nº	-	268	-	567	-	-
Mudas	Nº (x1000)	-	213.346	-	234.498.848	-	-
<b>COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES</b>							
De Fiscalização da Produção	Nº	45	179	342	298	87,13	411
	t	138,7	1.809	3.610	2.979,274	82,52	4.110
De Fiscalização do Comércio	Nº	-	16	0	24	*	0
	t	-	24,42	0	27,4	*	0
De importação	Nº	130	54	80	85	102,50	96

	t	111	5,32	767,9	22,334	2,90	22,304
Para Fins de Certificação pelo MAPA	Nº	862	82	28	6	21,42	3
	t	7.703,08	443,1	253	52,360	20,69	25
Total de Sementes Amostradas	Nº	1.037	331	422	413	-	507
	t	7.814,08	2.281,84	4.377,9	3.081,368	-	4.132,304
<b>COLETA DE AMOSTRAS DE MUDAS</b>							
De Fiscalização da Produção	Nº	-	-	0	0	-	0
	Nº de Mudanças	-	-	0	0	-	0
De Fiscalização do Comércio	Nº	-	-	0	0	-	0
	Nº de Mudanças	-	-	0	0	-	0
De importação	Nº	-	-	0	0	-	0
	Nº de Mudanças	-	-	0	0	-	0
Para Fins de Certificação Pelo MAPA	Nº	-	-	0	0	-	0
	Nº de Mudanças	-	-	0	0	-	0
Total de Mudanças Amostradas	Nº	-	-	0	0	-	0
	Nº de Mudanças	-	-	0	0	-	0
<b>INSCRIÇÃO DE CAMPO DE SEMENTE CERTIFICADA PELO MAPA</b>							
<i>Inscrição de Campo</i>	nº	-	-	-	18	-	-
	ha	20.421,64	11.248	-	81,24	-	-
<b>CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA</b>							
Vistoria de Campo de Semente Básica	Nº	-	-	-	17	-	-
	ha	-	-	-	91,18	-	-
Vistoria de Campo de Semente C1	Nº	-	-	-	0	-	-
	ha	-	-	-	0	-	-
Vistoria de Campo de Semente C2	Nº	-	-	-	1	-	-
	ha	-	-	-	37,5	-	-
Vistoria de Campo de Semente OECD	Nº	-	-	-	7	-	-
	ha	-	641	-	299	-	-
Total Vistorias de Campos de Sementes (nº)	nº	-	-	-	25	-	-
Total de Campos de Sementes Vistoriados (Área)	ha	13.468,6	522,1	-	427,68	-	-
Vistoria de Planta Básica	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	53.474	-	-
Vistoria de Planta Matriz	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	-	-	-
Vistoria de Jardim Clonal	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	-	-	-
Vistoria de Borbulheira	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	-	-	-

Vistoria de Viveiro de Muda Certificada	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	-	-	-
Vistoria de Unidade de Propagação <i>In Vitro</i>	nº	-	-	-	-	-	-
	Und	-	-	-	-	-	-
Total Vistorias Mudas	nº	-	-	-	-	-	-
Total Mudas Vistoriadas	Und	-	-	-	53.474	-	-
<b>CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES POR CERTIFICADORA</b>							
Inscrição de Campo	nº	-	-	-	412	-	-
	ha	-	-	-	7.593,317	-	-
<b>FISCALIZAÇÃO / PRODUTORES DE OUTROS ESTADOS</b>							
Campo de Semente - Classe Certificada	nº	-	-	-	0	-	-
	ha	-	501	-	0	-	-
Campo de Semente - Classe Não Certificada	nº	-	-	-	23	-	-
	ha	-	-	-	1.462,5	-	-
Vistoria Campo de Semente - Classe Certificada	nº	-	-	-	0	-	-
	ha	-	-	-	0	-	-
<b>FISCALIZAÇÃO DE CULTURAS COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS</b>							
<i>Fiscalização</i>	Nº	-	1	-	21	-	-
	ha	-	-	-	2.270	-	-
Amostras Coletadas	Nº	-	1	-	-	-	-
	Representatividade (t)	-	2,8	-	-	-	-
<b>CERTIFICAÇÃO DE BATATA SEMENTE</b>							
<i>Estabelecimento Produtor</i>	Nº	23	13	13	12	92,3	12
Inscrição de Campo	ha	267,6	209	200	346,4	173,2	250
Vistoria de Campo	ha	32	22,4	50	61,86	123,72	30
Coleta de Amostras	Nº	45	17	20	41	205	20
	Representatividade e em Área (ha)	2.500	19,3	50	61,86	123,7	50
<b>FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BATATA SEMENTE NÃO CERTIFICADA (S1 E S2)</b>							
Estabelecimento Produtor	Nº	41	7	7	0	0	0
Inscrição de Campo	das	139	67,58	50	25,98	51,96	50
Fiscalização de Campo S1 e S2	ha	-	0	5	0	0	0
Coleta de Amostras	Nº	-	0	5	0	0	0

	Repres en tativa de Área (ha)	-	0	0	0	0	0
<b>EVENTOS</b>							
<b>Reunião</b>	Nº	5	1	3	5	-	4
Treinamento	Nº	4	1	0	0	-	-
Congresso	Nº	1	3	0	0	-	-
Seminário		-	-	-	1	-	1
Curso	Nº	4	1	1	1	-	1
Encontro	Nº	2	-	1	1	-	1

**OBS.:** 1. No Campo INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO NO RENASEM, não é feito o indicador eficácia devido ao fato das atividades não serem programadas, haja vista tratar-se de atividades eventuais, servindo como dados comparativos de inscrições durante os exercícios anteriores.

2. Programações de parâmetros por estimativa são passivas de lançamento, considerando variação nos valores a programar levando em conta exercício(s) anterior(es), fatores como comportamento do mercado sementeiro quanto a sementes certificadas e, ou, não certificadas, o consecutivo aumento ou redução de área para produção de sementes, lançamento de novas cultivares no mercado, produtividade, aumento de certificadora da própria produção e, ou, entidade de certificação, condições climáticas.

3. No campo **FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES**, no parâmetro Comerciantes\*, as ações de fiscalização foram realizadas conjuntamente com o IMA, com prioridade em espécies de forrageiras, e ainda como forma de treinamento de Fiscais Agropecuários daquele Órgão. Quanto ao parâmetro Laboratório de Análise de Sementes, as ações de Fiscalização foram solicitadas pelo LASO/LANAGRO/MG, sendo realizadas conjuntamente.

4. No campo **FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO**. Os exercícios 2008/2009 foram anos precursores à regularização de Material de Propagação, daí o grande aumento nos números de materiais executados. Os Números e Unidades no segmento de mudas são de grande variação e expressam alta %. Relativo ao número de essências, a demanda por mudas é na atualidade crescente, haja vista programas para atendimento dos setores energéticos, celulose, madeira, daí a corrida para a conformidade. A fiscalização de borbulheira não foi efetuada porque houve grande demanda em identificar outros tipos de matrizes, as Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada, para que estas pudessem ser inscritas. Optou-se então por regularizar este grupo de plantas e postergar a fiscalização de borbulheiras, uma vez que estas já estavam registradas. Aliada a questões técnicas houve dificuldades também em relação à equipe técnica, com o afastamento de fiscais para gozar licença-prêmio, acompanhar familiares com problemas de saúde e licenças médicas dos próprios servidores. Quanto ao evento PSOGC, devido ao fato das subcomissões terem organizado equipes de especialistas para cada grupo de espécies de frutíferas, ornamentais e florestais, essas conseguiram cumprir com mais eficácia o programado.

5. No campo **COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES**, estão contabilizados os dados de coleta da produção e comercialização, sendo a última em detrimento de ações de fiscalização conjunta com o IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.

Com relação ao número de Amostras Coletadas, existe a dificuldade de encontrar lotes acabados em espécies de forrageiras. Assim realiza ação de fiscalização, não existindo a oportunidade de coletar amostras programadas, devendo lançar mão de ações de fiscalização no comércio, conjuntamente com o Órgão Estadual, o que demanda tempo de programação, diminuindo a capacidade de resposta.

6. No campo **COLETA DE AMOSTRA DE MUDAS**, a não programação e não executados, deve-se ao fato de não existir ainda Laboratório de Análise de Mudas Credenciado e ainda Falta de Padrão, sendo a falta da quase totalidade de padrão para espécies de maior importância econômica, não sendo viável executar esse tipo de atividade, muito embora esteja no quadro, isso demandado da Coordenação de Sementes e Mudas.

7. Nos campos de **CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA**, da leitura do parâmetro programado no exercício estar zerado, deve-se ao fato de existir inscrito no RENASEM Entidade de Certificação e Certificadora da Própria Produção. Falta Entidade de Certificação apenas para as culturas de Mamona e Forrageiras, estando ainda certificadas pelo MAPA. Assim, a certificação diminuiu no exercício 2009, haja vista que a Entidade de Certificação passou a certificar mais espécies.

8. Quanto a organismos geneticamente modificados, na atualidade, dentro do regimento da SFA/MG, as atividades de fiscalização são conjuntas com o SEDESA, sob aquela coordenação, uma vez que esse tipo de evento acontece mais através de denúncia, logo não se programa essa atividade no PI.

9. Com relação aos campos que tratam de **BATATA SEMENTE**, justificamos o fato das não realizações de ações de fiscalizações de campo de batatas semente das categorias S1 e S2 em função de que a equipe que trabalhou nessa atividade foi muito demandada para outras atividades. Assim, foi priorizado a fiscalização pontual dirigida a problemas detectados na certificação e na importação de batata semente, com a fiscalização de apenas 03 produtores, 01 comerciante importador, 01 usuário e 01 RT. Com relação à programação para 2010, com vistas à racionalizar as ações adequando-as ao contingente de fiscais, priorizamos a fiscalização de unidades armazenadoras e de usuários, considerando o grande volume de batata semente importada para uso próprio e o grande volume de material de reprodução vegetal de batata reservado para uso próprio, ambos ocorrendo no Estado de Minas Gerais.

10. Nos diversos eventos de rotina as ações são realizadas com a participação variada de Fiscais e, ou, Técnicos e Agentes.

11. Observar quando da ausência de dados, ou variação nos mesmos, dá-se ao fato de que as planilhas montadas através de demandas da atividade de sementes e mudas estão passando por mudanças a partir de determinação da Coordenação de Sementes e Mudas da SDA/DFIA/MAPA, haja vista a necessidade de nivelamento e modificação dessas demandas de fiscalização nas Unidades Descentralizadas, ou são parâmetros que não são dimensionados pelo serviço.

12. Este quadro sofreu algumas alterações na Programação Física estabelecida pela CSM/DFIA/DAS/MAPA no Plano Operativo Anual para o Exercício 2010 – POA 2010.

13. No presente quadro o Índice de Eficácia foi dimensionado sobre as atividades desenvolvidas de acordo com a programação do Plano Operativo Anual 2009 e sua interface com as ações estabelecida no Plano Plurianual – PPA 2008-2011.

## EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)	
485.825,34	2.642	Fiscalização em Estabelecimentos Produtores de Sementes e de Mudas e de Certificação para Obtenção de Inscrição e Credenciamento no RENASEM	183,88	
		Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:		Sementes
				Mudas
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação		
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas		
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD		
		Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas		

**Obs.:** O Custo Individualizado da Ação aumentou em relação ao exercício 2008, haja vista o aumento de 71,17% no Elemento Despesa 3390.14 (Diárias) a partir de julho de 2009, porém manteve próximo do custo do exercício anterior haja vista a otimização dos recursos recebidos na realização de maior número de ações em detrimento ao número programado no POA 2009, corrigido. Esse acontecimento na alteração de número de ações realizadas, para mais que o programado se deve à complexidade do segmento de sementes e mudas, onde existem várias sub-ações, onde os números realizados são flexíveis durante o exercício, como a própria mudança de prioridades, com algumas delas justificadas no quadro do indicador eficácia.

## **EFETIVIDADE**

A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudas vem sofrendo modificações estruturais desde o exercício 2005, com reflexo imediato nas ações das SFA's nos Estados, em detrimento da edição das normas supracitadas e normas complementares, agindo especificamente nas atividades de produção, atuando parcialmente na certificação de sementes e mudas, ainda em inscrições de campos de produção e suas respectivas ações de inspeções dos campos inscritos, seu devido rito da parte burocrática, assim como inscrições de produtores e credenciamento de responsáveis técnicos, entidades de certificação e certificadoras de produção própria, no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, alimentação de dados no e-BIS (Sistema de Informação de Sementes), informações ao SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento) e administração do SIOR (Sistema de Informações Orçamentárias).

Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Plano Interno - FISCALSEM 1, existem dificuldades de Infra-estrutura Técnico Operacional e Logística como deficiências de veículos apropriados ao fim e em quantidade, necessidade de mais equipamentos de informática, dentre outros de menor vulto, falta de fiscais e necessidade de qualificação em serviço. O Serviço através da Coordenação e Departamento correlatos vêm a cada ano suprindo essas deficiências. De acordo com a leitura de Relatórios de Gestão e Planos Operacionais anteriores, pode se observar a evolução desse quadro.

Informamos que muitas vezes Fiscais da equipe da atividade de sementes e mudas são solicitados a prestarem serviços externos ao SEFAG/DT/SFA/MG, junto à Coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e mesmo em outras Superintendências, dessa forma diminuindo a capacidade de ações de fiscalização, em contrapartida às necessidades demandadas de fiscalização no Estado, além de participarem ativamente da Comissão Estadual de Sementes e Mudas/MG e suas respectivas Subcomissões e participação relevante em eventos ligados ao segmento. Além disso, vários Fiscais Federais Agropecuários atuam em um ou mais Planos Internos em Unidades Descentralizadas da SFA/MG.

Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2010 para o PI FISCALSEM1, estes estão dispostos no Plano Operativo Exercício 2010 para atender despesas básicas do PI no Estado de Minas Gerais.

## **Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Atividade/Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
<b>Descrição</b>	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DFIA/SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luís Eduardo Pacifici Rangel - Coordenador Geral da CGAA/DFIA
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SEFAG/DT/SFA/MG

### **Análise Crítica**

O PI FISAGROTOX envolve as atividades de credenciamento e fiscalização de entidades para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; credenciamento e fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira; em ambos os casos, efetuam-se vistorias dos estabelecimentos como parte do processo de credenciamento; fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, focando em produtos e processos.

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à



disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias conseqüências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo de modo a ter menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.

Agricultores e usuários de agrotóxicos; estabelecimentos produtores de agrotóxicos; empresas prestadoras de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira; entidades envolvidas com pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; e obviamente, o cidadão enquanto consumidor.

A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores. Além disso, a atividade de tratamento fitossanitário no comércio internacional é uma questão de segurança do agronegócio, pois está relacionada à entrada de pragas exóticas no país.

As metas são:

- Fiscalizar as empresas produtoras de agrotóxicos, com coleta de amostras do produto;
- Fiscalizar as empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários;
- Fiscalizar entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Natureza de Despesa	Total
339014	46.461,96
339030	8.620,00
339033	8.500,00
339039	11.538,40
339036	28.674,00
339093	150,00
TOTAL	103.944,36
449052	188.827,10
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>292.771,46</b>

## 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar <sup>1</sup>	Total Geral Executado no Exercício
F I S A G R O T O X	3390.14	Diárias	24.970,12	0,00	24.970,12
	3390.30	Material de Consumo	315,00	0,00	315,00
	3390.33	Passagens	13.935,03	0,00	13.935,03
	3390.36	Colaborador Eventual	37.470,00	0,00	37.470,00
	3390.39	Serviço de Terceiros / PJ	21.341,72	0,00	21.341,72
	3390.93	Ressarcimento	73,10	0,00	73,10
	4490.52 <sup>1</sup>	Investimento	160.396,00	153.627,00	160.396,00
<b>TOTAL</b>			<b>258.500,97</b>	<b>153.627,00</b>	<b>258.500,97</b>
<b>1. Restos a pagar.</b>					

## 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Recursos Executados (R\$)							
Elemento Despesa	Fon te	Descrição	Exercício 2006	Exercício 2007	Exercício 2008	Exercício 2009	Varição (%) 2009/2008
3390.14 <sup>1</sup>	100	Diárias	589,17	2.924,66	6.724,41	24.970,12	371,34
3390.30 <sup>1</sup>	100	Material de Consumo	-	-	1.696,00	315,00	18,57
3390.33 <sup>1</sup>	100	Passagens	1.400,00	1.331,34	-	13.935,03	(100,00)
3390.36 <sup>2</sup>	100	Colaborador Eventual	-	-	-	37.470,00	(100,00)
3390.39 <sup>1</sup>	100	Serviços Terceirizados	-	3.500,00	5.390,00	21.341,72	395,95
3390.93 <sup>1</sup>	100	Ressarcimento	-	884,42	-	73,10	(100,00)
<b>Total</b>			1.989,17	8.640,42	-	98.104,97	2.174,08
4490.52 <sup>3</sup>	100	Investimento	-	-	7.377,64	160.396,00	-
<b>Total</b>			1.989,17	8.640,42	21.188,05	258.500,97	-

**Fonte dos Recursos: 100000000**

1. Recursos destinados ao SEFAG/DT-MG para atender com despesas para custeio da execução das atividades de fiscalização (diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens), dentre outras compatíveis à finalidade, cujos valores serão utilizados nos cálculos do indicador de desempenho EFICIÊNCIA.

1.1. Os recursos do Elemento de Despesa 3390.30, foram gastos com material de expediente.

1.2. Dos recursos do Elemento de Despesa 3390.33, R\$ 2.200,00 foram gastos para deslocamento de servidor do MAPA, para fiscalização, sendo que o restante, R\$ 11.735,03 foram gastos para deslocamento de treinamento de colaboradores (IMA) e para participação de Reunião Técnica. Será usado nos cálculos do indicador de desempenho somente o valor utilizado para fins de fiscalização.

1.3. Dos recursos do Elemento de Despesa 3390.39, R\$ 6.487,45 foram utilizados para pagamento de combustível, e o restante, R\$ 14.854,27, utilizado na reforma (mão-de-obra e material) na UTRADIV/SFA-MG, sendo que esse último valor não entra no cálculo do indicador desempenho.

1.4. Os recursos do Elemento de Despesa 3390.93, foram gastos com ressarcimento de pequenas despesas de pronto pagamento em viagem.

2. Os recursos do Elemento de Despesa 3390.36, foram utilizados Pagamento de diária para reunião sobre fiscalização de agrotóxico e para participação de servidores do Estado, responsáveis pela fiscalização do comércio e do uso de agrotóxico, no Encontro Nacional sobre fiscalização por solicitação da Coordenação de Agrotóxicos e Afins.

3. Os recursos do Elemento de Despesa 4490.52 foram utilizados na compra de 01 camionete pickup Ford Ranger Cabine dupla, 02 veículos ecosport 4WD, 04 ar condicionados, 01 note book.

4. Serviços Terceirizados (Publicidade; Vigilância, Limpeza e Conservação; Tecnologia da Informação), Cartão de Pagamento do Governo Federal e Suprimento de Fundos, não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

**2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0375	2909	Atividade	4	Fiscalizações Realizadas	48	66	79.106,56	34.350,76	57

Obs: Chamamos a atenção para o aumento da execução física e financeira em relação à previsão. O aumento da execução financeira é porque está incluído o pagamento de diárias para reunião sobre fiscalização de agrotóxico e para participação de servidores do Estado, responsáveis pela fiscalização do comércio e do uso de agrotóxico, no Encontro Nacional sobre fiscalização por solicitação de Brasília e o pagamento de reforma (mão-de-obra e material) na UTRADIV/SFA-MG. Informamos ainda, que o contabilizado na meta física, prevista e executada, trata-se de fiscalização de estabelecimento e não de produto, que seria superior. O que corresponde à contabilização da execução de uma ação, muitas vezes origina a fiscalização de vários produtos. Também houve aumento no valor das diárias em julho de 2009, em 71,17%.

## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

### EFICÁCIA

PI	Atividade	Exec. 2006	Exec. 2007	Exec. 2008	Prog. 2009	Exec. 2009	Eficiência 2009	Prog. 2010
<b>FISAGROTOX</b>	<b>Produtos fiscalizados*</b>	2	22	112	128	127	99,22	128
	<b>Amostras de agrotóxicos coletadas**</b>	0	0	0	18	3	16,66	18
	<b>Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)</b>	0	2	10	10	10	100,00	10
	<b>Fiscalizações realizadas (empresas credenciada)</b>	1	10	11	12	49	408,33	21
	<b>Vistoria em estabelecimento para credenciamento</b>	08	15	08	08	4	50,00	8

\* Número de diferentes produtos (agrotóxicos) fiscalizados, sem amostragem sendo conferidos os componentes utilizados na formulação, comparando o mapa de produção com o I.A.T.(Anvisa). Este valor não foi lançado no Siplan

\*\* Coleta de amostras por orientação da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins/DFIA - Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Na fiscalização dos produtos nas unidades produtoras a(s) análise(s) do(s) produto(s), feita(s) pelos laboratórios das empresas, é (são) conferida(s) conforme limites máximos e mínimos de teor de i.a. apresentado(s) no registro.

### EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
34.350,76	193	<b>Produtos fiscalizados</b>	127	177,98
		<b>Amostras de agrotóxicos coletadas</b>	3	
		<b>Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)</b>	10	
		<b>Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)</b>	49	

		<b>Vistoria em estabelecimento para credenciamento</b>	<b>4</b>	
<p>No SIPLAN, como não foram lançados os Produtos Fiscalizados (127), o número de ações ficou em 66 (Amostras + Fiscalizações em Estabelecimento Produtor + Fiscalizações em Empresas Credenciadas + Vistoria), o que resultaria num custo maior se assim fosse contabilizado. Foram retirados do valor executado todos os gastos que não são referentes a custeio da atividade específica de fiscalização.</p>				

## **EFETIVIDADE**

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias conseqüências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este Plano Interno - PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo e menores teores de resíduos nos alimentos), e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.

Não há Fiscais Federais Agropecuários específicos para atender este segmento em todas as UTRA's e nem treinados adequadamente para exercer essa função. Sendo que o Responsável Técnico do PI - FISAGROTOX fez levantamento junto aos chefes das Unidades Técnicas Regionais, onde existem demandas, para posterior treinamento na fiscalização da execuções dos serviços.

A execução das atividades de fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, deve ser em tempo hábil (durante o tratamento). Como o tratamento será comunicado, conforme prevê a IN 66 de 27/11/2006 no modelo contido no MPTF, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mais próximo do local em que o tratamento prescrito ou exigido será realizado. É praticamente impossível fazer as ordens de serviço com 10 (dez) dias de antecedência e se torna imperativo para a boa execução da fiscalização o treinamento do maior número possível de Fiscal Federal Agropecuário, nas Unidades Regionais, com conhecimento para execução desta atividade.

Devido à distância das demandas aos locais onde estão localizados os responsáveis pela fiscalização dos serviços executados pelas empresas credenciadas

se faz necessário a obtenção de veículos que dêem condições mínimas de segurança e conforto para o usuário.

Devido à grande demanda de trabalho administrativo e técnico, se torna necessário para o bom andamento do serviço, a liberação do FFA para atividade exclusiva de fiscalização e a contratação de no mínimo 01 (um) administrativo, que pode até ser terceirizado e 02 (dois) estagiários.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros, foi feita no tempo oportuno e adequada, sendo suficientes.

## SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - SEDESA/DT/SFA/MG

### 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1. Relação dos Programas

**PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA**

**PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**

### ÁREA ANIMAL

#### PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico (Programa de Gestão de Políticas Públicas)
<b>Objetivo geral</b>	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
<b>Objetivos específicos</b>	1- Controle e Erradicação da Febre Aftosa. 2- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. 3- Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual e Internacional de animais, seus produtos e insumos.
<b>Gerente do programa</b>	Inácio Afonso Kroetz
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	José de Oliveira Mascarenhas Junior
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	1- Nº de Auditorias Executadas 2- Controle e Erradicação da Febre Aftosa 3- Tempo de resposta nas ocorrências zoossanitárias
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

#### 2.3.2. Principais Ações do Programa

- Ação: 4842 - Erradicação da Febre Aftosa
- Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

- Ação: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos
- Ação: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
- Ação: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
- Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
- Ação: 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
- Ação: 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola

### **Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOSA**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da Ação</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Manter o status dos estados já reconhecidos como áreas livres de febre aftosa e erradicar a doença das demais regiões do País.
<b>Descrição</b>	1-Auditoria em unidades locais do órgão executor - IMA para verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; 2- Supervisão sistemática do órgão executor através de reuniões e visitas. 3- Emissão de autorizações de ingresso de animais no Estado de Minas Gerais; 4- Auditorias em outros Estados da Federação visando verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; 5- Acompanhamento e supervisão do estudo a campo para a detecção de anticorpos contra Proteínas não Capsidais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Saúde Animal /DSA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Francianne Abrantes Assis
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA

### **Análise Crítica**

O Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais tem a missão de promover a defesa sanitária animal no estado de Minas Gerais através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais e não governamentais.

Como em anos anteriores, as ações de defesa sanitária, consideradas indelegáveis, foram desenvolvidas diretamente pelos Fiscais Federais Agropecuários do SEDESA e das Unidades Técnicas da SFA e as delegáveis foram executadas de maneira indireta pelos Fiscais Agropecuários do Instituto Mineiro de Agropecuária -

IMA, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, que atende aos programas específicos do MAPA, com destaque para a “Erradicação da Febre Aftosa” com o acompanhamento do SEDESA/MG.

Para o alcance do que se considera “área livre”, como produto desta ação lançada no SIPLAN, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto pelos FFAs do SEDESA, relatadas no presente relatório, como pelo órgão executor estadual. Nesta ação, a execução é de competência quase que exclusiva do IMA, utilizando recursos financeiros próprios ou de convênio com o MAPA.

Das despesas orçamentárias vinculadas as ações executadas pelo SEDESA/MG destacamos: Diárias, no elemento 339014 com o total de R\$ 10.053,78 e Consumo, no 339030 com R\$ 5.000,00 utilizados para atender as despesas com viagens na realização de auditorias no órgão executor e outras supervisões e fiscalizações. No elemento de despesas 339039 - Serviço de Terceiro - PJ foi feita apropriação de custo de R\$ 7.000,00, referentes as despesas comuns com a área administrativa, relativas a correios, cópias xerográficas e etc.

A principal fonte de financiamento da ação, com relação ao SEDESA é a fonte 100.

O objetivo do Plano de Ação foi plenamente alcançado. Graças aos trabalhos que vem sendo realizados mantivemos em todo o estado o status de zona livre de febre aftosa com vacinação bem como a autorização para a exportação de carne fresca de bovino desossada e submetida à maturação para a Comunidade Européia.

Também se alcançou avanços nas classificações de risco para febre aftosa para os Estados de Alagoas, Piauí e Paraíba, auditados por FFA deste SEDESA.

As principais dificuldades encontradas para realizarmos as avaliações financeiras foi o fato de não dispormos do detalhamento dos gastos no elemento de despesa 3390.30. Os custos que envolveram deslocamento aéreo também ficaram prejudicados, pois durante determinado período estivemos impossibilitados de adquirir passagens aéreas pela SFA e assim sendo muitas delas foram adquiridas por outras UJs.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.



## 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Descrição	Liquidado no Serviço	A Liquidar	Total Geral Executado no Exercício
FEBREAFTOSA	3390.14	Diárias	10.053,78	0,00	10.053,78
	3390.30	Material de Consumo	5.000,00	0,00	5.000,00
	3390.33	Passagens/Despesas de locomoção	6.291,49	0,00	6.291,49
	3390.36	Serviço de Terceiros/PF	1.535,20	0,00	1.535,20
	3390.39	Serviço de Terceiros /PJ	7.000,00	0,00	7.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>29.880,47</b>	<b>0,00</b>	<b>29.880,47</b>

## 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	710,65	2.842,88	4.050,90	6.291,49
<b>Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens</b>	2.980,30	7.688,18	10.728,28	10.053,78
<b>Material de Consumo</b>		-	11.000,00	5.000,00
<b>Serviços Terceirizados</b>	-	3.100,00	12.800,00	8.535,20
<b>Totais</b>	<b>3.690,95</b>	<b>13.631,06</b>	<b>27.579,18</b>	<b>24.880,47</b>

## 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividade	3	Km <sup>2</sup>	586.528	586.528	Indeterm.	29.880,47	586.528

## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

**Indicador:** Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação

### EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Área Livre (Km <sup>2</sup> )	586.528	586.528	100	586.528

### EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
29.880,47	586.528	Km <sup>2</sup> de Área Livre	0,05

### EFETIVIDADE

A manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação é de fundamental importância na conservação e conquista de novos mercados consumidores importantes, tanto para o Estado de Minas Gerais como também para todo o país. A ocorrência de focos de Febre Aftosa em qualquer Estado do País afeta as relações comerciais de toda a Zona considerada Livre.

Para que dar cumprimento a ação, as seguintes atividades foram programadas e realizadas:

Atividade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
1- Auditar Unidades Locais - IMA	60	13	21,66	Indeterminado
2-Reuniões/visitas realizadas com o órgão executor	50	57	114	Indeterminado
3-Autorizações de Ingresso e Egresso em Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação	Indeterminado	Ingressos 16	100	Indeterminado
4-Acompanhamento de Missões Internacionais.	Indeterminado	01	100	Indeterminado
5- Auditar Serviços Estaduais	Indeterminado	06	100	Indeterminado
6-Acompanhar Estudo para a detecção de anticorpos contra proteínas não capsidais	Indeterminado	03	100	17

Obs.: A não realização da totalidade de auditorias previstas, nas unidades locais, se deveu ao fato de que o Instituto Mineiro de Agropecuária não celebrou convênio com o MAPA no ano de 2009, reduzindo assim a necessidade dos acompanhamentos.

## **Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL**

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Prevenção, erradicação e controle das doenças dos animais
<b>Descrição</b>	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura - PNSA Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura - PNSS Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose - PNCEBT Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca - PNCRH Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equídeocultura - PNSE Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais Aquáticos - PNSAA Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovídeocultura - PNCRB
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Saúde Animal /DSA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Guilherme de Azevedo Marques
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA

### **Análise Crítica**

O SEDESA tem como missão a adoção de medidas de prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais que ocorrem no Estado. As ações refletem em ganhos na qualidade e quantidade dos produtos e subprodutos para o produtor e o consumidor final, na segurança alimentar da população, abertura e manutenção de mercados para exportação.

A Defesa Agropecuária é uma questão de segurança nacional, e, face sua importância estratégica, é instrumento de garantia da produção e contribuição para a sustentabilidade do agronegócio.

As atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sanitários, instituídos no Departamento de Saúde Animal - DSA foram incluídas, no PPA 2008-2011 como a ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais". Assim a ação abrange os seguintes Programas Nacionais: Sanidade Avícola - PNSA, Sanidade Suídea - PNSS, Sanidade Equídea - PNSE, Sanidade dos Animais Aquáticos - PNSAA, Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose - PNCEBT, Controle de Resíduos Biológicos - PNCRB, além das outras doenças não abrangidas por programas específicos. Como na Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa, a Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais foi desenvolvida pelo órgão executor estadual,

este ano apenas com recurso próprio, uma vez que em 2009 não houve celebração do convênio MAPA/IMA.

Com relação aos recursos financeiros, durante o ano de 2009 foi liquidado no serviço com o elemento de despesa 3390-14 (Diárias) - R\$ 54.065,07 e no elemento 3390-33 - R\$ 28.513,86, sendo parte destes recursos utilizados na participação para atualização de 11 Fiscais Federais Agropecuários de MG, no ENDESA - 1º Encontro de Defesa Sanitária Animal, realizado no mês de outubro, na cidade de João Pessoa/PB.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Fonte	Liquidado no Serviço	A Liquidar	Total Geral Executado no Exercício
<b>PCEANIMAL</b>	3390.14	Diárias	54.065,07	0,00	54.065,07
	3390.30	Material de Consumo	10.000,00	0,00	10.000,00
	3390.33	Passagens/Despesas de locomoção	28.513,86	0,00	28.513,86
	3390.36	Serviço de Terceiros/PF	1.031,82	0,00	1.031,82
	3390.39	Serviço de Terceiros /PJ	10.000,00	0,00	10.000,00
	3390.93	Indenização/Restituição	196.942,46	0,00	196.942,46
<b>TOTAL</b>			<b>300.553,21</b>	<b>0,00</b>	<b>300.553,21</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
Passagens	24.315,38	34.315,17	8.155,71	28.513,86
Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	47.273,57	40.218,22	41.768,60	54.065,07
Material de Consumo		-	14.948,00	10.000,00
Serviços Terceirizados	21.467,86	6.665,40	16.963,78	11.031,82
Indenização/ Restituição		-	6.414,60	196.942,46
<b>Totais</b>	<b>93.056,81</b>	<b>81.198,79</b>	<b>66.888,09</b>	<b>93.610,25</b>

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividade	3	Propriedade Atendida (Unidade)	30.000	41.296	300.553,21	300.553,21	30.000

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

Indicador: Número de Propriedades Atendidas.

#### EFICÁCIA

Produto Propriedades Atendidas	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
<b>TOTAL</b>	30.000	41.296	137,65	30.000

#### EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
300.553,21	41.296	Propriedade Atendida	7,27

#### EFETIVIDADE

Para atingir o produto da ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais”, as atividades de campo são executadas em sua maior pelo órgão executor estadual de defesa animal, acompanhadas pela equipe do SEDESA. Na sede,

10 FFAs atuaram neste trabalho e nas Unidades Técnicas Regionais da SFA/MG localizadas no interior, 15 FFAs médicos veterinários.

Assim, os valores financeiros correspondem apenas aos custos da execução realizada pelo SEDESA, o que justifica o custo encontrado.

#### **Principais Subações:**

- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura - PNSA
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura - PNSS
- Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose - PNCEBT
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca - PNCRH
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura - PNSE
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais Aquáticos - PNSAA
- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura - PNCRB

### **DETALHAMENTO DAS SUBAÇÕES**

#### **Subação - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura**

##### **Finalidade**

Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

##### **Atividades Desenvolvidas**

<b>Meta</b>	<b>Programado 2009</b>	<b>Executado 2009</b>	<b>Eficácia %</b>	<b>Programado 2010</b>
1-Controle sanitário e certificação de estabelecimentos.	70	45	64,3	54
2-Propriedade controlada.	90	70	77,7	92
3-Vistoria de granjas avícolas comerciais.	4000	4171	104,2	4800
4-Cadastro e vistoria de estabelecimentos que comercializam aves vivas.	Indeterminado	253	100	Indeterminado
5-Cadastramento de pontos de risco de introdução de doenças.	Indeterminado	16	100	Indeterminado
6-Atendimento a suspeitas de enfermidades (Vigilância ativa e passiva).	Indeterminado	83	100	Indeterminado
7-Registro de estabelecimentos.	Indeterminado	2	100	Indeterminado
8- Capacitação de Médicos Veterinários Habilitados.	72	72	100	72

9-Participação em Eventos (Palestras, Reuniões, Cursos e Auditorias).	Indeterminado	23	100	Indeterminado
---	---------------	----	-----	---------------

## **Indicador**

Nº de Plantéis Avícolas Certificados pelo PNSA.

## **Principais Resultados**

Foi estabelecido no Estado de Minas Gerias, por intermédio do Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA, um Plano de Ação para SANIDADE AVÍCOLA contemplando as medidas necessárias para atendimento às recomendações do relatório da auditoria, com ênfase em Sanidade Avícola, realizada em 2008 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### ***Sistema de Atenção à Sanidade Avícola***

Como avanços mais expressivos podemos citar:

- Criação do GAVEA (Grupo de Atenção Veterinária Especial em Avicultura) para atuação nas regiões de grande concentração avícola e intensificação dos treinamentos do IMA para os técnicos do GAVEA;
- Alteração do GEASE de maneira a criar uma equipe de emergência exclusiva para aves (GEASE-AVES) e inclusão do COESA-MG como órgão consultivo do GEASE-AVES;
- Intensificação dos trabalhos de vigilância para Doença de Newcastle e Influenza Aviária e implantação de cadastro para aves de subsistência;
- Aperfeiçoamento do sistema GEOVES, particularmente nos aspectos relacionados ao controle e supervisão dos médicos veterinários habilitados.

## **Principais Problemas**

No âmbito estadual, necessidade de fiscais federais para atendimento exclusivo ao PNSA nas Unidades Técnicas Regionais de maior concentração de estabelecimentos avícolas de reprodução (Uberlândia e Divinópolis) com o objetivo de atender plenamente as exigências de certificação destes estabelecimentos.

De forma geral, necessidade de melhoria da rede de laboratórios oficiais para aumento da capacidade de atendimento e da agilidade na liberação dos resultados e necessidade de revisão das normativas de certificação de estabelecimentos (IN 44 e IN 78) e de registro e controle de estabelecimentos de ratitas (IN 02).

## Subação - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Suideocultura

### FINALIDADE

As atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) têm como objetivo a coordenação, normatização e o suporte das ações de defesa sanitária animal referentes à suinocultura nacional, visando preservar a sanidade do rebanho suídeo brasileiro.

### Atividades Desenvolvidas

Atividade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia %	Programado 2010
Granjas certificadas	28	27	96,42	27
Amostras coletadas	9.780	12.960	132,51	12.960
Amostras coletadas para Sarna	280	270	96,42	270
Tuberculinização comparada de animais	6.720	6.480	96,42	6.480
Controle de vacinação de leptospirose	56	54	96,42	54
Nº de animais acobertados com a Certificação	Indeterminado	175.625	100	Indeterminado

### Principais Resultados

Embora Minas Gerais esteja em 4º. lugar no contexto nacional da suinocultura brasileira, muito ainda se tem a caminhar para chegarmos ao nível de excelência. Isso em função de que, apesar de termos 04 grandes genéticas e suas multiplicadoras no Estado, as mesmas convivem com criações insípidas de suínos, fato este assoberbado pelas crises econômicas internacionais e, por conseqüência, na área. Somente com a melhoria deste tipo de criação através, entre outras, de um rígido controle sanitário dos rebanhos é que poderemos elevar o nível técnico animal, de seus produtos e subprodutos, dando-nos, assim a oportunidade de até internacionalizar nossa produção.

Ainda que as atividades programadas para o primeiro semestre do ano de 2009 tenham sido realizadas, cumpre-nos informar que nem todas as atuações realizadas



pelos responsáveis técnicos foram acompanhadas pelo Fiscal Federal Agropecuário encarregado dessa atividade ou mesmo pelas unidades do serviço no interior principalmente, em função de determinação superior proibindo seu deslocamento em conjunto com o responsável técnico pelas granjas, advindo daí certo relaxamento no cumprimento da legislação vigente no tocante à fiscalização direta das atividades para a re-certificação das granjas como GRSC. Contudo todas as granjas foram visitadas à época.

O diferencial acontecido nos dados acima relatados se deveu ao fechamento de uma granja núcleo responsável pela genética Newsham do Brasil.

Em complemento às atividades inerentes ao servidor encarregado do PNSS no Estado de Minas Gerais há que se relatar a participação do mesmo em visita ao estado de Rio Grande do Norte em função do evento de Peste Suína Clássica naquele Estado, I ENDESA, no Estado da Paraíba. Colaborou também com A Escola de Veterinária da UFMG, proferindo palestra sobre o Programa Nacional de Sanidade Suídea para pós graduandos daquela Entidade.

Em conjunto com o órgão estadual do Estado de Minas Gerais, fez realizar nos meses de fevereiro e novembro cursos para médicos veterinários habilitados à emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para suínos.

## **Subação - Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose**

### **FINALIDADE**

Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.

### **Atividades Desenvolvidas**

<b>Metas</b>	<b>Programado 2009</b>	<b>Realizado 2009</b>	<b>Eficácia %</b>	<b>Programado 2010</b>
1-Propriedade atendida vacinação	351.011	239.582	68,25	356.798
2-Bezerras vacinadas	2.294.599	1.889.940	82,36	2.227.479
3-Capacitação técnica realizada (curso de métodos de diagnósticos e controle da brucelose e tuberculose)	10	13	130	08
4-Médicos Veterinários capacitados	200	207	103,5	160
5-Propriedade certificada	2	7	350	8

6-Profissionais habilitados	50	51	102	40
7- Avaliação e Sacrifício de Animais	Indeterminado.	46	100	Indeterminado

### **Indicador**

Nº de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina.

### **Principais Resultados**

Considerando que algumas das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) são executadas por setores da iniciativa privada, esta SFA/MG decidiu por realizar, em 2009, fiscalizações daqueles profissionais que tem papel fundamental para eficácia do PNCEBT, ou seja, os médicos veterinários habilitados no estado de Minas Gerais. Estas supervisões, no total de 40, sinalizaram a necessidade de maior controle das ações os habilitados, resultando nas seguintes medidas adotadas até o momento: atualização cadastral de todos os habilitados, envio de comunicado sobre as diretrizes e procedimentos para atuação no PNCEBT, publicação de norma que estabelece as penalidades a serem aplicadas a veterinários que descumprirem as normas vigentes. Há ainda necessidade do serviço de defesa sanitária estadual implementar fiscalizações periódicas destes profissionais, atividade esta de extrema relevância para garantir a credibilidade do PNCEBT junto a criadores, agroindústria e consumidores. Para um controle efetivo e eficaz, é fundamental que se desenvolva um sistema informatizado, em nível nacional, de forma a melhorar a gestão das atividades do PNCEBT, cuja recomendação já foi feita à Coordenação Nacional do programa.

As parcerias do MAPA com as instituições de ensino e pesquisa, como Embrapa, Escola de Veterinária/UFMG e a Uniube que ofertaram cursos, capacitando 207 médicos veterinários, sendo 60 do serviço oficial, propiciaram um incremento nas ações do PNCEBT.

Outro aspecto que merece destaque é o credenciamento do Laboratório de Saúde Animal-LSA/IMA para diagnóstico de brucelose em abril deste ano. Desde a instituição do PNCEBT, o credenciamento era um problema que comprometia a credibilidade do programa. Deve-se salientar, entretanto, que o procedimento de credenciamento tem sido muito lento. Há outros dois laboratórios da iniciativa privada em Minas Gerais que solicitaram o credenciamento em 2008 e até então não tiveram um parecer sobre isto.

Por fim, ressalta-se a necessidade de priorizar os aspectos relacionados a seguir a fim de auxiliar as atividades do PNCEBT, visando aumentar a aceitação dele por parte dos criadores e garantir à sociedade produtos de qualidade sanitária:

- Estabelecimentos que fabricam leite tipo A e tipo B: estimular o processo de certificação destes estabelecimentos como livres de brucelose e tuberculose;

- Abate de animais positivos para brucelose e tuberculose: a limitada disponibilidade de frigoríficos sob Inspeção Oficial para abate sanitário de animais reagentes positivos aos testes de diagnóstico para brucelose e tuberculose tem sido um desafio para o PNCEBT. Uma efetiva participação da Inspeção Federal é indispensável para melhorar a eficácia das ações de vigilância sanitária e de monitoramento deste programa;
- Indenização de animais positivos para tuberculose: estimular a criação de fundo de indenização privado ou público-privado.

## Subação - Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca - PNCRH

### Finalidade

Reduzir da incidência da raiva em herbívoros e manter vigilância ativa da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE).

### Atividades Desenvolvidas

Atividade	Programado 2009	Realizado 2009	Eficácia %	Programado 2010
1-Fiscalizações realizadas	36	32	88,9	36
2-Bovinos vacinados contra raiva	13.217.739 (1)	17.921.964	135,59	13.440.000 (1)
3-Amostras coletadas para EET em ruminantes (em relação às amostras coletadas para raiva)	493	208	42,2	100%
4-Morcegos hematófagos capturados e tratados	4.991 (2)	5.720	114,60	4910 (2)
5-Amostras de frigoríficos encaminhadas diagnóstico de EEB	Indeterminado	390	100	Indeterminado
6-Amostras de alimentos ruminantes coletadas em propriedades rurais	100	68	68	55

População de bovinos de MG (dados do IMA, em 22.12.2009): 22.400.000

(1) - 60% do rebanho registrado no ano anterior.

(2) - Média dos 2 anos anteriores.

### Indicador:

- 1 - Índice de Vacinação contra Raiva Bovina;
- 2 - N° de Vigilância para Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB (“doença da vaca louca”).

## Principais Resultados

O índice de vacinação do rebanho mineiro em 2009 foi alto e satisfatório, considerando que a vacinação contra a raiva dos herbívoros não é obrigatória em MG. As atividades de capturas de morcegos hematófagos, vistoria e cadastramento de abrigos são realizadas de forma razoável, mas o produtor rural ainda precisa garantir o controle da raiva com a vacinação de seu rebanho. O cadastramento de abrigos de morcegos e as capturas dos morcegos hematófagos devem ser incrementados, determinando maior controle na raiva dos herbívoros. A vacinação é importante na prevenção da raiva e deve continuar a não ser inferior ao índice de 60% do rebanho mineiro.

As amostras de tronco encefálico coletadas para diagnóstico da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), quando somadas às amostras coletadas por FFA's, de bovinos destinados ao abate de emergência (390 amostras), e as coletas feitas pelo órgão executor e pelos veterinários privados (208 amostras), mostram que a vigilância epidemiológica em relação à “vaca louca” em Minas tem sido realizada. Foram encaminhadas 493 amostras de herbívoros, de campo, para o laboratório de diagnóstico de raiva, no IMA. Desse montante, 208 amostras foram coletadas e encaminhadas também para EEB, sendo que 285 amostras foram coletadas e enviadas somente para diagnóstico de raiva. Para todos os casos de animais com sintomatologia nervosa, acima de 24 meses de idade, devem ser coletadas amostras também para histopatologia específica para EEB. Conclui-se que há necessidade de que haja incremento no número de coletas a campo para diagnóstico também da EEB, além da raiva. Manteve-se a porcentagem de amostras coletadas também para EEB, em relação ao ano de 2008. O objetivo é manter vigilância ativa sobre a população susceptível à EEB em MG, envolvendo veterinários autônomos e oficiais, garantindo bom índice de diagnóstico para assegurar vigilância epidemiológica eficiente.

No ano de 2009 foi coletado, por FFAs de MG, um montante de 390 amostras de tronco encefálico de animais destinados ao abate de emergência, para vigilância ativa da EEB. Houve aumento, em relação aos anos anteriores, nesse número de amostras, melhorando os índices de vigilância da “vaca louca”.

Atendendo à Norma Interna DSA nº 1, de 17 de maio de 2005, foram coletadas, por FFAs desta SFA, 68 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes, em propriedades rurais de municípios mineiros, para análise laboratorial no LANAGRO - Pedro Leopoldo e também com o kit feedchek, visando manutenção de vigilância ativa e ausência de EEB em MG. Salienta-se que foram feitas 115 fiscalizações sobre uso de alimentos proibidos, em propriedades rurais de Minas e que, em somente 68 casos foi necessário a coleta de amostras de alimentos. O objetivo é fiscalizar a proibição do uso de proteínas e gorduras de origem animal na alimentação de ruminantes, prevenindo-se o aparecimento de casos de “vaca louca”. Dos resultados de análise obtidos, aqueles onde foi comprovado o uso de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes, constituíram-se Processos que foram encaminhados ao Ministério Público Federal para apuração dos fatos e determinação de penalidades cabíveis, conforme determinado pelo DSA.

## Benefícios

**1- Vigilância ativa e prevenção da EEB** (“vaca louca”): feita através de diagnóstico realizado em tronco encefálico de animais que apresentaram sintomatologia nervosa, coletados para o exame histopatológico, em laboratório credenciado pelo MAPA e também através de imuno-histoquímica para EET’s realizado em tronco encefálico de animais destinados ao abate de emergência. A fiscalização dos alimentos fornecidos a bovinos, em propriedades rurais, tem sido realizada, a fim de se coibir o uso indevido de proteína animal na alimentação de ruminantes, com a intenção de se quebrar o ciclo que poderia determinar o aparecimento da “vaca louca” no país. Essas ações têm conferido ao Estado níveis compatíveis de prevenção e vigilância da EEB, em conformidade com o preconizado pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, para garantir condição sanitária livre de “vaca louca”, sem riscos para a saúde pública, com oferta de produtos animais (carne e embutidos) de boa qualidade sanitária.

**2- Controle da raiva dos herbívoros:** com a vacinação sistemática nos níveis realizados e a manutenção das atividades de captura de morcegos hematófagos, evitou-se maior propagação da doença, sem maiores perdas no plantel mineiro, mantendo-se a enfermidade sob um programa de controle. Entretanto, salienta-se que há necessidade de se intensificar as capturas de morcegos hematófagos, bem como o número de abrigos de morcegos cadastrados.

## Subação - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura

### Finalidade

Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos eqüídeos.

### Atividades Desenvolvidas

Atividade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia %	Programado 2010
1-Reuniões da CECAIE	Indeterminado	-	100	Indeterminado
2-Cursos	4	2	50	Indeterminado
3-Palestras	4	2	50	Indeterminado
4-Fiscalização de Laboratórios	Indeterminado	3	100	Indeterminado
5-Auditoria de Laboratórios	Indeterminado	4	100	Indeterminado
6-Nº Propriedades Exam. AIE	Indeterminado	14.142	100	Indeterminado
7-Nº de Animais Exam. AIE	Indeterminado	52.595	100	Indeterminado
8-Nº de Animais Positivos AIE	Indeterminado	322	100	Indeterminado

### Principais Resultados

- Foram realizados dois cursos de treinamento de pessoal;
- Um curso para emissão de GTA;
- Um curso para RT de laboratório de Anemia Infecciosa Eqüina;
- Não foram realizados os cursos previstos por falta de interessados.

Foi realizado o cadastramento dos laboratórios credenciados para exames de Anemia Infecciosa Equina. Deste, dois laboratórios pediram o cancelamento dos seus registros, e outros dois não apresentaram documentação para a adequação a Instrução Normativa 01 de 16-01-2007.

Já foram cadastrados 19 laboratórios e os outros estão com processo em andamento na CGAL.

Um dos laboratórios foi descredenciado pela CGAL.

Tivemos um caso de suspeita de Mormo na cidade de Esmeraldas-MG, que foi atendido sem a necessidade de recursos, devido à proximidade.

Todo o material necessário para esta ação já existia no SEDESA/MG, e o antígeno foi enviado pelo LANAGRO-Pernambuco.

As ações do PNSE relativas ao SEDESA são executadas junto com o IMA-MG e o LANAGRO-Pedro Leopoldo, que durante o exercício não tiveram recursos disponíveis.

Além disto, a maioria das outras atividades foram executadas efetivamente no laboratório.

Nº de Laboratórios credenciados jan/ 2009 - 35

Nº de Laboratórios credenciados em 2009 - 02

Nº de Laboratório descredenciado em 2009 - 01

Nº total de Laboratórios - 36

## **Subação - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais Aquáticos**

### **Finalidade**

Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais aquáticos

### **Atividades Desenvolvidas**

<b>Atividade</b>	<b>Programado 2009</b>	<b>Realizado 2009</b>	<b>Eficacia %</b>	<b>Programado 2010</b>
1-Documentos de Transito Fiscalizados – GTA	2.000	1.295	64,7	Indeterminado
2-Total Médico Veterinário Habilitado	Indeterminado	03	100	Indeterminado
3-Total Animais aquáticos movimentados com GTA	4.500.000	7.122.966	158,3	Indeterminado
4-Fiscalização de Estabelecimentos	50	48	96	Indeterminado*
5-Coleta material	Indeterminado	0	0	Indeterminado*

6-Reuniões técnicas	Indeterminado	15	100	Indeterminado*
---------------------	---------------	----	-----	----------------

**Indeterminado\*:** a partir Lei Nº 11.958, de 26/06/2009, Art. 27, Item XXIV, subitem “e”, e Decreto 7.024, de 07/12/2009, Art. 2º, Item III), as funções de fiscalização sanitária de estabelecimentos de aquicultura do PNSAA foram transferidas ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

## **Principais Resultados**

### **1. Cadastro de estabelecimentos produtores ou comerciais.**

#### **Resultados**

A obrigatoriedade do cadastro para emissão da GTA, em 2009 deixou de ser uma determinação acordada entre SEDESA/SFA/MG e IMA, para tornar-se uma exigência nacional, a partir da nova versão 3.0/2009 do Manual de Transito de Animais Aquáticos, que resultou em aumento dos cadastramentos espontâneos e, potencialmente, de melhoria nas condições para rastreabilidade dos animais.

#### **Pendências**

Exclusão do PNSAA do plano de metas do IMA 2008/2009 implicou na diminuição do número de propriedades vistoriadas e diminuição do número de informações sobre ocorrência de doenças de notificação mensal e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade à disseminação de doenças.

### **2. Controle de trânsito de animais aquáticos e de seus produtos e subprodutos.**

#### **Resultados**

- Aumento do número de médicos veterinários habilitados, de estabelecimentos e municípios atendidos e, conseqüentemente, de animais aquáticos movimentados intra e interestadual de formal legal, ou seja, acompanhado da GTA;
- O número de municípios que movimentaram animais com GTA saltou de 43 para 136;
- A vinculação da emissão da GTA ao atestado de saúde do plantel emitido por responsável técnico médico veterinário resultou em maior segurança na certificação sanitária dos animais em transito.

### **3. Fiscalização fiscal direta de estabelecimento produtor e comercial.**

- Resultou em informações ao DSA e IMA sobre as deficiências do sistema de monitoramento estadual e notificação aos serviços responsáveis sobre os riscos sanitários;
- Aumento no número de processos de infração contra empresas que comercializam drogas para aquicultura sem registro;

- Aumento no número de informações ao SIPAG-MG sobre falhas no cumprimento da exigência da GTA para trânsito de animais vivos para abate em estabelecimentos com SIF;
- Aumento no número de informações ao SIPAG sobre abates clandestinos;
- Maior divulgação entre os produtores sobre a importância da adoção de Boas Práticas de Manejo e cumprimento da legislação em vigor para a saúde dos plantéis de criação.

### **Pendências**

Ausência de mecanismos de penalização dos produtores infratores, principalmente em relação ao cumprimento da legislação de trânsito nacional (IN 18/2006)

### **EFETIVIDADE**

A exclusão do PNSAA das metas de Defesa Sanitária do IMA não permitiu o cumprimento da meta de monitoramento de 50 estabelecimentos produtores.

Nossa ação fiscal de supervisionar as ações do IMA resultou em aumento do número da emissão de GTA pelos estabelecimentos produtores.

As notificações do SEDESA/MG ao SIPAG sobre abate clandestino em estabelecimentos produtores de peixes intensificam as ações de controle voltadas para segurança alimentar.

As notificações do SEDESA/MG ao SEFAG/MG sobre comércio de drogas sem licença no DFIP/MAPA contribuíram para minimizar o uso de drogas em plantéis e, conseqüentemente, os riscos de resíduos e contaminantes nos produtos da pesca.

As notificações do SEDESA/MG ao SEFAG/MG resultaram em ação nacional de fiscalização de venda de hormônios ilegais para aquicultura.

### **Subação - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Bovídeos.**

#### **Finalidade**

Controle de resíduos biológicos

#### **Atividades Desenvolvidas**

<b>Atividade</b>	<b>Programado 2009</b>	<b>Executado 2009</b>	<b>Eficácia %</b>	<b>Programado 2010</b>
Amostras anabolizante I – 510	70	73	104,28	70
Amostras anabolizanteV – 540	70	73	104,28	70



## Principais Resultados

Houve atraso no delineamento do número de amostras por Estado, na remessa das numerações dos COA's para colheitas, dificuldade na redistribuição de material de colheita para o interior do Estado, pessoal administrativo para execução dos trabalhos pertinentes a emissão de ordens de serviço, distribuição de material para o interior, entraves burocráticos na emissão de documentos (OS, requisições de servidores das UTRA's e UTLA's), entre outros. Todos esses, dentre outros fatores, fizeram com que mudássemos a estratégia de trabalho, setorizando de forma diferente o Estado buscando atingir regiões de maior expressão na bovinocultura de corte, regiões estas, hoje, muito diversificada em outras atividades paralelas à criação de bovinos para abate. Com isso, obteve-se uma redução dos gastos com deslocamentos, embora dificultando enormemente a busca do pretendido, mas ainda assim, não deixando de se atingir uma eficácia de 100% nos trabalhos.

Há que se ressaltar a intransigência ocorrida neste ano com relação a datas de envio de material para laboratório, o que ensejou a necessidade de nova colheita no mês de março, visto as datas de remessa ao laboratório ter coincidido com os feriados da Semana Santa. Em contra partida não observamos o mesmo comportamento com relação aos resultados das amostras, muitas vezes obrigando-nos a reclamações dos mesmos (resultados) para que pudéssemos remetê-los aos produtores envolvidos, o que é de nosso dever.

## Ação 2181 e 2139: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional e do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo da ação	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Realizar o controle sanitário inerente aos processos de importação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), materiais científicos relacionados aos animais, com a finalidade de impedir a introdução e disseminação de doenças animais no estado de Minas Gerais e em todo território nacional. Cumprir e certificar, do ponto de vista sanitário (defesa animal), os requisitos acordados para a exportação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões e ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), e materiais científicos relacionados aos animais.
<b>Descrição</b>	1. Análise de <i>Requerimentos de autorizações de importação (AI)</i> com emissão, ou não, das <i>Autorizações de Importações (AI)</i> (IMPORTAÇÕES); 2. Análise de <i>Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (Autorização de Exportação)</i> com emissão, ou não, das do Certificado Zoossanitário Internacional (EXPORTAÇÕES); 3. Fiscalização de quarentenários indicados para recepção de animais importados; 4. Fiscalização de quarentenários destinados a animais a serem

	exportados; 5- Análise das solicitações de avaliação e sacrifício de bovinos importados de Países de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina; 6- Análise das solicitações de habilitação/credenciamento de médicos veterinários e habilitar/credenciar os qualificados para exercer as atividades delegadas; 7-Desabilitar/descredenciar os médicos veterinários que não cumprem a legislação de DSA, fiscalizados pelo órgão executor; 8- Fiscalização de documentos de transito (GTA/Cis E) emitidos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Saúde Animal /DSA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luiz Felipe Ramos Carvalho
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG

## Análise Crítica

As atividades voltadas para o controle sanitário das importações desenvolvidas pelo SEDESA/MG, aí incluídas as análises de risco, o controle das quarentenas, etc. têm por finalidade minimizar ou anular os riscos sanitários inerentes a todo o processo de importação de animais, garantindo assim, o status de país livre ou controlado para esta ou aquela enfermidade.

No atendimento a esta demanda (importação) o SEDESA em 2009 analisou 100% dos *Requerimentos de autorizações de importação (AI)* solicitadas ao Setor. Após a análise de cada requerimento, emitiu-se, ou não, as *Autorizações de Importações (AI)* conforme os riscos sanitários envolvidos e critérios técnicos vigentes. No total foram emitidas 182 Autorizações.

Em 2009 o SEDESA/MG atendeu também as atividades necessárias ao controle sanitário das exportações de animais, compreendendo as análises dos requerimentos para obtenção de Certificados Zoossanitários Internacionais. Estas ações estão dependentes do atendimento aos requisitos sanitários estabelecidos pelo país importador, culminando com a emissão, pelo SEDESA/MG, das emissões das Autorizações para Emissão dos Certificados Zoossanitários Internacionais, que foram encaminhados aos Serviços de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/MAPA) nos aeroportos/portos/postos de fronteira.

Ainda, em atendimento às exportações, o SEDESA emitiu os Certificados de Origem de produtos de origem animal, bem como, de materiais científicos e/ou laboratoriais, quando o caso assim o requereu.

No atendimento desta demanda (Exportação de Animais/subprodutos/produtos laboratoriais e materiais científicos de origem animal) em 2009 o SEDESA analisou 100% dos Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (AE) solicitadas ao Setor em Minas Gerais. A partir desta análise, emitiu-se, ou não, as Autorizações para Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional conforme os critérios técnicos e protocolos sanitários estabelecidos entre o Brasil e o país importador.

Houve um total 301 (trezentos e uma) autorizações para emissão de Certificado Sanitário Internacional (CSI) que foram direcionados ao VIGIAGRO/MAPA pra a emissão do CSI.

O SEDESA/MG, em 2009, fiscalizou sete (07) quarentenários utilizados como locais para isolamento de animais que foram exportados de Minas Gerais para os diversos países do mundo.

Foram ainda sacrificados dois (02) bovinos importados, de acordo com a legislação vigente que regulamenta este tópico.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### **2.4.2. Execução Orçamentária**

Não houve programação de recursos financeiros para as Ações 2181 e 2139 porque as mesmas serão agora de responsabilidade do VIGIAGRO. No entanto, várias atividades ligadas ao PI continuam efetivamente sendo executadas pelo SEDESA, com recursos do PCEANIMAL.

### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	-	-	5.717,23	
<b>Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens</b>	4.290,34	-	745,72	
<b>Material de Consumo</b>		-	3.000,00	
<b>Serviços Terceirizados</b>	-	-	3.051,54	
<b>Totais</b>	<b>4.290,34</b>	<b>-</b>	<b>9.514,49</b>	<b>(1)</b>

(1) – As ações 2181 e 2139 executadas pelo SEDESA/MG foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

## 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181/2139	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	60.000	46.748	Indeterminado	(1)	60.000

(1) – As ações 2181 e 2139 executadas pelo SEDESA/MG foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

## 2.4.5. Indicadores de Desempenho

### Indicador

Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional (inspecionados/programado).

### EFICÁCIA

Atividade	Programado 2009	Realizado 2009	Eficácia %	Programado 2010 *
1-Análises e despacho requerimento Importação realizadas	Indeterminado	182	100	200
2-Análises de requerimento de Exportação realizadas	Indeterminado	301	100	350
3-Fiscalização de Quarentenário de Animais Importados	Indeterminado	07	100	10
4-Bovinos importados sacrificados	Indeterminado	2	100	Indeterminado
5-Auditorias em barreiras sanitárias	15	0	0	8
6-Méd. Veterinário Habilitado GTA	Indeterminado	64	100	Indeterminado
7-Méd. Veterinário Credenc. Cis E	Indeterminado	2	100	Indeterminado
8- Méd. Vet. Habilitação Cancelada	Indeterminado	32	100	Indeterminado
9-GTA- Transito TOTAL Fiscalizado	700.000	718.147	102,59	700.000

10-GTA- Transito Interestadual Fisc.	60.000	46.748	77,91	60.000
11-Cis E Fiscalizados	1.000	1.361	136,1	1.000

\* A programação (metas de atividades de importações e exportações) para o ano é estabelecida de acordo com as estatísticas de anos anteriores e perspectivas subjetivas que se intui para o ano a ser trabalhado. É impossível estabelecer o real número de importações e exportações que ocorrerão e este dado pode ou não aproximar do montante sugerido.

## EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação (R\$)
(1)	46.748	GTA de Transito Interestadual Fiscalizados –	...

(1) – As ações 2181 e 2139 executadas pelo SEDESA/MG foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

## EFETIVIDADE

No que se refere à Legislação Zoossanitária básica relativa à Importação e Exportação de animais vivos, produtos de multiplicação animal, produtos de origem animal de consumo humano, produtos de origem animal não comestíveis, produtos de origem animal utilizados em ração animal, produtos biológicos, materiais científicos (microorganismos etc) pode ser sintetizada da seguinte forma:

I) Legislação Zoossanitária de Importação - são documentos básicos:

A) Decreto 24548 de 1934.

B) Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2004. Gabinete do Ministro – Legislação básica de importação de animais vivos e produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis).

II) Legislação Zoossanitária de Exportação - Leis e acordos estabelecidos com os diversos países importadores ou bloco de países, sendo os requisitos zoossanitários estabelecidos pelos parceiros comerciais importadores dos animais/produtos do Brasil. Documentos básicos emitidos: 1) Certificado Zoossanitário Internacional ou 2) Certificado de Origem.

As ações do Programa de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos objetivam a redução dos riscos de introdução e disseminação de doenças animais em Minas Gerais, além da manutenção de um Sistema de Vigilância Epidemiológica, capaz de dar suporte a todos os programas relacionados, garantindo a sanidade de nossos rebanhos.

A implantação de sistemas informatizados para emissão de GTA, tais como o SIDAGRO (Sistema de Defesa Agropecuária) utilizado por funcionários do IMA para

ruminantes e GEODSA utilizados por profissionais habilitados para aves (GEOAVES) e suínos (GEOSUÍNOS), modernizou e aprimorou o controle da Guia de Trânsito Animal - GTA, que é uma das ferramentas mais importantes para o controle epidemiológico das doenças. Os cursos de treinamentos de médicos veterinários visando novas habilitações capacitaram 86 profissionais e foram realizados nas datas, locais e para as espécies a seguir relacionadas:

- 18/02/2009 - IMA – Suídeos;
- 15/06/2009 - IMA – Aves, Suídeos e Animais Aquáticos;
- 25/11/2009 - IMA – Aves, Suídeos e Animais Aquáticos; e,
- 29/09/2009 À 03/10/2009 – EVUFMG – Equídeos.

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

## ÁREA VEGETAL

### PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

**Tabela - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico (Programa de Gestão de Políticas Públicas)
<b>Objetivo geral</b>	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
<b>Objetivos específicos</b>	1- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais. 2- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos.
<b>Gerente do programa</b>	Inácio Afonso Kroetz
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	José de Oliveira Mascarenhas Junior
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	1- Nº de Auditorias Executadas 2- Tempo de resposta nas ocorrências fitossanitárias (Diagnóstico e Intervenção) 3- Áreas livres de Sigatoka Negra caracterizadas ou ampliadas (ha) 4- Índice de Fitossanidade
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

### 2.3.2. Principais Ações do programa

#### Ação 2134-2201-MG: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos - VIGIFITO1

Tabela - Dados gerais da ação

<b>Tipo da ação</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Garantir a Sanidade Vegetal pela ação de prevenção, controle e erradicação de pragas que afetam a agricultura brasileira evitando a disseminação destas pragas visando contribuir com o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio do Brasil.
<b>Descrição</b>	Ação executada pela Organização Estadual de Defesa Agropecuária, por agentes privados credenciados e diretamente pelo Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV / SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura - SFA/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

#### Análise Crítica

Os principais problemas são:

- Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal - Decreto 24.114 de 12/04/1934 desatualizado o que prejudica as ações de vigilância fitossanitária especificamente na aplicação de penalidades;
- Falta de harmonização de procedimentos para realização de supervisão e auditorias dos processos de Certificação fitossanitária de Origem e fiscalização do trânsito interestadual de produtos vegetais;
- Necessidade de melhor estrutura dos postos de fiscalização sanitária;
- Necessidade de sistema informatizado para controle do trânsito interestadual;
- Estrutura da Organização Estadual de Defesa Agropecuária - IMA, inadequada para a fiscalização e controle dos processos de Certificação Fitossanitária de Origem e do trânsito interestadual;
- Falta de harmonização de procedimentos para os laboratórios de diagnóstico fitossanitário;
- Necessidade de revisão da Instrução Normativa nº 12/2005 que estabelece os níveis de tolerância para praga não quarentenárias regulamentadas, para a importação de batata-semente.

As providências a serem tomadas:

- Encaminhamento de solicitações ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA para atualização do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal,

harmonização de procedimentos para realização dos trabalhos de supervisão e auditorias, revisão da Instrução Normativa nº 12/2005 e harmonização de procedimentos para os laboratórios de Diagnóstico Fitossanitário;

- Harmonização de procedimentos por parte do SEDESA/DT/SFA/MG objetivando realização dos trabalhos de supervisão e auditoria no Estado;
- Elaboração de relatórios de supervisões e encaminhamento ao IMA com a solicitação de correção das inconformidades e adequação da estrutura operacional;
- Planejamento de repasse de recursos ao IMA, via convênio, priorizando a adequação da estrutura operacional do órgão.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Fonte	Liquidado no Serviço	Liquidado/Apropriação de Custo	Restos a Pagar/2008	Total Geral Executado no Exercício + RP
VIGIFITO1	339014	100	8.975,15	0,00	0,00	8.975,15
	339030	100	1.124,99	0,00	0,00	1.124,99
	339033	100	0,00	0,00	0,00	0,00
	339036	100	0,00	0,00	0,00	0,00
	339039	100	4.253,57	0,00	0,00	4.253,57
	339147	100	0,00	0,00	0,00	0,00
	449052	100	0,00	0,00	0,00	0,00
	339033	150	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>14.353,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.353,71</b>



### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	2.056,48	5.980,48	-	-
<b>Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens</b>	13.680,13	33.860,13	31.118,36	8.975,15
<b>Material de Consumo</b>		-	7.047,40	1.124,99
<b>Serviços Terceirizados</b>		3.570,00	21.982,54	4.253,57
<b>Totais</b>	<b>15.736,61</b>	<b>43.410,61</b>	<b>53.100,90</b>	<b>13.228,72</b>

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2134/2201	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	85.700	113.630	14.353,71	14.353,71	100.000

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Supervisão do processo CFO/CFOC	nº	100	58	58	119
Supervisão dos trabalhos de fiscalização e controle de trânsito interestadual	nº	20	8	40	20
Inspeção fitossanitária de material importado	nº	50	52	104	90
Fiscalização de material em depósito	nº	-	42	-	60
Fiscalização de material em quarentena	nº	-	-	-	30
Certificação Fitosanitária	nº	300	181	60,33	420
Parecer Fitosanitário nas Autorizações de Importação	nº	-	127	-	-
Parecer Fitosanitário nas Autorizações de Exportação	nº	-	41	-	-
Partida inspecionada no trânsito interestadual	Nº	85.700	113.630	132,59	100.000
Fiscalização realizada	Nº	350	287	82	510

## EFICIÊNCIA

Valor Descentralizado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
14.353,71	113.630	Fiscalização Realizada	0,12

## EFETIVIDADE

A fiscalização e controle de trânsito internacional e interestadual de vegetais e produtos vegetais é uma das principais medidas de prevenção e controle de pragas regulamentadas visando garantir a sanidade das populações vegetais.

O resultado da ação é a proteção da agricultura brasileira contra a entrada de novas pragas no Brasil e controle de pragas com ocorrência localizada evitando danos e perdas nos cultivos, perda de mercado, aumento de custo de produção, impacto sobre programa de manejo de pragas, danos ambientais e custos sociais com redução de fontes de alimentos e matéria prima.

Foi alcançado o objetivo do Plano de Ação de garantir a Sanidade Vegetal evitando a entrada de novas pragas no País e a disseminação das pragas regulamentadas.

Destacamos o trabalho como uma das principais medidas fitossanitária na prevenção e controle das pragas Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Moko da Bananeira, Mosca Negra dos Citros, Mosca da Carambola e outras pragas regulamentadas.

O trabalho também foi muito importante na prevenção das pragas quarentenárias ausentes, que representam grande risco para a agricultura brasileira, e no atendimento as exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais, possibilitando acesso a novos mercados, a exemplo do Programa de Exportação de Cucurbitáceas para a Argentina e Uruguai.

### **Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL**

**Tabela - Dados gerais da ação**

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.
Descrição	1- Manutenção do Sistema Nacional de alertas fitossanitários. 2- Prevenção e Controle de Pragas da Bananeira – Sigatoka Negra. 3- Prevenção e Controle de Pragas das Cucurbitáceas. Sistema de Mitigação de Risco de <i>Anastrepha grandis</i> . 4- Prevenção e Controle de Pragas dos Citros. 4.1. Erradicação do Cancro Cítrico. 4.2. HUANGLONGBING (“GREENING”) 4.3. Mancha Negra dos Citros.

	4.4. Morte Súbita dos Citros. 5- Prevenção e Controle de Pragas da Videira. 6- Prevenção e Controle de Pragas da Soja - Ferrugem Asiática da Soja 7- Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro – Bicudo do Algodoeiro. 8- Outras Ações de prevenção e controle de Pragas Regulamentadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Sanidade Vegetal /DSV
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Gutemberg Barone de Araujo Nojosa
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA

## Análise Crítica

A Análise Crítica da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações relacionadas abaixo.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Fonte	Liquidado no Serviço	Liquidado/Apropriação de Custo	Restos a Pagar/ 2009	Total Geral Executado no Exercício + RP
PCEVEGETAL	333041	100	0,00	0,00	0,00	0,00
	339014	100	46.007,74	0,00	0,00	46.007,74
	339030	100	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	339033	100	10.010,96	0,00	0,00	10.010,96
	339036	100	2.504,37	0,00	0,00	2.504,37

	339039	100	10.780,00	0,00	0,00	10.780,00
	339093	100	12,00	0,00	0,00	12,00
	443042*1	100	1.328.000,00	0,00	0,00	1.328.000,00
	449052	100	36.750,27	0,00	83.249,71	36.750,27
<b>TOTAL</b>			<b>1.438.065,34</b>	<b>0,00</b>	<b>83.249,71</b>	<b>1.438.065,34</b>

\*1 Convênio com o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
<b>Passagens</b>	4.327,00	13.437,13	5.219,87	10.010,96
<b>Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens</b>	11.454,16	18.928,80	51.534,50	46.007,74
<b>Material de Consumo</b>		-	26.592,95	4.000,00
<b>Serviços Terceirizados</b>	29.472,50	5.477,72	18.275,59	13.284,37
<b>Indenizações e Restituições</b>		-	-	12,00
<b>Convênios</b>		-	1.839.680,00	1.328.000,00
<b>Material Permanente</b>		-	78.184,82	36.750,27
<b>Totais</b>	<b>45.253,66</b>	<b>37.843,65</b>	<b>75.029,96</b>	<b>69.303,07</b>

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	3	Área (ha)	229.735	229.735	1.521.315,05	1.438.065,34	683.139

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho EFICÁCIA

Meta	Unidade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia %	Programado 2010
Supervisão realizada	Nº	64	44	68,75	390

Capacitação Técnica	Nº FFA	40	11	27,5	19
Levantamento de Detecção	Nº	38	36	94,73	60
Auditoria	Nº	3	1	33,33	-
Área Controlada	HA	229.735	229.735	100	683.139

## EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
1.438.065,34	229.735	Área Controlada (ha)	6,25

## EFETIVIDADE

Na ação do PCEVEGETAL foram realizados os macroprocessos de prevenção e controle das seguintes pragas: Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Huanglongbing (Greening), Mancha Negra dos citros, Morte Súbita dos Citros, Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro, Cancro da Videira, Vespa da Madeira, Mosca das Frutas (Carambola) e pragas do Cafeeiro no Sistema de Avisos Fitossanitários.

Os principais resultados da ação é o controle destas pragas no Estado e manutenção de áreas livres da praga - Sigatoka-Negra. Destacamos os trabalhos de erradicação do cancro cítrico não sendo detectado novos focos da praga, o controle do Greening, Ferrugem Asiática da Soja com o estabelecimento do vazio sanitário e o controle de pragas na cultura do cafeeiro com o sistema de avisos fitossanitários, que permitiu o controle adequado das pragas com redução do custo e dos impactos ambientais resultado da aplicação de medidas de controle.

## DETALHAMENTO DAS SUBAÇÕES

### Subação - Sistema Nacional de Alertas Fitossanitários (Estação de Avisos)

#### Finalidade

A atividade da cafeicultura é de grande importância econômica e social para o Estado de Minas Gerais, que é o maior produtor de café do Brasil.

O objetivo é o controle adequado das pragas do cafeeiro com a emissão, mensalmente, de boletins de avisos fitossanitários.

#### Efetividade

Emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários nas estações de Varginha, Carmo de Minas e Boa Esperança.

As informações prestadas através dos Boletins de Avisos permitem ao cafeicultor melhor programar o controle das pragas possibilitando o manejo adequado, redução de custo no controle destas pragas e menor impacto às condições ambientais.

### **Principais Problemas**

- Descontinuidade na descentralização de recursos financeiros para custear os trabalhos de levantamento fitossanitário.

### **Providências**

- Reprogramação e solicitação de alteração de finalidade de recursos disponíveis, alteração de elemento de despesa.

### **Análise Crítica**

O objetivo dos trabalhos foi alcançado, ou seja, emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários para o cultivo do cafeeiro, nas estações de avisos de Varginha, Carmo de Minas e Boa Esperança.

Houve significativos ganhos com o monitoramento das principais pragas permitindo melhor controle fitossanitário com conseqüente redução de custos de produção, melhoria da qualidade do produto, aumento da renda do produtor e menor impacto às condições ambientais pela redução dos agrotóxicos utilizados.

## **Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Banana - Sigatoka Negra**

### **Finalidade**

Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio de prevenção e controle da disseminação da Sigatoka-Negra (*Mycosphaerella fijiensis*).

### **Efetividade**

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, representa uma das principais pragas da bananeira, onde ocorrem condições climáticas favoráveis e cultivo de variedades susceptíveis. Em regiões quentes e úmidas a praga reduz em até 100% a produção de variedades susceptíveis, se nenhuma medida de controle é realizada.

Trabalhos de vigilância fitossanitária em Minas Gerais foram intensificados sendo realizados levantamentos fitossanitários que resultou na detecção dos primeiros focos da doença em 2004 nos municípios de Piranguçu, Cristina e São José do Alegre na região Sul de Minas. Atualmente, de acordo com relatórios do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária a praga ocorre em 16 municípios (Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Cristina, Coronel Pacheco, Gonçalves, Igarapé, Juiz de Fora, Maria da Fé, Nova União, Piau, Piranguçu, Rio Pomba, Sabará, São José do Alegre e Taquaraçu de Minas).

As macro-regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha encontram-se livre de Sigatoka Negra, com base nos levantamentos fitossanitários realizados pelo IMA desde 2004, de acordo com a Instrução Normativa nº 17 de 31 de maio de 2005. Estas áreas foram reconhecidas como livres pelo Ministério da Agricultura, de acordo com as instruções Normativas nº

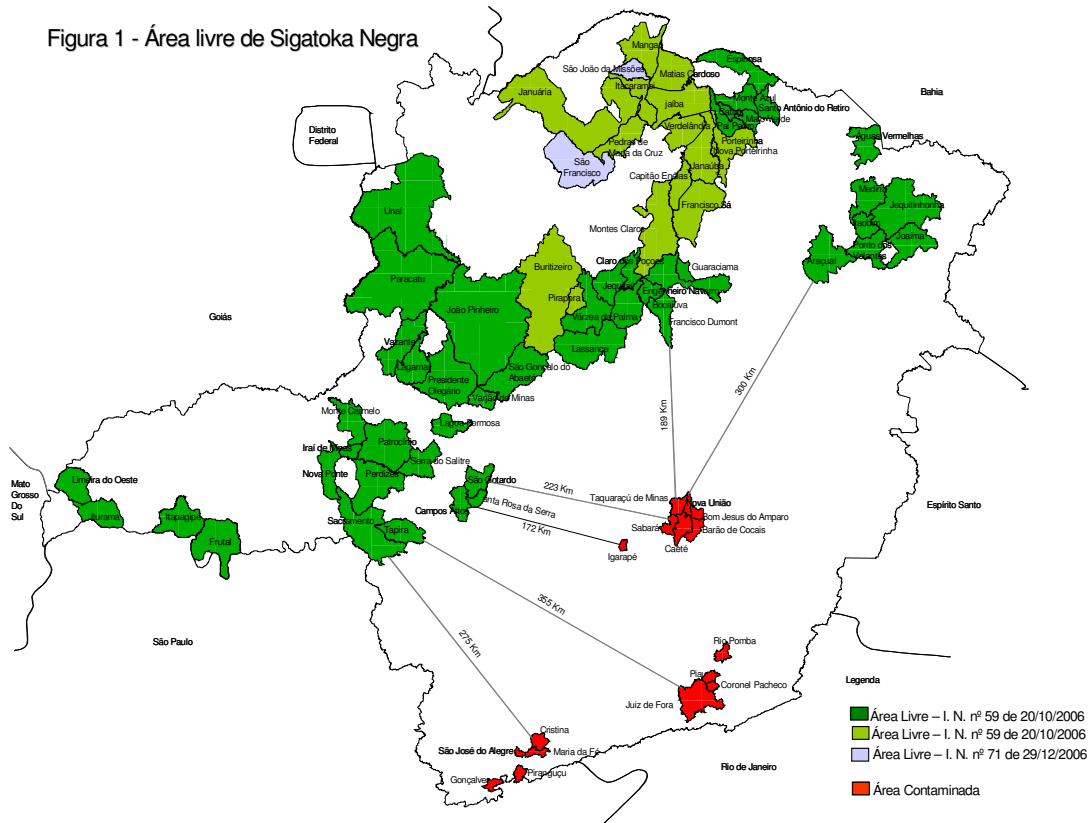
59 de 20 de outubro de 2006 e nº 71 de 29 de Dezembro de 2006, perfazendo uma totalidade de 62 municípios.

A partir da detecção do primeiro foco da praga em Minas Gerais em junho de 2004, foram intensificados os trabalhos de prevenção e controle de acordo com a Instrução Normativa nº 17/2005.

O Serviço de Sanidade Agropecuária acompanha e supervisiona todo o processo de manutenção das áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco e aplicação de demais medidas fitossanitárias objetivando a prevenção e controle da praga. Em 2009 não houve detecção de nenhum foco da praga no Estado de Minas.

O objetivo do estado é a mudança da situação da praga com o reconhecimento do Status de “Unidade da Federação sem ocorrência da praga”.

Figura 1 - Área livre de Sigatoka Negra



## Principais Problemas

- Necessidade de maior conscientização dos produtores de Banana, transportadores, comerciantes quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga;
- Necessidade de pesquisas, principalmente referente à epidemiologia, objetivando analisar o comportamento do fungo (*Mycosphaerella fijiensis*) nas condições ambientais do Estado, nas quais não foram identificados focos nos últimos 03 (três) anos;
- Legislação desatualizada, falta de definição de medidas para erradicação de pomares abandonados e indefinição quanto a produtos para higienização de embalagens e frutos;

- Utilização de caixas de madeiras usadas para transporte de frutos;
- Falta de harmonização de procedimentos para supervisão e auditoria dos processos de manutenção de área livre e aplicação do Sistema de mitigação de Risco de Sigatoka-Negra.

### **Providências**

- Realização pelo SEDESA de diagnóstico sobre a situação atual da Sigatoka-Negra em Minas Gerais com o objetivo de avaliar a ocorrência da praga e as medidas de prevenção e controle do que estão sendo aplicadas;
- Conscientização de todos os segmentos envolvidos na atividade de Bananicultura pela divulgação das medidas de prevenção e controle da praga através dos responsáveis técnicos pela Certificação Fitossanitária de Origem, pelos trabalhos de fiscalização do IMA e supervisão do SEDESA e outros meios;
- Gestões junto aos órgãos de pesquisa no Estado - EPAMIG e Universidades para realização de trabalhos visando obtenção de informações necessárias para definição das medidas fitossanitárias exigidas no processo de prevenção e controle da praga;
- Encaminhamento ao DSV/SDA de relatório sobre a situação atual da Sigatoka-Negra em Minas Gerais com a solicitação de análise e definição de medidas a serem exigidas na prevenção e controle da praga;
- Solicitação ao OEDSV para intensificar as ações de fiscalização objetivando evitar a utilização de embalagens de frutos de banana em desacordo com a legislação;
- Participação da revisão da Instrução Normativa nº 17 de 31/05/2005, com apresentação de sugestões objetivando a melhoria do processo de prevenção e controle da Sigatoka-Negra.

### **Indicador de Desempenho**

O objetivo do Plano de Ação foi alcançado com a manutenção da praga sob controle. Foi mantida a condição de área livre em 60 municípios no estado. Não foi detectado nenhum foco da praga no ano de 2009.

### **Subação - Prevenção e Controle de Pragas das Cucurbitáceas**

#### **Finalidade**

Reconhecimento do Sistema de mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* no município de Luz e manter o reconhecimento do SMR proposto para a praga nos municípios de Uberlândia, Paracatu, Bom Despacho, Matias Cardoso, Jaíba e Manga, no Estado de Minas Gerais, como forma de atender as exigências dos países importadores que classificam a *Anastrepha grandis* como uma praga quarentenária, atendendo a Instrução Normativa nº 16/2006.



## Principais Atividades

Implantação e manutenção do Sistema de mitigação de risco de *Anastrepha grandis* em Minas Gerais, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para países do MERCOSUL, abrindo novos mercados, gerando divisas, fortalecendo a atividade, ampliando a competitividade interna e externa e assegurando a existência do Sistema de Mitigação de Risco - SMR segundo normas vigentes, de forma a propiciar maiores ganhos sócio-econômicos para o setor

## Principais Problemas

- A instrução Normativa 16/2006, que regulamenta a implantação e manutenção de Sistemas de Mitigação de Risco (SMR) de *Anastrepha grandis*, está desatualizada, no tocante ao registro de propriedades, inscrição de UPs, critérios de amostragem e corte de frutos e, principalmente, ausência de instrumentos (formulários) de fiscalização e procedimentos para aplicação de penalidades. Além disso, os atuais critérios para implantação do SMR em novos municípios necessitam ser aperfeiçoados;
- Inexistência de um programa informatizado, hospedado no portal do MAPA na internet, com diferentes níveis de privilégio para produtores/RTs, Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal, laboratórios, SEDESAs e coordenador nacional (DSV). O objetivo desse programa é melhor controlar o registro de propriedades, inscrição de UPs, áreas de plantio, produção estimada, espécie/variedade, datas de plantio e colheita, dados de produção exportada e lançamento dos dados de monitoramento;
- Escassez de recursos para os trabalhos de auditoria, supervisão e certificação, o que gerou desgaste com os produtores e ameaçou por em risco a continuidade das exportações.

## Providências

- Publicação da nova IN de SMR de *Anastrepha grandis*, até dois meses antes do início dos registros de propriedades e inscrições de UPs, ou seja, fevereiro ou março / 2010, para que haja tempo hábil para as partes envolvidas se ajustarem às novas regras. O projeto de IN está atualmente em fase de ajustes pela DPCP, atendendo à solicitação da CONJUR;
- Implantação de um programa informatizado para controle do SMR, antes do início da próxima temporada de exportação. Já foi feito o mapeamento do processo pela CGPLAN, em conjunto com a DPCP. A SDA submeteu a demanda à CGTI, que propôs a utilização do sistema SIPE, que necessita, entretanto, passar por alguns ajustes, de forma a atender plenamente à nossa demanda;
- Sensibilizar as instâncias superiores no MAPA Sede quanto à necessidade de manter um fluxo de descentralização de recursos para atividades essenciais, como a certificação de partidas para exportação.

## **Indicador de Desempenho**

A análise quantitativa do indicador Área Controlada mostra um desempenho de menos de 50%. Entretanto, esse indicador contém distorções, uma vez que o tamanho da área controlada depende única e exclusivamente da iniciativa dos produtores, em função das condições do mercado argentino. A mosca sul-americana das cucurbitáceas (*Anastrepha grandis*) é uma praga secundária nas nossas condições, está amplamente distribuída nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e não é considerada praga quarentenária para o Brasil. Portanto, o SEDESA atua no controle da área efetivamente registrada para exportação, com objetivo único de atender às exigências do país importador. Essa área, como citado anteriormente, depende exclusivamente da vontade dos produtores.

Entendemos que um indicador mais adequado seria a eficácia no cumprimento das exigências da norma de Sistema de Mitigação de Risco, ou seja, como estamos propondo no Plano de Trabalho 2010, a conformidade com a norma do SMR.

Nas supervisões realizadas em 2009, não houve inconformidades que pudessem afetar de maneira significativa a segurança fitossanitária do SMR. Portanto, a eficácia foi de 100%.

O mesmo argumento exposto acima justifica nosso ponto de vista de que o cumprimento de metas quantitativas de supervisões e certificações fica condicionadas ao número de produtores registrados e tamanho das áreas das unidades de produção inscritas no SMR. Ou seja, quanto maior o número de UPs inscritas, maior a necessidade de supervisões. Já o número de certificados fitossanitários emitidos depende ainda dos preços praticados no mercado argentino na época da colheita, que é quando se define o volume a ser exportado.

## **Subação - Prevenção e Controle de Pragas dos Citros**

### ***ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO***

#### **Finalidade**

Prevenir a ocorrência de cancro cítrico nas regiões do Estado.

#### **Efetividade**

Em Minas Gerais, a praga somente ocorre na região do Triângulo, onde os levantamentos para detecção de ocorrência de cancro cítrico são realizados por equipes do Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, sob supervisão do SEDESA/SFA/MG.

Em 2009 não foram detectados novos focos no Estado.

## **Indicador de Desempenho**

### **Eficácia**

Indicador de Desempenho =  $\frac{\text{Nº de municípios com registros de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$   
(% de municípios com focos)

Indicador de desempenho =  $\frac{2}{863} \times 100 = 0,23 \%$   
(% de municípios com focos)

## **HUANGLONGBING (“GREENING”)**

### **Finalidade**

Prevenir a ocorrência de Huanglongbing (greening) nas regiões do Estado.

### **Efetividade**

Para atendimento dos objetivos dessa ação, foram realizadas supervisões dos trabalhos executados nas áreas de ocorrência da praga. Atualmente o HLB ocorre em duas propriedades comerciais, sendo duas no município de Monte Santo de Minas e uma em Carmo do Rio Claro e Guaxupé. Foi solicitado o incremento das inspeções para identificação de plantas doentes e também o envio de relatório dessas atividades.

### **Indicador de Desempenho**

#### **Eficácia**

Indicador de Desempenho =  $\frac{\text{Nº de municípios com registros de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$   
(% de municípios com focos)

Indicador de desempenho =  $\frac{3}{863} \times 100 = 0,34 \%$   
(% de municípios com focos)

## **MANCHA NEGRA DOS CITROS**

### **Finalidade**

Prevenir a ocorrência de *Gignardia citricarpa* nas regiões do Estado.

### **Efetividade**

Foram inspecionados 1.390.448 há de laranja nos municípios de Frutal e Comendador Gomes. Todas as Unidades de Produção (UP's) cadastradas estavam aptas para exportar, pois, não foi encontrado nenhum sintoma de pinta preta.

## **MORTE SÚBITA DOS CITROS**

### **Finalidade**

Prevenir a ocorrência de Morte Súbita do Citros nas regiões do Estado.

### **Efetividade**

Nas supervisões realizadas foi verificado que a produção de mudas na região de ocorrência da praga somente é feita em ambiente protegido, como preconizado pela IN 16 de 18/03/03. Em decorrência das medidas adotadas, a praga continua restrita aos mesmos municípios nos quais foi relatada em 2004, não ocorrendo disseminação para outras áreas.

## **Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Videira**

### **Finalidade**

Prevenir a ocorrência da praga *Xanthomonas campestris* pv *viticola* em pomares de uva.

### **Descrição**

Supervisão das ações de inspeção para verificação da ocorrência da praga em áreas de produção de material de propagação.

### **Efetividade**

Neste ano, devido à escassez de recursos financeiros, não foram realizadas inspeções fitossanitárias nas áreas onde anteriormente ocorreram os focos. No entanto, não houve nenhuma notificação de ressurgimento da praga naqueles locais, nem notificação de novas ocorrências.

## **Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Soja**

### **FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA**

#### **Efetividade**

Com o cumprimento do artigo 5º da Instrução Normativa Nº 2, (MAPA), foi criado o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, ficando IMA (Instituto Mineiro De Agropecuária) como instância intermediária do SUASA, responsável por gerenciar, legislar complementarmente ao MAPA, executar ações de fiscalização e realizar ações de educação sanitária.

O resultado das ações demonstra o controle da praga no Estado.

#### **Resultados**

Esclarecemos que o vazio sanitário foi instituído no Estado pela Portaria nº 854, de 19 de junho de 2007, onde no seu art. 3º torna obrigatório o cumprimento do Vazio Sanitário para a cultura da soja em Minas Gerais, no período de 01 de julho a 30 de setembro de cada ano.

§ 1º - Entende-se por vazio sanitário o período de ausência total de plantas vivas de soja, excluindo-se as áreas de pesquisa científica e de produção de semente genética, devidamente monitoradas e controladas.

O vazio sanitário da soja foi executado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA, que fiscalizou 307 propriedades até o final de agosto de 2009, tendo sido emitidos 307 termos de fiscalizações, emitiu 154 notificações e 5 autos de infração.

As notificações foram aplicadas quando a fiscalização encontrou plantas vivas de soja, sendo aplicados 5 autos de infração: 2 em Uberaba e 1 para cada um dos municípios a seguir, Sacramento, Nova Ponte e Araxá.

ouve uma reunião extraordinária do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, no dia 23/11/2009, para avaliar pedido da BR Genética Ltda quanto a plantio de experimento sem autorização, no período do vazio sanitário da soja.

As programações propostas pela SFA/MG, 16 supervisões, não foram realizadas.

### **Principais Problemas**

Ratificamos que na Instrução Normativa Nº 2, de 29 de janeiro de 2007, reza:

Art. 1º fica instituído o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS) no Departamento de Sanidade Vegetal (DSV), junto à Coordenação Geral de Proteção de Plantas (CGPP).

Art. 5º, as Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) em cada Unidade da Federação deverão criar os seus Comitês Estaduais de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, constituídos por representantes dentre aqueles contemplados pelo art. 3º.

Art. 9º Às Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) compete:

I - participar de ações de conscientização, divulgação e capacitação técnica;

II - coordenar o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja; e

III - acompanhar e realizar auditorias e supervisões visando à implementação e consecução das ações previstas no PNCFS.

Art. 11. Às Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) compete:

I - gerenciar o sistema de monitoramento da ferrugem asiática da soja;

II - legislar complementarmente sobre o assunto, adequando à legislação estadual com a federal e com o manual do PNCFS;

III - executar ações de fiscalização para o cumprimento do PNCFS;

IV - realizar ações de educação sanitária de acordo com normas indicadas pelo PNCFS;

V - promover a capacitação e atualização permanente dos produtores e técnicos, para o monitoramento da ferrugem asiática da soja conforme o manual do PNCFS;

VI - participar do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja;

VII - coordenar os Grupos Regionais;

VIII - dar prioridade ao cadastramento de agrotóxicos e afins destinados ao controle da ferrugem da soja; e

IX - publicar suas normas de acordo com o Manual do PNCFS, definindo o sistema de fiscalização e as penalidades.

As auditorias e supervisões pelo SEDESA/SFA/MG não foram realizadas por falta de descentralização de recursos financeiros priorizadas pela Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas, DPC/CGPP.

## **Providências**

Não havendo determinações específicas pela DPCP (Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas), não foram efetivadas providências para realização das supervisões programadas, ficando o acompanhamento das ações pelo Órgão Estadual de Defesa.

## **Análise Crítica**

Prejudicada quanto à execução em nível da SFA/MG, face não haver acompanhamento e determinações de procedimentos pela Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas -DPCP/CGPP/DSV/SDA.

Ressalvamos, porém que não houve comprometimento das ações de prevenção e controle da ferrugem asiática da soja execução em nível estadual, conforme ações citadas no item três e ratificamos que compete ao Instituto Mineiro de Agropecuária, o gerenciamento, legislação complementar-mente ao MAPA, execução de ações de fiscalização e realizar ações de educação sanitária.

## **INDICADOR DE DESEMPENHO**

Face às abordagens comentadas pelos últimos dois quesitos supracitados, este item fica prejudicado quanto à supervisão pelo SEDESA/DT/SFA/MG.

## **Subação - Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro**

### **Efetividade**

A execução deste microprocesso “Bicudo do algodoeiro” tem como suporte a Instrução Normativa Nº 44(MAPA), de 29 de julho de 2008, que instituiu o Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro - PNCB, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando à prevenção e ao controle do bicudo *Anthonomus grandis* em cultivos de algodão nas Unidades da Federação.

O Programa visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola do algodão, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga e pelo. Art. 4º da Instrução citada, foi constituído o Grupo Técnico de Trabalho, com a finalidade de acompanhar e gerenciar a execução das instruções e normas técnicas para a prevenção e controle do bicudo do algodoeiro no Estado.

O Grupo técnico de trabalho foi constituído e formalizado pelo MAPA/SFA/MG, através da Portaria Nº 349 de 3 de novembro de 2008 e o Instituto Mineiro Agropecuário publicou a Portaria nº 1019, de 13 de outubro de 2009, que estabelece procedimentos para o vazio sanitário do algodão no Estado de Minas Gerais.

A efetividade de execução do Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro é do IMA, não tendo sido realizado as 8 supervisões programadas para 2009, em face de publicação da Portaria sobre o vazio em outubro do ano corrente.

## **Resultados**

Não houve nenhuma supervisão por parte do SEDESA/SFA/MG, face à publicação da Portaria do IMA para vazios sanitários passar a vigorar para a safra 2009/2010.

## **Principais Problemas**

Não há amparo legal dentro da Instrução Normativa Nº 44(MAPA), de 29 de julho de 2008, que instituiu o Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro - PNCB, para a SFA atuar em supervisões /auditorias, ficando a critério da Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas-DPCP/CGPP/DSV/SDA cobrar providências pertinentes.

## **PROVIDÊNCIAS**

Face ao estabelecimento da Portaria nº1019(IMA), o seu Art. 3º torna obrigatório o cumprimento do Vazio Sanitário para a cultura do algodão em Minas Gerais, no período de 20 de agosto a 20 de outubro de cada ano, passando pois sua execução a ser cumprida no ano de 2010, não sendo executado nenhuma ação pelo SEDESA/SFA/MG.

Destacamos que no art. 4º da Instrução Normativa (MAPA) Nº 44 retrocitada, o Grupo Técnico de Trabalho, tem a finalidade de acompanhar e gerenciar a execução das instruções e normas técnicas para a prevenção e controle do bicudo do algodoeiro na Unidade da Federação e entendemos pois que as ações propostas pelo SEDESA/SFA/MG, tratam-se de uma amostragem de aferição em campo (supervisão), sobre a execução da prevenção e controle do bicudo do algodoeiro.

## **Análise Crítica**

Face as abordagens citadas não quantificamos parâmetros favoráveis para atendimento a este quesito.

Informamos entretanto, que há no Estado uma infraestrutura para implementações das políticas e recomendações tecnológicas voltadas para a cotonicultura e sobretudo para o vazios sanitários do bicudo do algodão, destacando-se como órgão representativo dos produtores de algodão, a Associação Mineira dos Produtores de Algodão-AMIPA, com sede em Patos de Minas/MG, que já comemorou seus 10 anos de existência, e entre suas ações voltadas a cultura algodoeira, conquistou diferimento de ICMS, criação do PROALMINAS (no dia 27/4/2009 na sua primeira reunião tratou-se entre outros assuntos, das políticas de desenvolvimento para a cotonicultura, posse dos Conselheiros e no dia 5/05/2009 ocorreu no Auditório da SEAPA, a 1ª Reunião, do Conselho Gestor do Proalminas), ALGOMINAS, MINAS COTTON (Central de Classificação de Fibras de Algodão), estímulo a criação de Cooperativas de comercialização.

O Conselho Gestor do Proalminas reuniu dia 9/12/2009 na SEAPA/MG para expor a execução dos seus trabalhos em 2009 e a sua programação para 2010.

Informamos também que a Câmara Técnica de Defesa Agropecuária, vinculada a SEAPA (Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais) em 19 de março do ano corrente, entre um de seus assuntos, abordara sobre regras para o estabelecimento do vazio sanitário. Deste modo o aparato para execução do vazio parece-nos ficar com apoio logístico que promete uma boa execução do programa.

## Indicador de Desempenho

Fica prejudicado, porque o vazio sanitário do bicudo do algodão será executado pela primeira vez no Estado, em 2010.

Julgamos que o SEDESA/DT/SFA/MAPA, deve amostrar em campo a realidade da execução do vazio sanitário do bicudo do algodoeiro, para acompanhar o desenvolvimento do programa em campo e eventualmente propor correções para algumas distorções averiguadas, embora não haja suporte legal descrito pela Instrução Normativa N<sup>o</sup> 44 (MAPA), de 29 de julho de 2008.

## Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola

**Tabela - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Prevenção à mosca da carambola no Programa Nacional de Erradicação da Praga
<b>Descrição</b>	Realização de monitoramento da praga no Estado com a utilização de armadilhas instaladas em locais de maior risco de detecção e trabalho de fiscalização e controle de trânsito de material potencialmente veiculador da praga oriundo da região de ocorrência
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
<b>Unidades executoras</b>	SEDESA/DT/SFA/MG e VIGIAGRO/DT/SFA/MG

## Análise Crítica

A mosca da carambola é uma das principais pragas de importância quarentenária para o país. Destaca-se pelos danos diretos causados nos frutos das diversas espécies e indiretamente pelas exigências quarentenárias dos principais mercados consumidores mundiais de frutas.

As previsões de prejuízo na América do Sul são de 30,7 milhões de dólares durante o primeiro ano de estabelecimento da praga, podendo chegar a 92,4 milhões de dólares a partir do terceiro ano se não forem tomadas medidas efetivas de controle.

No Brasil a praga está caracterizada na condição de praga quarentenária presente sob controle, sendo desenvolvido o programa de erradicação da mesma no



Estado do Amapá. Nos demais estados são realizadas ações de prevenção sendo o monitoramento da praga a principal medida para garantir a condição em Minas Gerais de Unidade da Federação sem ocorrência.

Minas Gerais está classificado na condição de baixo risco de ocorrência da praga e nesta situação foi necessário a manutenção de 10 (dez) armadilhas para monitoramento em locais de maior risco de introdução da praga.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

A programação orçamentária é feita pela Coordenação Central uma vez que a execução da ação é pontual. Assim os custos são centralizados e distribuídos aos locais de maior risco de entrada da doença.

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Não houve programação de recursos financeiros, sendo a atividade realizada com material fornecido pela Coordenação Central do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola. (Informação do responsável pelo controle do PI - Plano Interno).

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	4738	Atividade	4	Área (ha)	55.428	55.428	-	-	55.428

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho

#### EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Manutenção de	UN	10	10	100	10

armadilhas					
Inspeção de armadilhas	Nº	240	240	100	240
Área prevenida	HA	55.428	55.428	100	55.428

## EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
(*)	55.428	Área Prevenida	...

(\*) A programação orçamentária é feita pela Coordenação Central.

## EFETIVIDADE

A ação alcançou o objetivo proposto contribuindo para evitar a disseminação da mosca da carambola no país, mantendo o estado de Minas Gerais na condição de Unidade da Federação sem ocorrência da praga favorecendo o desenvolvimento da fruticultura pela abertura de novos mercados que tem restrição fitossanitária quanto à mosca da carambola.

Indicador de Desempenho =  $\frac{\text{Nº de municípios com registros de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$   
 (% de ocorrência da praga)

Indicador de desempenho =  $\frac{0}{863} \times 100 = 0\%$   
 (% de ocorrência da praga)

## 2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1. Relação dos Programas

#### PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

**Tabela 1 - Dados Gerais do programa**

<b>Tipo de programa</b>	Programa Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
<b>Objetivos específicos</b>	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.
<b>Gerente do programa</b>	Inácio Afonso Kroetz
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	José de oliveira Mascarenhas Junior
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos e lavouras comerciais, inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

## 2.3.2. Principais Ações do programa

### **Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN**

As ações desenvolvidas pelo SEDESA/SFA/MG neste ano foram voltadas para as atividades de pesquisa em regime de campo, verificando-se aspectos da biossegurança nas áreas experimentais, e para verificação da regra de coexistência entre o milho GM e o convencional, conforme Resolução Normativa CTNBIO 04/07.

**Tabela 1 - Dados gerais da ação**

<b>Tipo da ação</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados para averiguação do cumprimento das normas aprovadas pela CTNBIO, em relação aos aspectos de biossegurança.
<b>Descrição</b>	Conforme Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, em seu Artigo 1º § 1º temos: Para os fins desta Lei, considera-se atividade de pesquisa a realizada em laboratório, regime de contenção ou campo, como parte do processo de obtenção de OGM e seus derivados ou de avaliação da biossegurança de OGM e seus derivados, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, o cultivo, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados. Organismo geneticamente modificado-OGM, é o organismo cujo material genético - ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	CBIO/SDA
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcos Vinicius Segurado Coelho
<b>Unidades executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura/MG

### **Análise Crítica**

Houve uma adequação nas fiscalizações realizadas, em função das determinações para harmonização de procedimentos, discutidas nas reuniões técnicas. Isso resultou em maior agilidade nas ações, possibilitando que o número previsto nas metas fosse ultrapassado.

Entretanto, alguns processos não são passados, pela CTNBio, em tempo hábil para a Coordenação de Biossegurança do MAPA; assim, algumas vezes são enviados, pelas empresas, os comunicados de plantio, sem que tenhamos o processo correspondente. Isso implica que alguns experimentos que poderiam ser fiscalizados em uma determinada visita, tenham que ser incluídos em outra programação, acarretando maiores custos.

O recebimento de comunicado de plantio referente a processos que não se encontra no SEDESA/SFA/MG tem sido reportado à CBio-SDA, para as providências cabíveis.

No decorrer desse ano foram adquiridos equipamentos, tais como notebook, aparelho de GPS e impressoras portáteis, os quais se encontram em fase final de liberação e que irão agilizar as ações de fiscalização, ao possibilitar a informatização na emissão dos Termos de Fiscalização. Também foram adquiridos três veículos, que se encontram em fase de liberação.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2009 foi realizada por demanda do Serviço de Sanidade Agropecuária que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da DAS - Secretaria de Defesa Agropecuária.

### 2.4.2. Execução Orçamentária

PI	Elemento de Despesa	Fonte	Liquidado no Serviço	Liquidado/Apropriação de Custo	Restos a Pagar/2008	Total Geral Executado no Exercício + RP
FISCORGEN	339014	100	19.568,43	0,00	0,00	19.568,43
	339030	100	9.690,75	0,00	0,00	9.690,75
	339033	100	1.325,56	0,00	0,00	1.325,56
	339039	100	0,00	0,00	305,00	305,00
	3390-93	100	138,55	0,00	0,00	138,55
	449052	100	8.505,00	0,00	128.295,00	136.800,00
<b>TOTAL</b>			<b>39.228,29</b>	<b>0,00</b>	<b>128.600,00</b>	<b>167.828,29</b>

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO			
	2006	2007	2008	2009
Passagens		6.000,00	397,85	1.325,56
Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	965,30	10.227,63	16.306,89	19.568,43
Material de Consumo		-	5.921,96	9.690,75
Serviços Terceirizados	500,00	1.800,00	1.743,60	305,00
Indenizações e Restituições		-	-	138,55
Material Permanente		-	4.646,30	136.800,00
<b>Totais</b>	<b>1.465,30</b>	<b>18.027,63</b>	<b>18.448,34</b>	<b>21.198,99</b>

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada	Meta a ser realizada em 2010
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	4745	Atividade	4	Número de Fiscalização (Unidade)	85	97	167.828,29	167.828,29	120

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2009	Executado 2009	Eficácia (%)	Programado 2010
Fiscalização	Nº	85	97	114	120
Reunião Técnica	Nº FFA	3	3	100	-

### EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
167.828,29	97	Número de Fiscalização	1.730,18

Foram gastos R\$ 19.568,43 em diárias e R\$ 9.690,75 em combustíveis, para a realização de 60 fiscalizações em experimentos de plantas transgênicas liberadas em campo e mais 37 em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07.

Durante o ano o responsável técnico pelo PI-FISCORGEN (Augusto Carlos dos Santos Pinto) participou de uma reunião técnica coordenada pela CBIO/SDA sobre fiscalização de OGM, no período de 18 a 21/10/2008 em Brasília. Também participou, juntamente com o FFA Adailton Tomaz da Silva, da Reunião Técnica realizada em Florianópolis-SC, no período de 09 a 12/09, sobre Fiscalização de Atividades com OGM.

## EFETIVIDADE

No ano de 2009 foram realizadas 60 fiscalizações de liberações planejadas no meio-ambiente de organismos geneticamente modificados, em onze estações experimentais, ligadas a seis diferentes empresas de pesquisas agropecuárias. Outras 37 fiscalizações foram realizadas em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado, para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07. Essas fiscalizações foram realizadas em quatro regiões distintas do Estado, a saber: região de Uberaba, região de Uberlândia, de Patos de Minas e região de Unaí. Assim, foram realizadas 97 fiscalizações, superando em 14% a meta programada para o ano.

### 3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

#### Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>			
Próprios	796		
Requisitados			
<b>Celetistas</b>	43		
<b>Cargos de Livre Provimento</b>			
Estatutários			
Não Estatutários	1		
<b>Terceirizados</b>	17		
<b>Total</b>	<b>857</b>		

#### Composição e Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações

<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	808	27.398.505,32	619.089,80	25.708.570,69	3.410.162,43	1.750.101,26		
2008	841	30.227.624,45	766.846,62	27.637.510,80	4.255.462,20	2.233.403,11		
2009	834	34.264.061,97	773.375,62	42.756.918,11	5.624.100,13	2.208.485,09		
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007								
2008								
2009	42	1.724.237,62				91.737,79		
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	01		69.264,70			1.727,88		
2008	01		31.980,20			719,95		
2009	01		57.259,38	4.562,51		1.195,03		
<b>Requisitados com ônus</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>Requisitados sem ônus</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	28	547.486,10	17	334.378,39			44	114.753,49
2008	28	572.713,38	17	390.671,61			45	240.352,30
2009	28	767.717,28	17	422.363,52			54	318.924,15

#### **4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não se aplica.

#### **5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

##### **Inscrições e Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2009	152.815,48			
2008				
2007				
...				
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2009	2.216.962,79			
2008				
2007				
...				

Observações: Não houve registro de reinscrição de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores na unidade.

## **6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício**

### **Quadro de Detalhamento de Transferências**

<b>Quadro de Detalhamento de Transferências</b>									
<b>Concedente(s)</b>									
<b>UG / CNPJ</b>		<b>Denominação</b>							
00.396.895/0026-83		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais							
<b>Tipo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Conveniente</b>	<b>Valor Pactuado</b>	<b>Contrapartida Pactuada</b>	<b>Repasse total até o exercício</b>	<b>Repasse no exercício</b>	<b>Vigência</b>		<b>Situação</b>
							<b>Início</b>	<b>Fim</b>	
1	SICONV 721465	IMA Instituto Mineiro de Agropecuária	1.660.200,00	332.200,00	1.328.000,00	1.328.000,00	21.12.2009	30.06.2010	A comprovar

## **7. Previdência Complementar Patrocinada**

Não se aplica.

## **8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

Não se aplica.

## **9. Renúncias Tributárias**

Não se aplica.

## **10. Operações de fundos**

Não se aplica.

## **11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno**

Não houve recomendações relevantes para a gestão, cuja falta de implementação impactou a gestão.



## **11B. Determinações e recomendações do TCU**

### **Relatório de cumprimento das deliberações do TCU**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais					002773
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
-	000.961/2006-4	1504/2009	9.3/9.4	-	-
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais					002773
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Considerar ilegal a aposentadoria de Marco Aurélio Ferreira Brito e negar registro ao ato. Determinar a SFA-MG que adote as seguintes providências: Dar ciência ao interessado da deliberação, fazendo juntar aos autos o comprovante de notificação nos trinta dias subseqüentes. Suspender os pagamentos efetuados com base no ato impugnado. Emissão imediata de novo ato concessores, de modo que o servidor não venha sofrer solução de continuidade na percepção de proventos.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Seção de Recursos Humanos					78647
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento</b>					
Emissão da Portaria nº 110, de 14.05.2009, publicada no DOU de 15.05.2009. Encaminhado ao ex-servidor Ofício nº 172/2009/SRH/DAD/SFA-MG devidamente recebido por AR pelo mesmo. Foi providenciado o novo SISAC, enviado a CGU/MG em 06/07/2009. Constatado código de fundamento legal incorreto, que foi corrigido e sendo emitido novo SISAC em 19/03/2010.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Aguardando nova análise da CGU/MG.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Adoção de providências normais.					

**12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão		
Desligamento		
Aposentadoria	24	24
Pensão	45	39

Os atos de pensão do exercício de 2009, não registrados no SISAC, serão registrados no exercício de 2010.

**13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV**

Declaração da Gestora de Contratos			
Denominação Completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG			130056
<p>Declaro que os Contratos de prestação de serviços, fornecimento de material com entrega parcelada, dispensa e inexigibilidade firmados no âmbito desta SFA/MG estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19, § 4º da Lei nº 11.768, de 14/08/2008.</p>			
<b>Local</b>	Belo Horizonte, MG	<b>Data</b>	23 de março de 2010
<b>Gestor</b>	Adriane Jesus Santos Marques	<b>SIAPE</b>	007112

Declaração do Gestor de Convênios			
Denominação Completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG			130056
<p>Declaro que as informações sobre os convênios firmados no âmbito desta SFA/MG, no exercício de 2009 estão disponibilizados e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19, § 1º da Lei nº 11.768, de 14/08/2008.</p>			
<b>Local</b>	Belo Horizonte, MG	<b>Data</b>	23 de março de 2010
<b>Gestor</b>	Wellman Costa Pinto	<b>SIAPE</b>	27987

**14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.**

Nada a declarar.

**15. Informações Contábeis da Gestão**

<b>Declaração do Contador</b>			
<b>Declaração Plena</b>			
<b>Denominação Completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG			130056
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília, DF	<b>Data</b>	31 de dezembro de 2009
<b>Contador Responsável</b>	Alberto Jeronimo Pereira	<b>CRC nº</b>	006624/T-8 GO

**16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins**

Não se aplica.

**Belo Horizonte, 29 de março de 2010**

**Elaboração**

Júnia Maria de Paula Mascarenhas Ribeiro  
Kelly Vieira Dornas Batista